DIÁRIO OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXXV — 8º DA REPUBLICA — N. 48

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA 18 DE FEVEREIRO DE 1896

Por ordem superior, não será publicado amanhã o «Diário Oficial».

SUMMARIO

SECRETARIAS DE ESTADO:

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Portarias e expediente de 17 do corrente, da Directoria da Justiça.

Ministerio da Fazenda — Portarias de 15 do corrente — Circular — Requerimentos despachados, da Directoria das Rendas Publicas — Recebedoria.

Ministerio da Marinha — Expediente de 11 e 12 do corrente — Requerimentos despachados.

Ministerio da Guerra — Expediente de 13 do corrente — Requerimentos despachados.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas — Expediente de 15 do corrente, da Directoria Geral de Contabilidade — Portarias de 11 e expediente de 14 e 17 do corrente, da Directoria Geral da Industria — Portarias e expediente de 17 do corrente, da Directoria Geral de Viação — Directoria Geral dos Correios.

CONGRESSO NACIONAL.

TRIBUNAL DE CONTAS.

SECÇÃO JUDICIARIA:

Sessão da Camara Civil da Corte de Appellação.

RENDAS PUBLICAS — Rendimentos da Alfandega do Rio de Janeiro, da Recebedoria e da Mesa de Rendas.

NOTICIARIO.

EDITAIS E AVISOS.

PATENTES DE INVENÇÃO.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Directoria da Justiça

Por portarias de 17 do corrente, consideram-se as seguintes licenças, para tratamento de saude:

De 30 dias, com os vencimentos a que tiver direito, nos termos do art. 25 do regulamento anexo ao decreto n. 1.263 A, de 10 de fevereiro de 1893, ao alferes da brigada policial Cynobelino Paes Landim;

De dois mezes, com o ordenado a que tiver direito, nos termos do art. 27 § 1º do decreto n. 1.160, de 6 de dezembro de 1892, ao inspector seccional da 3ª circumscripção policial urbana João da Cunha Ambla.

Expediente de 17 de fevereiro de 1896

Communicou-se ao general commandante superior da guarda nacional que, nos termos do art. 18 da lei n. 602, de 19 de setembro de 1850, foi dispensado do serviço activo, o major honorario do 3º batalhão de infantaria Rodrigo Januario de Oliveira Ramos, emquanto exercer o cargo de escrivão da 13ª pretoria desta capital. — Deu-se conhecimento ao juiz da referida pretoria, em resposta ao officio de 22 de dezembro ultimo.

Recommendeu-se:

Ao coronel commandante da brigada policial que envie, a esta secretaria de Estado, afim de satisfazer a uma requisição do Supremo Tribunal Militar, o processo instaurado contra o ex-tenente Cesario Gomes de Oliveira;

Ao chefe de policia, a expedição das mais terminantes ordens ás autoridades que lhes são subordinadas afim de que se verifique, sempre que fôr possível, a procedencia dos individuos acommettidos de alienação mental, cuja admissão no Hospicio Nacional de Alienados, fôr requisitada pela policia;

Ao juiz seccional do estado de S. Paulo, urgencia no cumprimento das cartas rogatorias que acompanharam os avisos deste ministerio de 9 de dezembro ultimo, expedidas pelo Imperial e Real Tribunal Provincial de Insbruck, no interesse de uma acção proposta por Maria Christoffoleti e outros.

Solicitaram-se do Ministerio da Fazenda providencias no sentido de ser cumprido o que prescreve o art. 57 do regulamento anexo ao decreto n. 1264, de 11 de fevereiro de 1893, visto terem sido enviadas a este ministerio, por algumas repartições fiscoas, petições acompanhadas de documentos apenas sellados com estampilhas estaduais.

Transmittiram-se ao coronel commandante da brigada policial os processos instaurados contra os soldados Arcilio Lourenço de Oliveira e Florencio José dos Santos, afim de serem cumpridos os accordãos do Supremo Tribunal Militar.

Circular—Ministerio da Justiça e Negocios Interiores — Directoria Geral—1ª seccão—Capital Federal, 17 de fevereiro de 1896.

Attendendo ao que expoz, em officio de 1 do corrente mez, o director geral da Assistencia Medico-Legal de Alienados, recommendo-vos que, sempre que vos seja solicitado pelo mesmo funcionario, mandeis proceder a exame de sanidade e ás demais diligencias legais nos individuos enviados para aquelle estabelecimento sem nota de interdicção.

Saude e fraternidade.—*Gonçalves Ferreira.*
—Sr. pretor da...pretoria.

Ministerio da Fazenda

Por portaria de 15 do corrente, foram concedidos quatro mezes de licença ao official da Directoria do Contencioso do Thesouro Federal bacharel Arthur Vieira Peixoto, e prorogada por 90 dias a em cujo gozo se acha o chefe de seccão da Alfandega de Santos, estado de S. Paulo, Yulbiano Cavalcante de Araujo, ambos com vencimentos na forma de lei e para tratamento de saude onde lhes convier.

Por outra da mesma data, foi concedida licença ao bacharel Francisco Ignacio de Carvalho Moreira (barão de Penedo) enviado extraordinario e ministro plenipotenciario aposentado, para residir na Europa por tempo indeterminado.

Ministerio dos Negocios da Fazenda—Circular n. 10—Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1896.

Recommendo aos Srs. inspectores das alfandegas que cumpram, na parte que lhes for relativa, as instrucções abaixo transcriptas, expedidas em 15 de janeiro ultimo á Alfandega do Rio de Janeiro, sobre as duvidas propostas pelo respectivo inspector, com referencia a diversas disposições da lei n. 359, de 30 de dezembro de 1895, que orçou a receita geral da Republica para o corrente exercicio. —*Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

N. 2.—Capital Federal, 15 de janeiro de 1896.

Sr. inspector da Alfandega do Rio de Janeiro—Tomando na devida consideração as duvidas que me propuzestes em officio n. 7, de 6 do corrente mez, com referencia a diversas disposições da lei n. 359, de 30 de dezembro ultimo, na parte relativa ás alfandegas, e convindo que em todas ellas sejam as mesmas disposições executadas uniformemente, communico-vos deverem essas disposições ser executadas pela maneira seguinte:

1.º Fica marcado prazo, que deve findar a 29 de fevereiro seguinte, para:

1.º, o despacho das mercadorias já recolhidas aos armazens da alfandega e das por descarregar no porto, ou em viagem, tendo sido embarcadas antes de 31 de dezembro ultimo;

2.º, o começo das isenções ou reduções de taxas determinadas na lei referida;

3.º, a elevação da taxa da multa de expediente de accordo com o art. 6.º.

2.º Para o despacho da cerveja, ora tarifada com 1\$200, quando importada em garrafas, garrafas ou qualquer vasilha de barro ou vidro, fica revogada a disposição da nota 13ª da tarifa em vigor, porque, no caso contrario, como bem observaes, ficaria essa taxa elevada a 1\$800 por kilo, o que, pelo menos, redundaria em grande diminuição do seu consumo, com prejuizo não menor para a renda.

3.º A redução determinada na folha de Flandres importada só deve ser applicada ás laminas simples, actualmente tarifadas com a razão de 40 réis por kilo. Intelligencia diversa traria desfalque enorme na renda, pois as taxas estabelecidas no art. 772, com referencia a obras não classificadas, sobem até 1\$ pela mesma unidade.

4.º Por mesma taxa, tratando dos vinhos engarrafados—se deve entender: pagarão elles a mesma que actualmente se cobra e mais a taxa da garrafa.

5.º A taxa de 1\$500 por kilo de saccos simples não especificados só deve ser applicada aos de algodão do art. 499; não só pela designação—*simples* da lei, mas porque no art. 594 que trata dos de linho, não existe a discriminação—não especificados.

6.º Apezar de figurar discriminadamente na lei o adicional sobre os impostos de expediente, pharoes e docas, devem essas taxas ser consolidadas e escripturadas englobadamente, tornando-se isto expresso na classificação das rendas dos ns. 5 e 6 do art. 1.º.

7.º A disposição do art. 2.º, n. 5, deve ser assim entendida: nas mercadorias *ad valorem*, além dos elementos constitutivos do seu valor e constantes da legislação vigente, serão levados tambem em conta os adicionais de 30, 40, 50 e 60 %, os primeiros, isto é, de 30 e 40 %, consolidados nas taxas actuaes e os segundos (50 e 60 %) na rectificação dos valores ao cambio de 12.

8.º O art. 6.º § 1.º revoga todas as outras disposições sobre imposição de multa dos direitos em dobro.

A unica condição para a imposição de tal penalidade, quer nos casos de acrescimo, quer nos de differença de qualidade, será—que os direitos da differença excedam de 200\$000.

Continuará, entretanto, em vigor a disposição do art. 488, § 5.º da *Consolidação*.

9.º Com referencia aos instrumentos para a lavoura e mais generos isentos de direitos de consumo, o abatimento de 30 %, de que trata o art. 28, deve ser calculado sobre os de expediente, unicos que pagam.

Quanto á mesma redução com referencia ás materias primas, substancias tinctorias, productos chimicos de uso industrial e mais artigos necessarios ao consumo das fabricas, abrangendo a latitude da expressão quasi todas as mercadorias tarifadas, não deverá ser feita enquanto o Poder Legislativo não estabelecer o preciso limite e a necessaria especificação, pois de outro modo seria enorme o desfalque na renda pelos abusos que se poderiam dar, porque, como bem dizeis, ha na *Consolidação* a faculdade dos traspasses dos conhecimentos, pela qual o importador ou o negociante pode traspassar ás fabricas existentes no paiz, sem que ao fisco assista o direito de fiscalisar o destino de taes mercadorias, nem tenha meios para fazel-o.

10. Resolvo tambem que não entre por ora em execução a disposição do art. 25 sobre as estampilhas a affixar nas garrafas contendo as bebidas constantes da classe 9ª, ns. 126 e 127 da tarifa, por achar ponderosas as razões que apresentaes para demonstrar a impraticabilidade dessa medida nas alfandegas da Republica, em que ha grande entrada desses productos.

11. Com referencia á disposição do art. 31, poderão ser despachados rotulos em separado, quando a mercadoria for importada em casos, porque, para os casos de contrafacção, ha as penas do codigo, a de apprehensão das mercadorias e a de multa de 1:000\$ a 5:000\$000.

12. Quanto ao exame dos vinhos pelo Laboratorio Nacional, nenhuma alteração se fará no modo por que actualmente alli se procede, até que o governo tome resolução definitiva, que em tempo vos será comunicada. — *Francisco de Paula Rodrigues Alves.*

Directoria Geral das Rendas Publicas

Requerimentos despachados

Dia 4 de fevereiro de 1896

Pelo Sr. ministro:

De Antonio Jayme de Alencar Araripe Filho, 3º escripturario da Imprensa Nacional, pedindo mais tres mezes de licença. — Indeferido

Dia 6

Da Companhia Estrada de Ferro Bahia e Minas, pedindo ordens á Alfandega da Bahia sobre isenção de direitos para o material embarcado no vapor *Venus*. — Satisfaça a exigencia do parecer.

Da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, pedindo isenção de direitos para o material que destina á construcção das officinas em Ribeirão Vermelho. — Não tem logar o que requer a supplicante, em vista da informaçãõ.

Dia 8

De Julio Mariano de Azevedo, 1º escripturario da Alfandega do Rio de Janeiro, pedindo tres mezes de licença com todos os vencimentos. — Indeferido, por não estar provado o que allega.

Dia 11

Da Companhia *Brazil Great Southern Railway*, pedindo permissão para assignar na Alfandega de Uruguayana termo de responsabilidade. — Satisfaça a exigencia do parecer.

Do engenheiro civil José Carlos de Abreu e Silva e Jorge de Araujo Soles, pedindo o afqramento dos terrenos da Quinta de S. Christovão. — Indeferido pelos razões constantes da informação do engenheiro zelador dos proprios nacionaes.

Pelo Sr. director:

De Adolpho Veiga & Comp., sobre o despacho de 25 caixas com magnesia de Murray, embarcadas em Londres em dias do mez de janeiro deste anno. — Sellem os documentos.

De Antonio Domingues de Oliveira, pedindo que seja transferido para Florindo Gonçalves o dominio util de marinhas n. 607, situado á rua Visconde de Sepetiba, em Nitheroy. — Antes de subir a despacho reconheça, a assignatura e selle os documentos.

RECEBEDORIA

Requerimentos despachados

Dia 15 de fevereiro de 1896

João Moreira Maia. — Ficam multados em 100\$, e marcado o prazo da lei para pagamento e licença.

- José Teixeira de Carvalho. — Idem.
- J. R. de Campos. — Idem.
- Moreira & Pereira. — Idem.
- Domingos Torres & Carneiro. — Idem.
- Antonio José da Motta. — Idem.
- Vasques & Comp. — Idem.
- Custodio A. de Araujo. — Idem.
- Assumpção & Abreu. — Idem.
- Antonio de Moraes. — Idem.
- Antonio Bernardino Ramos. — Idem.
- Marcelino Tavares da Silva. — Idem.
- Magalhães S. Pereira. — Idem.
- Carvalho & Costa. — Idem.
- Luiz Alves da Costa. — Idem.
- João Barreira de A. Trade. — Idem.
- S. Guimarães. — Idem.
- Antonio Rodrigues Gomes. — Idem.
- Carneiro & Oliveira. — Idem.
- Augusto José da Silva. — Idem.
- Anselmo Antonio de Carvalho. — Idem.
- Bernardo Frias. — Idem.
- Santos & Souza. — Idem.
- Manoel Portella. — Idem.
- Boaventura da Silva Andrade. — Idem.
- João Rodrigues de Miranda. — Idem.
- Domingos Gonçalves Requengo. — Idem.
- Joaquim Ribeiro. — Idem.
- José Raposo dos Santos. — Idem.
- Silveira & Filhos. — Idem.
- José Alves do Nascimento. — Idem.
- Theodorico Pinto. — Idem.
- Antonio Fernandes Villas. — Idem.
- Lidonio de Carvalho. — Idem.
- Leite & Firmino. — Idem.
- José Ferreira de Moraes & Comp. — Idem.
- José Joaquim Gomes. — Idem.
- Antonio Ferreira Pinto. — Idem.
- Benjamin de Freitas Almeida. — Idem.
- Antonio José Alves da Costa. — Idem.
- Antonio Motta. — Idem.
- Silva & Comp. — Dê-se.
- Joaquim Antonio Nobre. — Idem.
- José Martins dos Santos. — Idem.
- Manoel Viegas Vaz. — Idem.
- Francisco de Souza. — Idem.
- João Lourenço. — Idem.
- Eduardo Simões Ferreira. — Idem.
- Agostinho José Ferreira. — Idem.
- J. Guimarães & Comp. — Idem.
- J. J. Teixeira de Carvalho. — Idem.
- Manoel Pinheiro da Silva. — Averbe-se.
- F. Gil & Comp. — Idem.

Dyonisio de Oliveira Rangel. — Prove o que allega.

- Francisco José da Costa. — Idem.
- Antonio José Gonçalves. — Complete o sello.
- João Martins Gonçalves de Miranda. — Idem.

Tavares Corrêa & Comp. — Satisfaça a exigencia.

- Gonçalo Fernandes da Silva. — Idem.
- Horacio Procopio de Faria Ribeiro. — Idem.
- Affonso Pereira de Barros. — Mostre-se quite do 1º semestre em cobrança.
- M. J. de Mesquita. — Idem.
- Manoel Antonio da Silva. — Idem.
- José Augusto Pureza. — Idem.

Annibal de Faria. — Doduzam-se tres mezes no 2º semestre do exercicio de 1894 e todo o exercicio de 1895.

Ernesto Gonçalves Guimarães & Comp. — Elimine-se.

- Constantino Martins Dias. — Rectifique-se.
- Mendes & Martins. — Idem.
- Rachel Bonino de Moraes. — Transfira-se.

José Monteiro Borges. — Fica multado em 200\$, e marcado o prazo da lei para pagamento e licença.

Ministerio da Marinha

Expediente de 11 de fevereiro de 1896

Ao Ministerio da Fazenda, solicitando providencias para que sejam effectuados os pagamentos dos processos sob ns. 2.673 a 2.675, na importancia de 1:102\$992, e de que são credores o 1º tenente Alberto Carlos da Cunha, o capitão de fragata Benjamin Ribeiro de Mello e o machinista João Epiphanyo da Costa Ferreira (aviso n. 301).

— Ao presidente do Tribunal de Contas, solicitando providencias para que a Alfandega de Santos seja, com urgencia, habilitada com o credito de 1:030\$, a fim de occorrer ás despesas com os estudos feitos para a destruição da barca *Eitel Tritz*, sabindo a despesa da verba—Melhoramento, conservação e balisamento do porto—do exercicio de 1885. — Communicou-se ao capitão do porto de Santos e á Contadoria.

— A Inspeção do Arsenal de Marinha da Capital Federal, transmittindo o conhecimento de um volume embarcado na Europa por Abecassis Brothers com destino a este ministerio, para que providencie sobre o respectivo despacho.

— Ao Quartel-General :

Declarando ter concedido :

Ao fiel de 2ª classe Sebastião Estulano de Lima, a demissão que pediu do serviço da armada devendo no acto de ser exonerado indemnizar o Estado da quantia de que lhe é devedor. — Communicou-se á Contadoria ;

A demissão que pediu, o fiel de 2ª classe Luiz Antonio Pinheiro de Meirelles, do serviço da armada, devendo ser o Estado indemnizado do resto da divida desse inferior, pelo total dos seus vencimentos. — Communicou-se á Contadoria.

Autorizando a consentir que sejam tratadas na enfermaria do estabelecimento naval de Itaqui, caso seja requisitado pelo respectivo commandante, as praças do regimento de cavallaria que alli se acham e ficarem enfermas, devendo o Ministerio da Guerra indemnizar as despesas que se fizerem com o tratamento das mesmas praças.

— Ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, solicitando expedição de ordens afim de que, pela Repartição Geral dos Telegraphos, seja examinada a installação dos fios para campainhas electricas da Escola Naval, conforme solicitou o respectivo director.

— A Prefeitura do Districto Federal, transmittindo os papeis que enviou com o processo de aforamento do terreno de marinha accrescido á praia do Cajú n. 19 A e requerido por José Joaquim de Souza Carneiro e bem assim cópia da informação que a respeito prestou a Capitania do Porto desta capital.

— A Repartição da Carta Marítima, communicando que o Arsenal de Marinha desta capital determinou ao patrão-mór do mesmo estabelecimento que auxilie o serviço de suspensão e amarração da boia que tem de ser collocada no parcel das Feiticeiras e de outras, cujas posições tem de ser rectificadas.

— A Escola Naval :

Indeferindo o requerimento em que Noemio Silveira, correspondente do aspirante a guarda-marinha Ubaldo Xavier da Silveira, pediu para ser o mesmo aspirante embarcado na canhoneira *Parnahyba*, e declarando que deve elle apresentar-se á supracitada escola em virtude de haver desistido da licença que lhe foi concedida em 19 de dezembro proximo passado, para tratamento de sua saude. — Deu-se conhecimento á Contadoria.

Transmittindo, já despachados, os requerimentos de Emmanuel Gomes Braga e Oscar Gomes Braga, pedindo reintegração na praça de aspirante a guarda-marinha.

— Ao Arsenal de Marinha do estado da Bahia, transmittindo as cartas de machinistas de barcos a vapor do commercio, já assignadas, pertencentes a Firmino Graciliano da Silva, Porcillo Gonçalves Salles, Pio Augusto Ferraro, Luiz Lopes de Vasconcellos, Manoel Ar-

mando Baptista Padilha, João Ferroira de Azevedo, Conrado José Jorge, Manoel Alves de Moura, Arcetides Coelho da Silva Junior, Euclides do Nascimento de Deus e Acylino Honorato da Silveira.

—Ao capitão do porto de Santa Catharina, transmittindo, já assignada, a carta de machinista de barcos a vapor do commercio, pertencente a José Ireño dos Anjos.

Dia 12

Ao chefe da Repartição da Carta Marítima, autorizando a encomendar à casa Sautter, Harlé & Comp. um pharolete destinado à fortaleza de Villegaignon igual ao que allí existia e que foi inutilizado durante a revolta de 6 de setembro. — Solicitou-se o respectivo credito ao Tribunal de Contas e communicou-se à Delegacia do Thesouro em Londres, à Contadoria e ao Quartel-Geral.

— A' Contadoria, declarando ter deferido o requerimento em que José Plácido do Valle Rego e Carlos de Souza Pinto pediram que sejam pagas pela Pagadoria da Marinha suas contas de fornecimentos mensaes de carvão verde e pão aos navios e estabelecimentos subordinados a este ministerio.

— Ao inspector da Alfandega de Pernambuco, declarando que, para poder a mesma alfandega attender ao pagamento da guarnição do cruzador *Benjamin Constant*, providenciou-se no sentido de ser a citada repartição habilitada com as quantias abaixo indicadas, por conta das seguintes verbas:

§ 8º—Corpo da armada—Pessoal.....	6:397\$000
§ 10—Corpo de marinheiros nacionaes—Pessoal.....	2:515\$830
§ 15—Força naval—Pessoal....	15:124\$830
§ 23—Munições de bocca.....	6:040\$640

—Communicou-se ao Arsenal de Marinha de Pernambuco e à Contadoria.

— Ao capitão do porto do estado do Paraná, approvando o acto pelo qual nomeou o cidadão Antonio José de Lima, para exercer interinamente o cargo de encarregado das diligencias daquella capitania.

Requerimentos despachados

Wilson, Sons & Comp., limited.—Serão attendidos quando completarem a quantidade pedida.

Ministerio da Guerra

Expediente de 13 de fevereiro de 1896

Ao Sr. ministro da fazenda:

Communicando que não é possível pôr à disposição da Alfandega de Santa Catharina o proprio nacional que serviu de depósito de artigos bellicos, visto que actualmente serve este predio de deposito de munições e material bellico e está sendo preparado para nelle aquartellar o 3º batalhão de artilharia, segundo informa o commandante do 5º districto militar.

Solicitando providencias para que sejam pagas ao general da brigada reformado do exercito João Maciel da Costa e ao capitão de cavallaria Modestino Roquette, ao primeiro a quantia de 335\$806, proveniente de mais uma quota que lhe compete no periodo decorrido de 14 de março de 1892 a 31 de dezembro de 1894 e ao segundo a de 4:806\$, da differença de vencimentos a que tem direito no decorrido de 12 de abril de 1892 a 31 de dezembro de 1894, conforme se verifica dos processos de divida de exercicio findos, que se remetem de ns. 17.143 e 17.144.

—Ao Sr. ministro da marinha, transmittindo os papeis em que o soldado do 7º batalhão de infantaria Napoleão Pinto de Abreu, allegando ter pertencido à armada nacional e sido incluído no dito batalhão depois da revolta de 6 de setembro de 1893, pede continuar a servir naquella corpo, e solicitando informações a tal respeito.

—Ao Supremo Tribunal Militar, remetendo:

Para os fins convenientes, os papeis em que o capitão honorario do exercito Faustino Gaspar Gonçalves pede que lhe seja passada a patente do posto de tenente, cujas honras lhe foram conferidas por decreto de 7 de maio de 1870;

Para tomar na consideração que merecerem, tambem os papeis em que o major honorario do exercito, José Rodrigues Cabral Noya, allegando achar-se comprehendido no decreto de 12 de novembro de 1894, pede que se lhe passe a patente do posto de tenente coronel.

—Ao presidente do Tribunal de Contas, providenciando para que:

A' Alfandega do Ceará, seja distribuido o credito da quantia de 9:700\$, para completo do que foi reclamado pela mesma alfandega, afim de se poder proceder à liquidação das despesas do Ministerio da Guerra relativas ao exercicio de 1895, sendo: 1:700\$ por conta da rubrica 22ª (pessoal)—Commissões militares — e 8:000\$ para a rubrica 23ª (pessoal)—Classes inactivas— (aviso n. 44);

A' Alfandega do Maranhão, tambem seja distribuido por conta do exercicio de 1895 o credito da quantia de 14:652\$442 para occorrer ao pagamento das despesas que se têm de fazer por conta das seguintes rubricas: 11ª — Hospitales e enfermarias—(material)— 1:535\$307; 22ª — Commissões militares— 5:515\$254, sendo 5:165\$254 para o pessoal e 350\$ para o material; e 23ª—Classes inactivas (pessoal) 7:601\$881 (aviso n. 45);

Seja paga a Belmiro Nunes de Oliveira a quantia de 8:909\$600, proveniente de serra-gem preparada que forneceu para a fabrica de gaz, destinada à illuminação da fortaleza de Santa Cruz, durante o 2º semestre de 1895, conforme se verifica das seis contas que se remetem, devidamente processadas (aviso n. 46).

—Ao inspector da Alfandega de Maceió, declarando que a D. Thomazia Etelvina de Araujo, viuva do capitão da guarda nacional Jo. é Barbosa de Araujo, deve ser entregue a quantia de 321\$ pertencente a seu filho o alferes do exercito Jonathas Gonçalves Barbosa, fallecido no estado do Rio Grande do Sul, uma vez que prove ella ser mãe do referido official e haver elle fallecido em estado de solteiro.

—Ao ajudante-general, declarando que deve regressar à Capital Federal o artefice de fogo de 1ª classe do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho Lucio Augusto dos Santos, que se acha destacado no de Matto Grosso.

— Ao intendente da guerra:

Approvando as actas das sessões do conselho de compras realisadas em 14 e 17 do mez findo para a aquisição de diversos artigos de fardamento e o fornecimento de carvão de pedra durante o primeiro semestre do corrente anno.

Declarando que:

Não é possível ser satisfeito o pedido que fez de serem admittidos 20 serventes extranumerarios para auxiliar o serviço de remoção do material e munición existente em diversos pontos do littoral da Capital Federal, por isso que na lei de orçamento vigente não ha verba para occorrer a essa despeza;

O fardamento que está sendo promptificado para se distribuir aos asylados do exercito e armada recolhidos ao Asylo de Invalidos da Patria e relativo ao anno de 1894, deve ser fornecido por conta do anno de 1895, por isso que o commandante do dito asylo se autorisa a passar titulo de divida do fardamento que não receberam e referente àquelle anno.

—Expediu-se portaria a Repartição de Quartel-Mestre General dando-se a autorisação referida.

— A' Repartição de Ajudante-General:

Transferindo:

Para o 8º batalhão de infantaria, o alferes do 22º Palmyro de Souza Ponce;

Para o 39º da mesma arma, o alferes do 37º Americo de Abreu Lima;

Para a Escola Militar do Rio Grande do Sul, a licença concedida por portaria de 25 de outubro ultimo, ao alferes do 6º batalhão de infantaria Augusto Eduardo da Silva para matricular-se na da Capital Federal, e para a do Ceará, as concedidas aos paizanos Ricardo Barbosa e Ildéfonso de Escobar e a um soldado do 10º batalhão de infantaria, tambem para matricularem-se na da Capital Federal, por portarias, o primeiro de 25 de setembro ultimo, e os dous ultimos de 31 de janeiro findo. — Communicou-se ao commandante desta escola.

Permittindo ao soldado do 5º regimento de artilharia Benedicto Olympio da Silveira prestar exame vago de algebra, geometrica e desenho geometrico e de oquarella, unica materia que lhe faltam para matricular-se no primeiro anno do curso geral da Escola Militar da Capital Federal, conforme pediu. — Communicou-se ao commandante da referida escola.

Fixando no corrente semestre em 1\$768 o valor da etapa para as praças effectivas da guarnição do estado de Sergipe, em 1\$309 para as excluidas e em 2\$720 o da forragem para os animais em serviço da mesma guarnição.

Mandando:

Autorisar o commandante do 5º districto militar a permittir que o capitão do 7º batalhão de infantaria Francisco Florys, venha gosar na Capital Federal a licença que por ventura lhe tenha sido concedida pelo mesmo commandante para tratamento de saúde;

Dar baixa do serviço do exercito ao soldado do 9º regimento de cavallaria Gastão Taveira de Magalhães, visto ser menor e de nacionalidade portugueza, conforme pediu sua mãe Leopoldina Ferreira de Magalhães.

Contar:

A antiguidade do posto de tenente do 11º batalhão de infantaria Alfredo Martins Pereira, de 9 de março de 1894, data em que seria promovido si não tivesse sido reformado;

Ao forriel do 17º batalhão de infantaria Antonio Fernandes de Araujo, como tempo de serviço, o periodo decorrido de 24 de março de 1890, em que verificou praça no 7º da mesma arma, a 6 de abril de 1893, em que cessaram as alterações que lhe são relativas.

Concedendo:

Troca de corpos entre si aos alferes Joaquim Francisco Berlim e Joaquim Riacho Horacio e Silva, este do 13º regimento de cavallaria e aquelle do 8º da mesma arma, conforme pediram;

Licença:

Para tratar de sua saúde no estado da Parahyba do Norte, por 90 dias, ao 2º sargento do 33º batalhão de infantaria, Antonio Odorico de Gouveia Uzeda, em vista do termo de inspecção a que foi submettido.

Para no corrente anno se matricularem, si houver vagas e satisfizerem as exigencias regulamentares, na Escola Militar da Capital Federal ao tenente do 22º batalhão de infantaria, Emilio Sarmento; na do Rio Grande do Sul aos alferes José Ricardo de Abreu Sodré, do 2º regimento de cavallaria e Arthur Henrique Garcia, do 6º batalhão de infantaria, ao cadete do 31º da mesma arma Jocelyno Pacheco de Assis, ao soldado do 11º regimento de cavallaria José Pereira de Oliveira Pavão; e na do Ceará ao 1º sargento do 35º batalhão de infantaria Rodolpho Antunes de Alencar e ao paizano Luiz dos Santos Coelho.

Requerimentos despachados

Tenentes Epiphânio José da Silveira e Deocleciano de Senna Dias.—Não.

Alferes Fernando Antonio Vieira de Souza, Albino Furtado, Maria Rosa da Costa, Joaquina Conrado de Oliveira Brasileiro e J. Videiro.—Indeferidos.

Antonio Estevão de Moura.—Junta a sua escusa, em original.

Claudina Maria Alves.—Prove que é seu filho o menor de quem se trata.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Directoria Geral da Contabilidade

Por portaria de 14 do corrente, foi nomeado Florencio Fortunato Alves para o lugar de continuo desta secretaria, percebendo os vencimentos que lhe competirem.

Expediente de 15 de fevereiro de 1896

Requistou-se do Ministerio da Fazenda a expedição de ordens para occorrer aos seguintes pagamentos:

De pesos fortes 25,50 centavos ao consul do Brazil em Bordéas, proveniente da gratificação que lhe compete pelos «vistos» lançados nos documentos de familias immigrantes vindas para o Brazil, durante o 4º trimestre de 1892 e annos de 1893 e 1894 (aviso n. 381);

De 4:586\$634, dos vencimentos que durante o mez de janeiro ultimo teve o pessoal empregado na hospedaria de immigrantes em Pinheiro (aviso n. 382);

De 2:085\$666, de vencimentos de contractantes do serviço de condução de malas do Correio, em dezembro ultimo (aviso n. 383);

De 8535-7-6, correspondente a 90 % sobre 1.405 passagens de immigrantes vindos da Europa no vapor *Fortunata R*, em 20 de janeiro ultimo (aviso n. 384);

De 270\$, à Companhia Lloyd Brasileiro de passagens concedidas ao engenheiro de 1ª classe da Estrada de Ferro de Baturité e sua familia (aviso n. 385);

De 90:900\$500 à empresa Viação do Brazil, proveniente da viagem realisada, de conformidade com o seu contracto e correspondente ao mez de agosto ultimo (aviso n. 386);

De 526\$, de transportes effectuados na Estrada de Ferro de Baturité, durante o mez de dezembro ultimo e em proveito de serviços deste ministerio (aviso n. 387);

De 833\$332, para occorrer ao pagamento dos vencimentos do administrador interino dos correios do estado do Espirito Santo, relativos aos mezes de novembro e dezembro ultimos (aviso n. 388);

● Declarando não poder ter logar a annullação da ordem do Theouro Federal n. 142, de 21 de setembro ultimo, dirigida ao administrador dos correios do estado de Pernambuco, por intermedio da Delegacia Fiscal do Theouro nesse estado, mandando annullar na respectiva verba a quantia de 518\$225, paga pelo mesmo theouro a D. Clementina Amalia Palhares, tutora dos filhos do administrador dos correios do estado do Rio Grande do Sul, em comissão nos correios de Pernambuco, proveniente de vencimentos e diarias do mez de janeiro ultimo, visto não ter sido a despesa de que se trata effectuada por aquella administração (aviso n. 389);

Mandando pagar ao Dr. Silvino José de Almeida, commissario de emigração em Lisboa, os vencimentos a que tiver direito, na razão de 10:000\$ annuaes a contar do mez de janeiro ultimo e durante o tempo em que estiver licenciado (aviso n. 390);

Remettendo o balancete e mais documentos que se referem ao movimento da caixa da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, em setembro ultimo (aviso n. 391);

Mandando pôr á disposição da directoria da Estrada de Ferro Central do Brazil a quantia de 800:000\$, para ser applicada ao pagamento de 60 locomotivas destinadas á mesma estrada (aviso n. 380);

Dia 17

Providenciando sobre o pagamento dos certificados de janeiro a outubro do anno passado, na importancia total de 252:644\$903 aos empreiteiros da construcção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, Barrão de Drummond e Passos (aviso n. 392);

Idem, idem aos mesmos empreiteiros da quantia de 108:316\$396, em que importa o certificado de trabalhos executados na alludida estrada, no mez de julho de 1893 (aviso n. 393).

Ordenando os seguintes pagamentos:

De 631\$164, à Companhia *Liverpool Brazil & River Plate Steamers*, da condução de malas do correio, durante o 4º trimestre do anno passado (aviso n. 395);

De 9:92\$500, à Companhia Lloyd Brasileiro de passagens concedidas a immigrantes, em julho do anno passado (aviso n. 396);

De 1:000\$, ao engenheiro Francisco Picanço, do fornecimento de 50 exemplares do Diccionario de estradas de ferro fornecidos á bibliotheca desta secretaria de Estado, no corrente mez (aviso n. 397);

De 500\$, ao engenheiro chefe da comissão de melhoramentos no porto do Pará, Domingos Sergio de Saboia e Silva, para occorrer ás despesas do recebimento, encaixotamento e mais objectos da extincta fiscalisação das obras do porto da Bahia (aviso n. 398);

De 500\$ mensaes, a titulo de gratificação, ao engenheiro Virgínio da Gama Lobo, pelos serviços que tem prestado nesta secretaria de estado, em prol da agricultura e engenhos centraes (aviso n. 399);

De 10:000\$, à Mauricio Lamberg, por conta da consignação de 20:000\$ fixada na verba n. 2, art. 6º da vigente lei do orçamento para occorrer ás despesas com a impressão da obra «Brazil» (aviso n. 400);

De 26:832\$500 à Leuzinger, Irmãos & Comp. da impressão e encadernação do trabalho do recenseamento do Districto Federal (aviso n. 394);

De 3:945\$700, ao porteiro da Administração dos Correios do Districto Federal, como indemnisação pelas despesas mudas que effectuou com a mesma administração, de 14 de junho a 31 de julho do anno passado (aviso n. 402).

— Mandando passar quitação da quantia de 4:270\$, saldo da de 5:000\$ ao inspector geral interino das Terras e Colonisação, João José de S. Paulo (aviso n. 401).

Requerimentos despachados

Dia 17 de fevereiro de 1896

D. Julia Maria Borges, requerendo o pagamento da quota destinada para funeral ou luto pelo fallecimento de seu filho Alfredo Teixeira Borges, conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil.—Deferido.

Antonio Muniz do Monte, pedindo o abono da quota destinada para funeral ou luto pelo fallecimento de seu filho José Martins do Monte.—Deferido.

DD. Gertrudes Maria do Monte, Amelia Augusta do Monte e Rosa Delfina do Monte, requerendo a pensão que lhes competir pelo fallecimento de seu irmão José Martins do Monte.—Indeferido.

Capitão Francisco da Rocha Dias, requerendo a pensão que competir ás suas filhas solteiras Josephina e Adalgisa, pelo fallecimento de seu filho Sizino da Rocha Dias, amanuense da Repartição Geral dos Telegraphos, occorrido em 18 de outubro do anno passado.—Indeferido.

Pedro Leão de Souza Cardoso, pedindo permissão para continuar a contribuir para o montepio dos empregados deste ministerio.—Deferido.

Directoria Geral da Industria

Por portaria de 11 do corrente, foi nomeado Antonio de Castro Moreira para o cargo de agente do correio de S. João d'El-Rei, estado de Minas Geraes.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas—Directoria Geral da Industria.—N. 13—Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1896.

Sr. ministro de Estado das relações exteriores — Relativamente ao vosso aviso n. 56, de 7 de dezembro ultimo, por meio do qual trouxestes ao meu conhecimento o facto de haverem partido do porto de Bordeaux, em 10 de novembro do anno proximo findo,

com destinos ao Rio de Janeiro e Santos, 120 passageiros turcos (negociantes) cabe-me declarar-vos que taes individuos, não tendo sido embarcados em virtude de contracto, viajariam, por conta propria e, de accordo com o aviso deste ministerio n. 1 de 10 de abril de 1895, gozam das vantagens do art. 72 § 10 da Constituição Federal, pois que as restricções dos arts. 1º, 2º, 3º e 4º do decreto n. 528, de 28 de junho de 1890, referem-se unicamente ao serviço de imigração.

Saude e fraternidade.—Antonio Olyntho d o Santos Pires.

Dia 17

A' presidencia do estado do Rio Grande do Sul, communicando, em solução ao officio de 20 de janeiro ultimo, n. 75, que a Inspectoria Geral das Terras e Colonisação providenciou no sentido de terem passagem da Europa para aquelle estado os immigrantes constantes da relação que se lhe envia, com excepção, porém, do de n. 11, por estar fora das condições do contracto de 2 de agosto de 1892.

— A' presidencia do estado de Santa Catharina, remettendo para ser passado o respectivo titulo de propriedade, os documentos, plantas e cadernetas de campo, relativo aos contractos celebrados com os cidadãos Carlos Napoleão Poeta, Gustavo Richard e Emilio Blum, para a fundação de nucleos coloniaes nos municipios de S. José de Coritybanos, Lages e Campos Novos no mesmo estado dos quaes é cessionaria a Companhia Colonisação e Industria de Santa Catharina, depois de recolhida a delegacia do Theouro, como renda eventual da União, a importancia da venda das terras; e publicados os editaes, annunciando o começo dos trabalhos de medição, para conhecimento dos interessados.

— A' Directoria dos Correios communicando ter dado por equidade provimento ao recurso interposto por D. Flora da Silva Manso, ex-agente do Correio de Paquerina, em Pernambuco, do acto daquella directoria que a responsabilizou pela importancia de 310\$ contida em tres registros, com destino ao Correio de Alagôas, visto não estar claramente provada a responsabilidade do ex-agente.

— A' mesma, autorisando a lavrar contracto com o cidadão Domingos da Costa Prado, para execução do serviço de condução de malas da administração dos Correios do Districto Federal, para a ponte das barcas de Sant'Anna de Nitheroy e remoção das malas do correio ambulante.

— A' mesma, recomendando que, para poder resolver o requerimento em que diversos ex-empregados da administração dos Correios de Santa Catharina, pedem ser transcada nota de traídores á Republica, com a qual foram demittidos, como tambem reintegração nos respectivos cargos, informe a data em que foram exonerados e os referidos peticionarios, o numero e a data do officio relativo á remessa do inquerito, e bem assim que preste sobre o assumpto o seu parecer.

— A' mesma, approvando as propostas da que tratou em officio de 10 do corrente mez para o serviço de condução de malas postaes, no estado de Minas Geraes, nas linhas 2ª, 5ª, 8ª, 9ª, 11ª a 16ª, 19ª, 20ª, 25ª, 27ª, 30ª a 32ª, 34ª a 35ª 40ª, 41ª 43ª e 46ª.

Requerimento despachado

Dia 17 de janeiro de 1893

Bacharel Luiz Corrêa de Queiroz Barros Filho, pedindo reintegração no cargo de chefe de secção da Secretaria de Estado deste ministerio.—Compareça nesta directoria para sellar o requerimento.

Directoria Geral do Viação

Por portarias de 17 do corrente:

Foram removidos o engenheiro Clodomiro Pereira da Silva, chefe da linha da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, para igual cargo na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco e desta para aquella o chefe de linha engenheiro Manoel Gomes Carneiro;

Foi prorogada por mais 60 dias, com vencimentos, a licença em cujo gozo se acha o agente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil João Mariano de Noronha Feital.

Expediente de 17 de fevereiro de 1896.

Ao presidente do estado do Rio de Janeiro, remetteu-se cópia do quadro organizado pela Inspectoria Geral de Estrada de Ferro relativo ás quantias pagas á Companhia Estrada de Ferro de Carangola pelos juros, garantidos desde o 1º semestre de 1877 até o de 1895.

— Declarou-se á legação em Londres, que, de accordo com as instrucções de 17 de dezembro de 1892, o pagamento dos juros deve ser feito allí integralmente, deduzido: sómente os soldos que não forem recolhidos ao Thesouro e que as despesas de administração approvadas devem ser pagas sempre que os soldos recolhidos comportem a despeza; ficando assim resolvido o officio n. 28, de 31 de outubro ultimo, da mesma legação, que transmittiu cópia da carta do presidente da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco.

Requerimento despachado

José Xavier Ferreira, ajudante interino do chefe da locomoção da Estrada de Ferro Central do Brazil, pedindo 60 dias de licença com vencimentos. — Não pertencendo o supplicante ao quadro do pessoal effectivo da estrada, não pôde obter licença nem com vencimentos nem sem elles.

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Expediente de 17 de fevereiro de 1895

Foram remetidas ao Exm. Sr. ministro as seguintes contas:

Dos Srs. Cesar Martins & Comp., na importancia de 940\$, proveniente do fornecimento de objectos de expediente e utensilios;

Da *Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro* na importancia de 1:767\$959, proveniente de gaz consumido pela Administração dos Correios do Districto Federal, durante o 6º mez de dezembro do anno proximo passado.

— Foi autorizado o administrador dos Correios do Districto Federal a mandar proceder a novo concurso de carteiro na agencia do correio de Rezende, no estado do Rio de Janeiro.

— Foram nomeados para as agencias dos correios do estado de S. Paulo:

Agencia de Santos:
Praticantes, Francisco da Silva Santos Porto Junior, Alexandre Dias Mendes, Eloy Felix da Costa, Antonio Francisco Paula Costa, Sergio de Assumpção Bueno, Venancio de Faria Lopes e Felix Teixeira.

Carteiros, Manoel Tavares da Silva, Felipe da Silva Nery, José Gabriel de Camargo, Carlos Duarte Gomes, Benedicto Pedro Martins, Amaro Costa, Benedicto Antonio Alves e José Dionysio Ribeiro.

Agencia de Campinas:
Praticantes, Lucio Peixoto, Joaquim Cypriano de Oliveira, Antonio Cypriano de Oliveira, Alfredo Alves da Fonseca e Adolpho Affonso de Carvalho.

Carteiros, Geraldo Galdino, José Cardoso de Oliveira, João Antonio do Rego, Agostinho Martins, Sebastião da Cruz Silva, Bellarmino Mauricio e Antonio Cardoso de Oliveira.

Agencia de S. Carlos do Pinhal, carteiro José Malheiros da Cunha.

Agencia do Rio Claro, praticante Zeferino de Souza, carteiros Ricardo Picelli e José Lemenke.

Agencia de Sorocaba, carteiros Joaquim Loureiro de Almeida - Paes, Isaltino de Almeida Leite e Octavio Bella.

Agencia de Taubaté, praticante José Fernandes de Moura Lobato, carteiros Antonio Moreira de Salles, José Teixeira Pinto e Joaquim Gomes Monteiro.

Agencia de Amparo, carteiros José Pires Soares e Remigio Camille Staville.

Agencia de Botucatu, carteiro José Pedro de Marins.

Agencia de Casa Branca, carteiros Lino Marques dos Santos e Braulino de Assis Ferreira.

Agencia de Guaratinguetá, carteiros Benedicto Anastacio de Meirelles e Manoel Innocacio de Paula Ferreira.

Agencia de Itú—Carteiros, Bento de Camargo Barros e Saladino Soares de Barros.

Agencia de Jundiahy—Carteiros, Tiburcio Estevão de Siqueira e José Pedro de Moraes.

Agencia de Piracicaba—Carteiros, João de Mello e Sebastião Sant'Anna.

Foram concedidos 30 dias de licença com vencimentos, para tratar de sua saúde, a contar de 23 de janeiro ultimo, ao carteiro de 2ª classe da Administração dos Correios de S. Paulo, cidadão José Siqueira Bueno.

Foram concedidos 30 dias de licença, para tratar de sua saúde, ao 1º official dos Correios do Districto Federal, José Peixoto Guimarães Guarany.

Cópia—Administração dos Correios do Districto Federal—1ª secção—N. 4.126—Capital Federal, 13 de dezembro de 1895.

Sr. director geral—Devolvendo-vos a papeleta de 7 do corrente mez, á qual vem collado um retalho do jornal *O País*, desta capital, da mesma data, trazendo uma reclamação contra o facto de não serem entregues cartas daqui remetidas para Pernambuco, cumpreme scientificar-vos que o chefe da 5ª secção desta repartição informa que é diariamente adelantada toda a correspondencia allí entrada, sendo a destinada a Pernambuco remetida em mala fechada pelo primeiro paquete, quer nacional, quer estrangeiro, com viagens regulares para aquelle porto, para onde se expede a destinada a outros portos do norte por paquetes estrangeiros, tambem em malas fechadas; não sendo, portanto, aquella secção responsavel pela falta de entrega da correspondencia em questão.

Saude e fraternidade.—Sr. director geral dos correios.—O administrador, Antonio T. da Silva Costa.

Tiveram entrada nesta repartição 62 officios, das seguintes procedencias:

Districto Federal.....	22
Minas Geraes.....	3
S. Paulo.....	9
Rio Grande do Sul.....	13
Bahia.....	2
Pernambuco.....	1
Diversas autoridades.....	2
Belgica.....	1
Portugal.....	4
Secretaria Internacional de Berne.....	2
Secretaria.....	3

Requerimentos..... 4

66

Foram expedidos 49 officios assim distribuidos:

Ministro.....	3
Districto Federal.....	20
S. Paulo.....	12
Rio Grande do Sul.....	3
Bueno Ayres.....	3
Paris.....	1
Berne.....	1
Washington.....	1
Madrid.....	1
Lisboa.....	1
Bangkok.....	1
Minas Geraes.....	1
Paraná.....	1

49

Movimento de malas da 8ª secção, em 11 de fevereiro de 1896

Entradas

Foram recebidas e conferidas no correio ambulante:

Pelo Ramal de Porto Novo.....	89
Idem idem de S. Paulo.....	129
Na linha do Centro.....	99
Trem S 4.....	54
Campos, Cantagallo e Rio Bonito.....	141
<hr/>	
	512

Sahida

Foram expedidas:

Pelo ramal de Porto Novo.....	125
Idem idem de S. Paulo.....	156
Linha do Centro.....	234
Suburbios.....	31
Campos, Cantagallo e Rio Bonito.....	147
<hr/>	
	693

Movimento de malas da 5ª secção, 15 de fevereiro de 1896

Entradas

Diarias.....	63
Lugar portuguez Argos, Estancia.....	1
Vapor francez <i>Espagne</i> , Marselha.....	4
Paquete aliemão <i>Patagonia</i> , Hamburgo.....	22
Paquete inglez <i>Ilevelius</i> , Nova-York ..	46
Paquete nacional <i>Iltaituba</i> , Porto Alegre.....	15
S. P. 2, S. Paulo.....	2

Sahidas

Diarias.....	91
Paquete inglez <i>Sarmiento</i> , Valparaiso.	9
Paquete francez <i>California</i> , Nova Orleans.....	2
Paquete nacional <i>Itapoan</i> , Portos do Norte.....	30
Paquete nacional <i>Desterro</i> , Portos do Sul.....	32
Paquete allemão <i>Mendoza</i> , Hamburgo.	35
Paquete inglez <i>Holstern</i> , Buenos Ayres,	1
Paquete nacional <i>Iaperuna</i> , Portos do Sul.....	14
Paquete allemão <i>Westfalen</i> , Buenos Ayres.....	1
Paquete francez <i>Espagne</i> , Rio da Prata	37

Entradas.....	153
Sahidas.....	252

Somma..... 405

5ª secção, 16 de fevereiro de 1896.

Movimento de malas da 8ª secção, em 17 de fevereiro de 1896

Entradas:

Pelo Ramal de S. Paulo.....	12
Idem idem de Porto Novo.....	116
Linha do Centro.....	238
Trem S 4.....	39
Campos, Cantagallo e Rio Bonito.....	167
<hr/>	
	691

Sahidas:

Ramal de S. Paulo.....	156
Idem idem de Porto Novo.....	125
Idem idem do Centro.....	234
Suburbios.....	31
Campos, Cantagallo e Rio Bonito.....	152
<hr/>	
	698

CORREIO GERAL

Administração dos Correios do Districto Federal e Estado do Rio de Janeiro

Thesouraria, 15 de fevereiro de 1896

Venda de sellos.....	3:250\$000
Vales nacionaes emittidos.....	4:100\$500
Dito internacional pago.....	35\$700
Ditos ditos pagos.....	9:561\$660

CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO
DE 26 DE DEZEMBRO DE 1895

O Sr. Almeida Barreto — Sr. Presidente, quem tiver observado o silencio que aqui tenho guardado sobre o estado da Parahyba do Norte, que aqui represento, dirá que alli tudo corre maravilhosamente; mas. Sr. Presidente, que illusão!

Que engano!

O meu silencio é devido á consideração que me merece o nobre senador, o Sr. Abdon Millanez...

O Sr. ABDON MILLANEZ — Obrigado.

O Sr. ALMEIDA BARRETO... que sempre me tem dito que naquelle estado tudo vae ás mil maravilhas.

Mas V. Ex. tambem está enganado.

O Sr. ABDON MILLANEZ — Confirmo tudo que tenho dito a V. Ex.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — V. Ex. vae ver. Desde o dia em que foi nomeado governador, pelos homens das deposições, o Sr. Alvaro Machado, do meu estado desappareceram completamente o direito, a justiça e o socego do povo parahybano.

O despotismo, Sr. Presidente, arvorou o seu estandarte logo que S. Ex. foi aclamado por uma banda de musica do tabellião 27^o, que alli existe.

O Sr. ABDON MILLANEZ — Não foi aclamado, foi nomeado pelo governo.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Já disse que foi u na aclamação ridicula...

O Sr. ABDON MILLANEZ — Isso, na opinão de V. Ex.

O Sr. ALMEIDA BARRETO... porquanto, das antes de S. Ex. ir para a Parahyba do Norte, o jornal *O País* publicou um telegramma datado daquelle estado, de 14 de fevereiro de 1892, em que dizia: «O Dr. Alvaro Machado, governador do estado da Parahyba do Norte, segue amanhã, afin de tomar posse do governo.» Logo, senhores, esta aclamação, foi uma aclamação sem razão, desnecessaria, porque S. Ex. tinha sido nomeado pelo poder despotico, um poder dictatorial, quando o presidente legal lá estava no seu posto de honra e tambem foi deposto pela força publica, pelo Sr. Savaget que era commandante do 27^o.

O Sr. JOSÉ BERNARDO — Não foi reen-tregue?

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Não foi.

O Sr. ABDON MILLANEZ — Foi, depois deixou o governo.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Deixou pela imposição das bayonetas, senhores; o Sr. Alvaro Machado pôde ser uma *perola* como aqui affirmou o illustre senador.

O Sr. ABDON MILLANEZ — Não disse que era perola; mas que era um moço muito distincto e confirmo. E' um dos mais distinctos que eu conheço, ninguem pôde contestar.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Não conheço e contesto pelos seus actos de prepotencia.

ABDON MILLANEZ — Não pôde contestar, por que o illustre collega já declarou da tribuna não o conhecer; não pôde fallar porque não conhece...

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Como ia dizendo, pôde ser uma *perola*, como se affirmou aqui, porém tambem posso garantir ao Senado e á nação, que a *perola* transformou-se novamente em molusco de tão nojento aspecto que causa repugnancia.

O Sr. ABDON MILLANEZ — Não apoiado.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — As provas aqui as tenho.

O Sr. ABDON MILLANEZ — E hei de apreciar-as.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Chamo para isso a attenção do Senado.

Ha mais de tres seculos, digo mal, ha mais de tres annos que na Parahyba do Norte não se fez ainda uma eleição de conformidade com as leis.

O Sr. ABDON MILLANEZ — Não apoiado.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Durante tres annos, que parecem tres seculos, do governo deste moço, ainda não houve uma eleição seria, todas ellas tem sido á ponta de bayonetas e a portas fechadas!

O Sr. ABDON MILLANEZ — Tem sido muito legais.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Que o diga o povo parahybano. As provas aqui as tenho (lê):

« Marechal Almeida Barreto — Pela guilhotina politica do despota Alvaro Machado foram aliçados da magistratura estadual juiz de direito Areia, Campina Grande. Governo continúa falsificação actas em todas as localidades para encobrir sua miseravel derrota. — Deputados, *Cunha Lima* e *Chateaubriand*. »

Nós não podemos duvidar do character, da honradez e da probidade destes deputados.

O Sr. ABDON MILLANEZ — São apaixonados.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — São homens que pertenceram ao partido de V. Ex., mas vendo que o governo de seu sobrinho não ia direito, retiraram-se deste partido.

O que querem é o governo da lei, que cumprira a constituição. Mas alli não ha lei.

Quando se diz: na rua tal, na casa numero tanto ha eleição, chega-se alli e encontra-se a porta fechada.

O Sr. ABDON MILLANEZ — Não é exacto, informaram mal a V. Ex.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Avaliam V. Ex. Sr. Presidente e o Senado, de que força é esse governador aclamado e mesmo nomeado para governar um Estado pacifico e moderado, como é o da Parahyba do Norte.

O Sr. ABDON MILLANEZ dá um aparte.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Isto é quanto ás eleições estaduais a que se procedeu a 30 de novembro ultimo, porquanto, na occasião oportuna fará o Sr. Alvaro Machado a eleição federal como deve fazer, ou melhor será então acabar com o Estado da Parahyba do Norte.

Eu disse em agosto deste anno, quando tratei de um telegramma, que me mandaram da cidade de Campina Grande, onde houve barulhos, desordens, ferimentos e mortes, que o promotor publico era um homem insensato e imprudente, que não estava nas condições de ser órgão da justiça publica. Disse mais que o delegado daquelle logar era um criminoso, agora accrescento ainda: ambos são criminosos.

O Sr. ABDON MILLANEZ — V. Ex. disse que o presidente do Estado tinha nomeado um criminoso para o logar de delegado.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — E' isto mesmo: o delegado é um criminoso, assim como tambem o promotor publico o é.

Não o disse, mas agora accrescento que é criminoso e o vou provar ao Senado.

O Sr. ABDON MILLANEZ — Si fôr criminoso, não o defendo, porque não defendo criminosos. Sou homem de bem; occupo esta cadeira com toda a dignidade.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Então neste caso V. Ex. que está com o seu sobrinho no governo, ouça e mande suspender estes dous funcionarios.

Eis uma certidão passada pelo tabellião do logar (lê):

« Manoel Tavares de Mello Cavalcanti, tabellião publico judicial e notas, escrivão do civil e annexas, do crime e jury do termo e comarca Campina Grande, etc.

Certifico por meser requerido verbalmente, que revendo o livro do rol dos culpados a meu cargo, a fls. 66 v, encontrei o lançamento do teor seguinte: Bacharel José Honorato da Costa Agra pronunciado como incurso nas penas do art. 186 do codigo penal, pelo juiz de direito interino da comarca Dr. Abdias da Costa Ramos em 18, de agosto de 1893. A margem do dito lançamento está a nota seguinte: — Nullo por decreto do presidente do estado — Alvaro Machado. — Nada mais se continha no dito lançamento etc.

Manoel Tavares de Mello Cavalcanti, tabellião etc.

Certifico por me ter sido verbalmente requerido, que do livro do rol dos culpados a meu cargo, a fls. 69 v, consta o lançamento do teor seguinte: José Martins da Cunha

pronunciado como incurso nas penas do art. 207, §§ 3, 9 e 13, do codigo penal por crime de responsabilidade, pelo juiz de direito da comarca Dr. Gonçalo de Aguiar Botto de Menezes, em 19 de fevereiro de 1895. — Nada mais se continha etc. »

Vê o Senado que o Sr. Alvaro Machado é autoridade até para annullar processos, para os declarar nullos por decreto.

O primeiro documento a cuja leitura procedi refere-se ao promotor publico e o segundo ao delegado de policia em exercicio.

O Sr. Q. BOCAIYUVA — Por quem foi requerido?

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Pelo Sr. deputado Chateaubriand.

O Sr. MORAES BARROS — Este processo do delegado não foi annullado por decreto?

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Não foi, mas o Sr. delegado continúa em exercicio. Foi processador agora em 9 de fevereiro de 1895 e ainda não deixou o cargo. Veja V. Ex. que esse governador não faz caso de cousa alguma!

O Sr. DOMINGOS VICENTE — Não foi esse governador que deu um dia feriado por causa de um baptisado?

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Esse, foi o governador do Piahy.

Aqui estão dous documentos firmados pelo tabellião do logar. Este processo, a que se refere a segunda certidão, pôde ser considerado tambem nullo, porque o homem ainda conserva-se no logar, como delegado.

Eu disse na occasião que o promotor publico tinha ido á feira acompanhado de soldados e que com esse delegado fizera disturbios, tendo havido ferimentos e até uma morte; disse tambem que afinal de contas haviam de ser presos os processados homens de bem, honestos negociantes. Está confirmado tudo quanto previ desta tribuna.

Aqui tenho os *habeas-corpus* de todos os negociantes que estavam na feira; todos elles foram processados pelo promotor publico e pelo delegado.

O Sr. ABDON MILLANEZ — O promotor não assistiu a este processo.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Para se saber perfeitamente o que é a justiça na Parahyba do Norte, basta dizer que mandaram vir um juiz de direito da comarca de Mamanguape, que fica mais ou menos a 60 leguas distante do logar de conflicto, o Dr. Santino de Assis, deixando outros mais proximos, somente para que fosse esse juiz quem fizesse o processo por ser genro do Dr. Bento Vianna; juiz de direito de Catolé, residindo em Campina Grande.

O Sr. ABDON MILLANEZ — Isto mostra o criterio do governador, que mandou para lá pessoa extranha.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Esse juiz de direito de Mamanguape presta-se a tudo. Quando o Dr. Venancio Nejva foi o governador, esteve com elle; quando chegou o Sr. Alvaro Machado, deu-se a mesmissima cousa. Suppoz-se então que era o homem proprio para fazer este processo.

Notando-se, Sr. presidente, que o sogro do Dr. Santino, o juiz de direito do Catolé do Rocha abandonou a sua comarca que dista 70 leguas de Campina Grande para residir ali!

Mandaram o genro para sob as ordens do sogro fazerem este inquerito; ou melhor, para fazerem justiça em familia.

Tive um telegramma comunicando-me que o promotor e o delegado não tomavam conhecimento do *habeas-corpus*.

Lembrando-me de que temos um governo honesto, serio no cumprimento da lei, mandei dizer para lá tambem por telegramma: Requisite força do Poder Federal. Este telegramma foi publicado, elles recuaram e não prenderam os homens...

O Sr. ABDON MILLANEZ — E' um engano de V. Ex.

O Sr. ALMEIDA BARRETO... e tomaram conhecimento do *habeas-corpus*.

Não leio o *habeas-corpus*, porque é extenso e não quero tomar mais tempo ao Senado e o mandarei incluir no meu discurso, para que

o Senado veja e a Nação fique sabendo de que força é o actual governador do meu Estado.

Perguntou-me o meu collega, o Sr. Q. Bocayuva, quem havia requerido as certidões que estão aqui. Quem requereu foi o Dr. Maximiano José de Inojosa Varejão, advogado na capital.

O Sr. Q. BOCAYUVA — Mas este requerimento não foi verbal?

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Não, senhor, foi por escripto e quem requereu foi, como já disse, o Sr. Dr. Varejão.

O Sr. Q. BOCAYUVA — Como a outra certidão foi passada a requerimento verbal, fiz a pergunta.

O Sr. ALMEIDA BARRETO — Qualquer pessoa póde fazer um requerimento verbal. A petição foi dirigida ao Supremo Tribunal Federal. E note o Senado, que o desembargador Moreira Lima que despachou uma das petições, foi aposentado, e o mesmo aconteceu ao desembargador Ivo Magno que despachou a outra. Aqui estão as petições e os despachos: (lê.)

Illm. Sr. Dr. presidente do Supremo Tribunal de Justiça. — O bacharel Maximiano José de Inojosa Varejão, para justo fim, requerer a V. S. que se digne de mandar que o secretario do tribunal, ou quem competente fór, em vista dos autos de *habeas-corporis* impetrado em seu favor pelo capitão João Antonio Francisco de Sá, lhe dê por certidão: 1º o teor da petição do referido impetrante; 2º o teor do primeiro documento com que foi instruída; 3º o teor da sentença definitiva do Dr. juiz de direito da comarca de Campina Grande, condemnando o respectivo delegado de policia dessa localidade e constante do segundo documento; 4º o teor de um artigo, sob a epigraphie «conflicto de Campina Grande», publicado no jornal denominado *Echo* n. 13, alli dictado a 24 de agosto ultimo e que se acha junto aos referidos autos; 5º finalmente o teor do accordão que concedeu a ordem impetrada.

Nestes termos, pede deferimento. — E. R. M. Parahyba, 5 de setembro de 1895. — Maximiano José de Inojosa Varejão.

Como requer. — Parahyba, 6 de setembro de 1895. — Moreira.

Illm. Sr. Dr. presidente do Supremo Tribunal de Justiça. — O bacharel Maximiano José de Inojosa Varejão, para justo fim, requer a V. S. que se digne de mandar certificar, em vista dos autos de *habeas-corporis* impetrado pelo paciente José Ferreira da Silva, conhecido por Mandú: 1º, o auto de perguntas ao carcereiro de Campina Grande, detentos e conductor do referido paciente; 2º, o interrogatorio ao mesmo paciente; 3º, a certidão passada pelo official de justiça daquella localidade referente á ordem expedida pelo respectivo juiz de direito dalli; 4º, finalmente, o accordão desse tribunal, concedendo a ordem impetrada. Nestes termos, pede deferimento. E. R. M. Parahyba, 6 de setembro de 1895. — Maximiano José de Inojosa Varejão.

Certifique-se. Parahyba, 10 de setembro de 1895. — Ivo

DOCUMENTO N. I

Certidão de sentença e *habeas-corporis*.

Em cumprimento da sentença exarada nos autos de *habeas-corporis* requerido por Christiano Lauritzen em seu favor e de Joaquim Henriques, Lindolpho de Albuquerque, Dr. Alfredo Espinola, Ildefonso Souto Maior, Antonio Gomes de Azevedo, Martiniano de tal e José Ferreira Gonçalves, certifico que é do teor seguinte a referida sentença. — Vistos e examinados os presentes autos, etc. Na petição ás folhas duas o cidadão brasileiro naturalizado Christiano Lauritzen requer em seu favor e de Joaquim Henriques, Lindolpho de Albuquerque, Dr. Alfredo Espinola, Ildefonso Souto Maior, Antonio Gomes de Azevedo, Martiniano de tal e José Ferreira Gonçalves, moradores na cidade de Campina Grande, uma ordem de *habeas-corporis* preventiva, por estarem ameaçados de ser illegalmente presos, como já o foi o paciente José Ferreira Gon-

çalves, sendo barbaramente espancado e metido na cadeia, em virtude dos lamentáveis acontecimentos que, no dia 3 de agosto ultimo, se deram alli no acto de estar o promotor publico da comarca, bacharel José Honorato da Costa Agra, com algumas praças do corpo de segurança, tomando e inutilizando na feira daquella localidade *vales* emitidos e introduzidos na circulação; acto este que provocou reclamações por parte do povo, que assim se via privado dos *vales*, sem ao menos poder apresental-os aos emissores para obter a respectiva importancia, e deu logar a um conflicto entre a força policial e o promotor publico de um lado e o povo de outro, resultando delle a morte de um soldado, o espancamento de outro, e ferimentos em diversos populares. E allegando o impetrante que os pacientes estão sendo processados por juiz incompetente, como diz sel-o o commissionado para a instauração do processo pelo governo do estado, vista tratar-se de crime da exclusiva competencia da justiça federal, requer tambem providencias a respeito. Considerando que *ex vi* do art. 3º do decreto legislativo n. 177 A de 15 de setembro de 1893, são criminosos tolos aquellos que individual ou collectivamente emittirem sem autorização do Congresso da União, notas, bilhetes, fichas, *vales*, e qualquer outro papel ou titulo, contendo promessa de pagamento em dinheiro ao portador ou com o nome deste em branco e bem assim os respectivos portadores sendo estes passíveis da pena de multa; e aquellos da de muita e da de prisão; considerando que esse crime affecta immediatamente os interesses da União e não os dos estados que nenhuma faculdade teem para mandar emittir e circular papel de credito, qualquer que seja a sua natureza e forma: e que portanto é da exclusiva competencia da justiça federal tomar conhecimento e julgar o alludido crime, como se evidencia do aviso do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores de sete de agosto proximo findo; considerando que o mencionado conflicto teve logar em consequencia da emissão e circulação de *vales*, prohibidos por disposição legal que somente a justiça federal compete fazer cumprir e que os crimes de morte e ferimentos resultantes desse conflicto estão intimamente ligados ao crime da referida emissão e circulação de *vales* como os effeitos á sua causa ocasional, e por isso devem ser reputados crimes connexos com elle; considerando que o processo e julgamento dos crimes connexos com outro da exclusiva competencia da justiça federal pertencem a esta e não a estadual; considerando, pois, que ao juiz commissionado pelo governo do estado, falta competencia para processar e julgar os responsaveis pelo crime de emissão e circulação de *vales* e pelos connexos com elle; e que, tendo sido denunciados perante o mesmo juiz como autores destes crimes (os connexos) conforme vê-se do documento a folhas oito e doze, os pacientes estão ameaçados de soffrer prisão illegal, ordenada por autoridade incompetente; considerando finalmente o mais que dos autos consta e as disposições de lél sobre o assumpto, defiro a petição de folhas duas, não só para conceder, como concedo, a ordem de *habeas-corporis* impetrada, affim de que os pacientes nenhum constrangimento soffram em sua liberdade com relação aos factos criminosos acima mencionados, enquanto este juizo, unico competente para o caso, tomando conhecimento do feito, não decidir o contrario; como tambem para avocar, como avoco, o processo que contra elles está sendo instaurado pelo juiz de direito em commissão na cidade e comarca de Campina Grande, e, assim julgando, mando que se lhes dê certidão desta sentença, e se expessa a carta avocatoria, que sera remetida ao juizo avocado, por intermedio do juiz de direito daquella comarca, a quem officiará requisitando a entrega. Hei a presente por publicada em mão do escriptão, que a intimará ao Dr. procurador da Republica. Custas *ex causa*. Parahyba, 2 de setembro de 1895. — Honorio Horacio de Figueiredo. E nada mais se continha em a dita sentença exarada nos autos de *habeas-corporis* aqui fielmente

trasladada. Dou fé. Parahyba do Norte, 11 de setembro de 1893. — O escriptão do juizo seccional, Eutyliano Ignácio de Loyola Barrety.

DOCUMENTO N. 2

Certidão como adeante segue:

Aureliano Filgueiras, amanuense da secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, servindo de secretario, etc.

Certifico, em virtude do despacho retro do Exm. Sr. vice-presidente deste superior tribunal de justiça, que revendo os autos de *habeas-corporis* em que é paciente José Ferreira, vulgo Mandú, é do teor seguinte o documento do primeiro item da petição retro.

Auto de perguntas ao carcereiro — E logo no mesmo acto pelo Exm. Sr. presidente do tribunal foram feitas ao carcereiro da cadeia de Campina Grande, as seguintes perguntas:

Perguntado qual o seu nome, idade, naturalidade, estado e profissão? Respondeu chamar-se Antonio Joaquim Alves Pequeno, com 56 annos de idade, natural do estado da Bahia, casado, empregado publico. Perguntado á ordem de quem havia sido preso o paciente José Ferreira da Silva, em que dia e em que logar? Respondeu que á ordem do delegado de policia José Martins da Cunha, no dia 24 de agosto, no logar S. José de Campina Grande. Perguntado si recebeu alguma ordem para recolhimento do paciente, e a que horas fora elle recolhido á cadeia? Respondeu que recebeu uma portaria do delegado datada de 24 de agosto a qual exhibiu, tendo sido o paciente recolhido á cadeia á 1 hora da madrugada do mesmo dia 24 tendo recebido a portaria ás 8 horas da manhã do mesmo dia. Perguntado por quem lhe foi apresentado o paciente para ser recolhido á cadeia? Respondeu que lhe foi apresentado pelo subdeleghado de policia José Felix de Araujo acompanhado de praças. Perguntado si a portaria a que se referiu foi a unica que recebeu relativa á prisão do paciente? Respondeu que sim. Perguntado si depois da prisão do paciente si lhe foi apresentada alguma portaria de intimação para apresentar o paciente ao Dr. juiz de direito da comarca para responder a uma ordem da *habeas-corporis*? Respondeu que lhe foi apresentada pelo official de justiça Manoel Joaquim Pequeno no mesmo dia 24 ás 3 horas da tarde uma portaria do Dr. juiz de direito da comarca, intimando-o para que lhe fosse presente o paciente José Ferreira da Silva, affim de responder a uma ordem de *habeas-corporis*. Perguntado si effectivamente cumpriu a portaria relativa á ordem de *habeas-corporis*? Respondeu que não. Perguntado o motivo por que não cumpriu a portaria? Respondeu que, determinando o regulamento da cadeia que as portarias de entradas e sahidas de presos tinham o visto do inspector da mesma cadeia que é o delegado, dirigira-se elle ao carcereiro á casa do delegado a quem entregou a mesma portaria, de *habeas-corporis*, pedindo para pôr o visto, este a tomou, leu e rasgou, dizendo que não tinha resposta, e observando então elle respondente ao delegado que lhe punha em difficuldade pela responsabilidade que podia ter, respondeu o delegado que não tinha resposta e isto mesmo dissesse ao official de justiça.

Perguntado por ordem de que autoridade continha preso o paciente? Respondeu que por ordem do delegado em virtude da portaria que exhibira. Perguntado si depois de preso o paciente já fora requisitado por qualquer autoridade para ver-se processar? Respondeu que apenas fora intimado no dia 3 do corrente pelo Dr. Santino, juiz de direito em commissão.

E nada mais respondendo nem lhe sendo perguntado, mandou o Exm. presidente do tribunal fazer este auto que assignou com o mesmo carcereiro, depois de ser lido e achar conforme.

Eu, Aureliano Filgueiras servindo de secretario e escrevi, Joaquim Moreira da Silva. — Antonio Joaquim Alves Pequeno. Era o que continha o dito auto que bem e fielmente copiei dos proprios autos que me reporto e dou

fê. Eu, *Aureliano Filgueiras*, servindo de secretário, o escrevi

Auto de perguntas feitas ao paciente. E logo no mesmo acto pelo Exm. presidente do tribunal foram feitas ao paciente as seguintes perguntas:

Perguntado qual o seu nome, idade, naturalidade, estado e profissão? Respondeu chamar-se José Ferreira da Silva, conhecido por Mandu, com 41 annos de idade, natural de Campina Grande, solteiro, artista.

Perguntado em que dia foi preso e por ordem de que autoridade? Respondeu que no dia 23 do mez passado, ás 11 horas da noite, achando-se agasalhado em sua casa de residência no logar S. José, proximo á cidade de Campina Grande, pelo subdelegado de policia José Felix, acompanhado de 11 praças de policia, que o mandou perseguir, dando-lhe até tiros, cujos projectis não o attingiram; fôra preso na occasião de sahir e retirar-se de sua casa, em vista da aggressão de que era victima. Respondeu mais que, desde a sua prisão até ser recolhido á cadeia, fôra atrozmente esbordoado pelos soldados á ordem do mesmo subdelegado, do que resultaram-lhe immensos soffrimentos desde a cabeça até aos pés, cujas echimosas apresentou, e que ainda soffre.

Perguntado si sabe a causa que determinou a sua prisão? Respondeu que, segundo lhe consta, em consequencia do conflicto que se dera no dia 3 na feira de Campina Grande, por estar o Dr. promotor publico tomando dos feirantes valles e rasgando-os; sendo que elle paciente nenhuma parte tomou no conflicto, e tanto assim que continuou em suas transacções e andava desassombradamente na cidade de Campina e por toda parte, e somente 19 dias depois fôra surpreendido com a prisão de que já fallou.

E como nada mais lhe fosse perguntado nem respondesse, mandou o Exm. Sr. presidente lavrar este auto, que assignou com o porteiro do tribunal em seu rogo, depois de lido e achar conforme. Eu, *Aureliano Filgueiras*, servindo de secretario, o escrevi:—*Joaquim Moreira Lima*.—*Floripes Adolpho de Vasconcellos*. Era o que continha em dito interrogatorio, que bem e fielmente copiei dos proprios autos a que me reporto e dou fê. Eu, *Aureliano Filgueiras*, servindo de secretario, o escrevi. Certifico que apresentei ao carcereiro da cadeia publica desta cidade, Antonio Joaquim Alves Pequeno, uma ordem expedida pelo Dr. juiz de direito da comarca, afim de ser apresentado perante aquelle juiz o individuo de nome José Pereira da Silva, conhecido por Mandu, que se acha preso e que em seu favor impetrára uma ordem de *habeas-corpus*.

Recebida a portaria pelo alludido carcereiro, este levou-a ao delegado de policia deste termo, José Martins da Cunha, o qual, de posse da dita portaria, rasgou-a, allegando o mencionado carcereiro deixar de apresentar o preso por haver o delegado rasgado a portaria. O referido é verdade e de tudo dou fê.

Campina Grande, 24 de agosto de 1895.—O official de justiça, *Manoel Joaquim Pequeno*. E mais se não continha nas peças acima transcriptas, por mim copiadas dos proprios autos, aos quaes me reporto e dou fê.

Campina Grande, 24 de agosto de 1895. O escrivão, *Manoel Tavares de Mello Cavalcanti*. Era o que continha em dita certidão, que bem e fielmente copiei dos proprios autos, a que me reporto e dou fê. Eu, *Aureliano Filgueiras*, servindo de secretario a escrevi. Accordão em Tribunal. Que vistos e discutidos estes autos de *habeas-corpus* — interposto por Angelo Rodrigues Pinto em favor do paciente José Ferreira da Silva, conhecido por Mandu, verifica-se das diligencias a que procedeu este tribunal que o paciente fôra preso, ás 11 horas da noite, de 23 do mez ultimo, pelo subdelegado de policia de Campina Grande, José Felix Ferreira de Araujo; á vista do que: Considerando que, pelo auto de perguntas ao carcereiro da cadeia de Campina Grande,

pela portaria do respectivo delegado de policia e pelos mais documentos juntos a estes autos, fôra o paciente preso para averiguações policiaes, em virtude do conflicto havido na feira daquella cidade; sendo a prisão nestas condições illegal, não só em face de varios avisos do regimen passado, como do art. 13, da lei de 20 de setembro de 1871; considerando que, ainda quando o paciente estivesse indiciado do referido conflicto, não podia ser proso pelas autoridades policiaes do logar sinão em flagrante, ou em virtude do mandado judicial da competente autoridade para a formação da culpa, mediante as prescripções do citado artigo 13; o que não se verificou, tanto que a autoridade judiciaria, commissionada pelo presidente do estado, afim de tomar conhecimento do alludido conflicto, em resposta ao officio do delegado de policia, a folhas 17, declara apenas que o paciente fôra denunciado, quando o referido delegado em um officio de informação a este tribunal a folhas 14 e 15, afirma que o mesmo paciente se conserva na prisão á ordem daquella autoridade judiciaria; notando-se mais, que o carcereiro, em um auto de perguntas á folha 8 v., declarou que, além da portaria do delegado mandando recolher o paciente, não existe ordem alguma de qualquer outra autoridade. Considerando que assim; soffre o paciente constrangimento illegal em sua liberdade, não só em face da legislação citada, como tambem em face do § 13 do art. 72 da Constituição Federal, por tudo isso, pois, concedem a pedida ordem de *habeas-corpus* em favor do paciente, expedindo-se o respectivo alvará de soltura. E, averiguando-se destes autos que, tendo requerido o paciente ordem de *habeas-corpus* ao juiz de direito da comarca de Campina Grande, não foi semelhante ordem cumprida, por que, apresentando o carcereiro da respectiva cadeia a portaria ou mandado do mesmo juiz de direito ao sobredito delegado, este apoderando-se delle, o rasgou, ordenando-lhe que não obedecesse á intimação, embora as ponderações feitas pelo referido carcereiro como se vê d' do auto de perguntas a fls. 8, feitas a este e da certidão do official de justiça, encarregado da diligencia, extraham-se cópias da petição de *habeas-corpus* dirigida ao juiz de direito da Campina Grande, do seu despacho, da certidão do official de justiça encarregado da diligencia, do auto de perguntas ao carcereiro, officio do juiz de direito em commissão, do officio de informação do juiz de direito de Campina Grande, e da portaria de prisão e certidões desta, e, afinal, do presente accordão e remetam-se ao promotor publico da comarca, para promover a responsabilidade do delegado José Martins da Cunha e dos mais que forem achados em culpa. Custas *ex causa*. Parahyba, 6 de setembro de 1895.—*Moreira Lima*, presidente.—*Ivo Borges*.—*Antonio Balhar*.

Era o que continha esse dito accordão, que bem e fielmente copiei dos proprios autos que me reporto e dou fê. Eu, *Aureliano Filgueiras*, servindo de secretario, o escrevi.

Parahyba, 11 de setembro de 1895. — Servindo de secretario, *Aureliano Filgueiras*.

DOCUMENTO N. 3

Certidão, como adeante se vê:

Aureliano Filgueiras amanuense da secretaria do Superior Tribunal de Justiça, no exercicio de secretario interino, certifico que, em obediencia ao despacho exarado na petição retro, é do teor seguinte os documentos a que ella se refere: Egregio Superior Tribunal de Justiça.

O capitão João Antonio Francisco de Sá, cidadão brasileiro, advogado provisionado e residente na cidade de Campina Grande deste estado, escudado na lei, vem perante o tribunal pedir em seu favor uma ordem de *habeas-corpus* preventivo, visto estar ameaçado de soffrer constrangimento illegal em sua liberdade pelo delegado de policia daquelle termo e comarca José Martins da Cunha, e para o que passo a demonstrar as razões em que se

funda para vir pedir a medida garantidora dos seus direitos. O impetrante ha muitos annos que exerce naquella comarca e em outras do estado a profissão de advogado, e no dia 1 de junho do corrente anno, entendeu proporcionar mais um melhoramento material na mesma comarca, fazendo sahir á luz da publicidade um periodico com o titulo *O Echo* como órgão de todas as classes, porém não tendo a policia da localidade se mantido na posição de garantir a vida e propriedade dos cidadãos, cou eçou a profligar os actos máos, o que trouxe como consequencia protestar o delegado José Martins da Cunha exerceo vingança contra o impetrante, o que effectivamente iniciara no dia 27 do mez hoje findo, como verá o Egregio Tribunal do documento junto numero um.

O impetrante recebendo a intimação, como verá o Egregio Tribunal, pelo citado documento, no qual se lhe assignava o prazo fatal do seu comparecimento no dia seguinte pelas 11 horas do dia em casa da residência do delegado, respondeu que não comparecia pelos seguintes motivos: primeiro, porque a portaria fazia referencia a uma publicação no *Echo* de 24 do mesmo mez, sob a epigraphe —Conflicto em Campina—, no qual censurava a policia sem individualisar, e que portanto queria o delegado ser juiz em causa propria; segundo, que os factos que se deram em Campina no dia 3 estavam sendo averiguados por um magistrado para isso commissionedo pelo governo com attribuições policiaes; terceiro, que quando mesmo tivesse havido abuso da imprensa, seria isto um crime commum, e não policial; fôra portanto do periferio policial; quarto finalmente, que, quando isto ainda não bastasse, não podia o alludido José Martins da Cunha, chamar a si o exercicio pleno de delegado de policia, por se achar pronunciado desde de 19 de fevereiro do corrente anno no art. 207 do Código Penal, e condemnado no maximo do referido artigo desde 13 de maio do mesmo anno, pelo juiz de direito da comarca. Sciénte o mencionado supposto de recusa do impetrante, mandou preparar a força publica, com o fim de arrastar o impetrante a *fortiore* á sua presença, que, para não ser victima da execução de tão brutal violencia, teve de retirar-se impiedosamente, afim de vir perante o Egregio Tribunal implorar o necessario remedio capaz de o salvar da violencia de que está sendo victima. Não requereu a mesma providencia perante o juiz de direito da comarca, porque este individuo, alvorado de delegado de policia, declara sem reserva que as ordens do Dr. juiz de direito da comarca não serão cumpridas, e talvez não seja isto desconhecido do tribunal, em virtude de recurso de *habeas-corpus* a pouco vindo daquella comarca. O impetrante junta o documento n. 2, certidão *verbo ad verbum* do despacho de pronuncia do processo respectivo, pelo qual verá o Egregio Tribunal, a que ponto tem chegado o estado da comarca de Campina Grande, em que uma autoridade policial é pronunciada, pelo juiz de direito da comarca, intimada do despacho de pronuncia, não recorreu para o superior hierarchico, e condemnado tambem não usou do recurso legal e conserva-se em pleno exercicio zombando de tudo e de todos. O impetrante não precisa abundar em mais considerações, por entender que, em face dos documentos que junta, está sendo victima da prepotencia de um criminoso que procura affrontar o Poder Judiciario naquillo que elle tem de mais nobre. Exerce uma funcção publica em prejuizo das partes. O impetrante, não só espera lhe ser concedida a pedida ordem de *habeas corpus* preventiva, como garantia ao seu direito de liberdade, ameaçada por um individuo sem qualidade alguma juridica, como tambem a nullidade de todos os actos praticados pelo mesmo José Martins da Cunha, na qualidade de delegado de policia, a contar de 14 de março do corrente anno, data em que fôra intimado do despacho de pronuncia do juiz de direito da comarca, como incurso no art. 207 do já citado código, além de outras providencias que o tribunal julgar adoptadas.

O impetrante jura aos santos Evangelhos ser verdade tudo quanto allega, e por isso espera lhe ser concedida a pedida ordem no prazo legal. P. deferimento com justiça E. R. M.

Parahyba, 31 de agosto de 1895.—*João Antonio Francisco de Sá*. Contra-fé. Documento n. 1. Delegacia de policia, Campina Grande, 27 de agosto de 1895.

O escrivão desta delegacia, autoando a presente portaria e o documento que a ella acompanha, intimo o director do jornal *O Echo*, advogado João Antonio Francisco de Sá, afim de comparecer ante esta delegacia amanhã ás 11 horas do dia, em casa de minha residencia para declarar ques são os cidadãos que se acham gravemente e que foram repellidos pelas autoridades policiaes, que negaram-se a fazer os competentes autos de corpo de delicto, etc.—etc. Campinas, *José Martins*. Dou fé ter intimado nesta cidade ao advogado Antonio Francisco de Sá, o conteúdo da portaria retro do que ficou bem sciente. Campina Grande, 27 de agosto de 1895.—O escrivão da delegacia *Eleutherio Edacchio Escobar*. E nada mais se continha em a dita portaria e certidão aqui fielmente copiada: dou fé. Campina Grande, 27 de agosto de 1895.—*Eleutherio Edacchio Escobar*. Reconheço a verdadeira firma supra: dou fé. Campina Grande. 27 de agosto de 1895. Em testemuho, M. T. M. O.—O tabellião publico, *Manoel Tavares Mello Cavalcanti*. Continha uma estampilha de 200 réis inutilisada regularmente. Vistos e detidamente examinados os presentes autos de responsabilidade, contra José Martins da Cunha, delegado de policia desta cidade, cópias extrahidas do respectivo processo de *habeas-corpus*, causa do procedimento official, informações authenticas, libello e mais documentos: vê-se que é o alludido réo accusado por ter prendido illegalmente, pela segunda vez, o cidadão Antonio José Vicente, victima de duros tratos no carcere em que fôra encerrado durante dias, sem a menor noticia dos motivos de suas prisão, como infracção do disposto no § 3º, 2ª parte do art. 207 doCodigo Penal, e mais ainda ter ordenado a referida prisão sem ter para isso causa, tanto mais duvidosa, sinão impossivel em direito, quando o paciente já tinha sido solto em provimento de *habeas-corpus*, pela mesma que serviu de pretexto á violencia praticada, sendo certo, assim, que o mencionado réo infringiu o disposto nos §§ 1º, 3º e 13 do citado art. 207 doCodigo Penal, pois, considerando que, devidamente verificada a criminalidade do accusado, como se vê do despacho de pronuncia a fls. o abandono de defesa no julgamento, pelo mesmo, importando a renuncia do beneficio que a lei lhe outorga, firma, implicitamente, a existencia dos elementos constitutivos do crime por si perpetrado—o conhecimento da violação do preceito legal, e resolução firme, e inabalavel de o praticar. Considerando que o réo, reve sem motivo, aceitando a responsabilidade do crime perpetrado, por força dos principios, e da qualidade de funcionario publico, caracterizou o proprio acto criminoso, filho de sua vontade livre, e de sua intelligencia, embora pervertida, mas, disciplinada no exercicio do cargo publico que lhe fôra confiado para garantia do direito, uma vez que a ignorancia não pôde acobertar-o, e menos, privar-o da punição merecida. Considerando que a ignorancia do direito a ninguem aproveita, maxime ao empregado publico—*ignorancia excusatus non juris sed facti*, e que seria a maior das calamidades, sinão uma funesta animosidade ao arbitrio, o permittir-se a consagração dessa tendencia, digo, dessa temeraria defesa, ainda assim, impossivel na presente causa, pois que o réo offerece, em sua revelia o eloquente testemunho de sua má fé, e, por tanto de seu pleno conhecimento do mal e directa intenção de praticar o crime, por que é accusado. Considerando que a prova documental existente nos autos de fls. á fls. exclusivamente, substancial nos processos de responsabilidade, é auxiliada pelas circunstancias, que precederam o crime, acompanhavam-no e so lhe seguiram,

em ordem a não desviarem a criminalidade patente do réo, que aliás, mostra-se preso e jungido na tragedia do alludido crime, e assim, submettido a respectiva sanção penal—*Mitermayer*—tratado de pena Cap. 60 P Bueno, analyse dos arts. 145 e 284 do regulamento n. 120, de 31 de janeiro de 1842. Considerando que o réo na qualidade de empregado publico não privilegiado pela revelia, de plano adoptado, em todas as phrases do respectivo processo, sellou seu proprio julgamento com certeza da procedencia do mesmo, firmado sobre a prova dos autos, sem sêr mais ouvido, pois que, a sua pretendida perversão de intellecto, se opporia a crença legal de ser sabedor das disposições de direito que rogem a especie Cod. do processo art. 221—Aviso de 9 de junho de 1859, explicado pelo de 27 de setembro de 1863. Considerando que ainda mesmo que não existissem as provas constantes dos documentos a fls. bastariam as circunstancias de valor juridico, elles encerram contra o réo para impôr-se a condemnação do mesmo, como consequencia obrigada do direito seu ao castigo pelo crime perpetrado, sendo como é certo, poder o juiz singular autorisar-se de prova tal, para poder sobre ella firmar seu julgamento contra os accusados—*Thomaz Alves*—anotações ao codigo penal brasileiro—*Mendes da Cunha*—observações do codigo penal, analyse do art. 36 do referido codigo, cujo preceito está copiado no art. 67 do novo codigo penal—*Mitermayer*—tratado de prova. Considerando, porém, que além das prescripções, existindo a prova constante dos documentos a fls. que não são invalidados por elementos contrarios á culpabilidade conhecida e não contestada do réo José Martins da Cunha, delegado de policia desta cidade, julgo o dito réo incurso no art. 207 ns. 1, 3 e 13 do codigo penal, e condemnno, por força do disposto no art. 409 do referido codigo, cuja applicação é imprescindivel no caso vertente, em um anno e 10 mezes de prisão simples, perda do emprego, com inhabilitação para exercer outro e multa de 600\$ e nas custas. Designo a cadeia publica desta cidade para cumprimento da pena. O escrivão cumpra seu regimento. Campina Grande, 13 de maio de 1895.—*Gonzalo de Aquiar Botto de Menezes*. E mais sinão continha nas peças aqui transcriptas do proprio original, ao qual me reporto e dou fé. Campina Grande, 27 de agosto de 1895.—O escrivão, *Manoel Tavares de Mello Cavalcante*—Continha quatro estampilhas no valor de 1\$600 inutilisadas regularmente. E mais sinão continha nos ditos autos que bem e fielmente copiei ao qual me reporto e dou fé. Eu Aureliano Filgueiras, servindo de secretario a escrevi. O artigo de que trata a petição retro no seu ultimo ponto, publicado no jornal *Echo* de Campina Grande de 24 de agosto ultimo, é do teor seguinte:

Conflicto em Campina

Sob esta epigraphe a *União*, jornal que se publica sob a inspiração do governo, na capital do estado, dando uma noticia, em seu numero do dia 10 do corrente, sobre as desagradaveis occorrencias das quaes foi o unico responsavel, como principal protagonista, o bacharel José Agra, descreve a seu modo o acontecimento do dia 3 do corrente mez, exclusivamente produzido por provocações do referido bacharel, promotor publico da comarca, que a frente da força publica, dirigida e animada pelo delegado José Martins da Cunha, condemnado no maximo do art. 207 de nosso codigo penal, tomava vales, rasgando uns e guardando outros, das mãos dos pobres feirantes, assim brutal e grosseiramente despojados de sua propriedade em boa fé. O estúpido processo afeiçoado pelo methodo a que o submetteu o referido promotor publico, levantou o protesto e a consequente lucta que travou no referido dia 3 na feira desta cidade, do qual resultou a morte de um soldado, um outro ferido e diversos ferimentos graves em muitos outros cidadãos, que foram repellidos pelas celebres autoridades policiaes, que se negaram a fazer os respectivos corpos de delicto, ameaçando-os ainda mais com maiores surras de facção.

Esta é a verdadeira conhecida geralmente, sem que possa proferir antecipadamente um juizo, individualizando-se este ou aquelle como autor dos crimes praticados, sendo certo, porém, desde logo conhecer-se a coparticipação do delegado José Martins da Cunha, conhecido por José Ventura ou José Suor, que proporcionou ao Dr. promotor publico a força policial, sem a qual tudo conseguiria em plena paz, o alludido promotor publico, si adoptasse o recommendado pela lei executiva. Entretanto, a redação da *União* perfilha em sua pagina editorial uma noticia transmittida por um delegado suspeito por estar desmoralizado por seus horribéis precedentes, e pelo crime por que está condemnado pelo integro e illustrado representante da justiça nesta comarca, ha mais de 13 mezes!! E sobe de ponto a indignação, o cynismo e a coragem de um criminoso como José Martins da Cunha, encontrar apoio em um órgão da imprensa do estado, para calumniar, como ezz ao distincto magistrado, juiz de direito desta comarca, o Dr. Gonçalo Bôtto, apresentando-o como formador de *meeting*, no qual concitava o povo contra a ordem publica. O papel do delegado José Martins é este mesmo—diz quem elle é, e mais ainda o que nunca será! Um jornal, ainda mesmo evitando a fealdade da mentira, como fez com o condicional e distincto órgão a que nos referimos, corre a probabilidade de ser acimado de excessivamente apaixonado na apreciação de um caracter conhecido em todo o estado e fóra delle, prestando de alguma sorte auxilio a um condemnado despeitado. O Dr. Gonçalo Botto estranho a todos essas miserias politicas; e entregues ao seu estudo e trabalho, só pôde ser desagradavel a quem aborrece a justiça; da qual sempre foi e é um sustentaculo. Preparem tudo para conseguir o seu arrebatamento da comarca de Campina Grande, e nunca desmerecerão a honorabilidade que o eleva e destingue; e o seu nome querido ficará gravado na memoria dos homens de bem, que aguardarão o dia de amanhã. Desafiamos: formem *meetings* em toda comarca, o verão como o povo com todos os homens de bem bradarão repellindo a mentira official do delegado condemnado; de quem tem sido aliás e é o illustre magistrado, a maior garantia. Srs. redactores da *União*, sêde justos. Dai-nos lições de mestre que sois. E mais sinão continha em dito artigo de jornal *Echo* quo bem e fielmente copiei do proprio original que me reporto e dou fé. Eu, Aureliano Filgueiras, servindo de secretario, a escrevi e subscrevo. Parahyba, 12 de setembro de 1895.—Servindo de secretario, *Aureliano Filgueiras*.

(Estavam sellados todos os documentos e reconhecidas as firmas.) >

Com os documentos que acabo de apresentar estão conhecidos os criminosos e o Senado e o paiz inteiro ficam ainda mais uma vez sabendo de que força é o governador da Parahyba.

Sei que o Sr. Alvaro Machado continuará, cometendo diariamente crimes; mas o dia ha de chegar em que S. Ex. se arrependará. Agora mesmo vou aconselhar aos meus amigos para darem queixa contra esse governador, que não cumpre a lei, que não faz caso da Constituição.

O SR. ABDON MILANEZ dá um aparte.

O SR. ALMEIDA BARRETO—Eu tenho serviços de sangue no campo de batalha em defeza da minha patria, e V. Ex. não me pôde comparar a seu sobrinho, que é uma criança e nem mesmo a V. Ex. O que hei de aconselhar aos meus amigos é que exijam o cumprimento da lei. Marcar dia, casa e logar para a eleição e depois não se encontrar a mesa eleitoral constituída, e ao contrario acharem-se as portas fechadas e tudo cercado de bayonetas, não é cumprir a lei, não é procedimento digno de um homem de bem!

Sr. Presidente, está lavrado o meu protesto e parece-me, que tenho cumprido com o meu dever.

Tenho concluido.

Camara dos Deputados

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 23 DE NOVEMBRO DE 1895

BANCOS REGIONAES

O Sr. Alcindo Guanabara—

Não fossem as responsabilidades que sobre mim pesam, como relator que fui do projecto em debate, e certamente não viria abusar da atenção da Camara, neste fim de sessão, quando os poucos minutos que restam, mal me permittirão defender o parecer das condemnações contra elle fulminadas pelo honrado deputado pelo Maranhão.

A benevolencia do Sr. presidente havia-me investido da dupla honra de ter um logar na commissão de orçamento e de tel-o, substituindo o illustre deputado pelo Pará, que tão brilhantemente tem affirmado nesta camara o seu talento e competencia (*apoiados*); e foi durante essa substituição que me veio ás mãos, para relatar, o projecto offerecido a consideração da Camara pelo nobre deputado por Minas, o Sr. Arthur Torres. Cotejando o projecto com a lei n. 183 C, de 23 de setembro de 1893, a que elle se reportava, tão claramente me pareceu que elle mais não fazia que deitar os pingos nos *i*; a essa lei, resolvendo de accordo com ella as duvidas suscitadas pelo Sr. ministro da fazenda em seu relatorio, que me julguei desobrigado de documentar largamente essa affirmativa do parecer. Parecia-me que contra o disposto no projecto nada havia que allegar; a impugnação a fazer, si a sua doutrina não fosse acceptavel, seria contra a lei de setembro, de que elle mais não faz sinão explanar certos pontos e deduzir certos commentarios.

O meu illustrado collega pelo Maranhão, entretanto, querellou-me de ter committido varios erros no parecer, o menor dos quaes era ser elle um tecido de incoherencias e contradicções. Parecia a S. Ex. que desde que eu declarava não ter grandes extremos de paixão pela lei de setembro, para ser coherente e logico, devia não acceptar um projecto cujo objectivo é fazel-a executar, mas trazer á Camara uma proposta de reforma. Ponderarei, entretanto, ao nobre deputado: 1º, que tambem eu disse no parecer que o maior, sinão o unico, beneficio dessa lei—si viesse um dia a ser executada—era a uniformisação dos lastros e das emissões decretada e não cumprida, que é justamente a facilitar o cumprimento dessa disposição que se destina o projecto em questão; 2º, que, si em qualquer assumpto não é nunca conveniente o prurido de reformar constantemente, nas materias desta natureza, que por excellencia reclamam estabilidade, esse prurido não é só inconveniente, mas perigoso.

Estas duas razões, que não carecem de mais amplo desenvolvimento—si sobre ellas não houvesse a razão suprema de minha incompetencia—bastariam para justificar-me da arguição do nobre deputado. Na analyse do parecer, S. Ex. fez grande cabedal de haver eu dito que o legislador de 1893 houve de considerar a materia sob pressão; e como em aparte a S. Ex. eu o repetisse, declamou S. Ex. que isso deveria ficar consignado. Não sei que cousas extraordinarias e terriveis teria o honrado deputado percebido através desse conceito. E' de notoriedade publica que effectivamente o legislador de 1893 agiu sob a pressão do decreto dictatorial de 17 de dezembro de 1892, que, posto que emanado de poder incompetente, foi recebido e cumprido como lei de salvação publica; e quando houve o Congresso de se pronunciar sobre elle, direitos se haviam estabelecido delle oriundos, interesses á sua sombra se haviam creado e evidente é que o Congresso já não podia delibelar livremente e tinha a sua acção limitada ás suas linhas geraes. Agiu manifestamente sob essa pressão; que, pois, tanto surprehendeu o honrado deputado nessa affirmativa; que intuito o animou ao solicitar que fosse ella consignada?

O SR. BENEDICTO LEITE—O meu intuito era salientar que, tendo sido a lei votada nessas condições, era muito natural que agora se fizesse o contrario do que o que V. Ex. sustenta em parecer, isto é, que se modificasse a lei.

O SR. ALCINDO GUANABARA—O anno de 1892 viu travar-se nesta camara largo e ardente debate sobre a materia. Prevaleceu afinal um projecto que conciliava a opinião da maioria; o Senado encerrou seus trabalhos sem emittir um voto decisivo sobre ella, e alguns dias depois desse encerramento promulga o Poder Executivo o decreto de 17 de dezembro, que autorisava a fusão dos bancos da Republica e do Brazil, que, dias depois, era facto consummado.

A commissão de orçamento da Camara não se conformou, porém, com elle e concluiu o seu parecer, offerecendo um projecto de encampação das emissões e resgate do papel-moeda.

Com a autoridade de que sempre muito justamente gosou nesta camara, o meu honrado chefe e amigo o Sr. Glicerio exprimiu a situação em que se achava nestas palavras: « Collocado entre o projecto que apresentei e o que motivou o parecer da commissão do orçamento ora em debate já promulgado e que está produzindo effectos, julga prudente dar o seu voto a este ultimo. Já disse que não é apaixonado pelo decreto de 17 de dezembro, nem como peça juridica, nem como peça financeira. Tem á vista o interesse publico que reputa estar gravemente comprometido. » (*Annaes*, 1893, vol. III, pags.).

Ao votar-se em primeira discussão o projecto da commissão que destruiu por completo o plano do decreto, a consciencia dessa situação por parte da Camara revelou-se nitida nas palavras do Sr. Zama. « Foi bom o que se fez? Pensa o orador que não. Mas seria util no momento actual, rejeitar *in limine* o decreto de 17 de dezembro? Acredita tambem não... Não pôde destruir os effectos já produzidos por esse decreto e não sabe si, destruindo-o, não se produzirão maiores males do que aquelles que actualmente supporta o paiz. Nessas condições, não aconselhando a minoria, não sabe o que deve fazer pela sua parte, porque si occasião ha em que o homem publico pôde allegar que se sujeita ao imperio das circumstancias, é esta. » (*Annaes*, 1893, vol. III, pag. 32).

Evidentemente, pois, a Camara não tinha então liberdade de acção: a lei de setembro foi feita, como diz o parecer, sob esta pressão e tem todos os defeitos de uma lei votada nessas condições. Mas porque não havemos de modificar-a? interpella-me o honrado deputado pelo Maranhão. E como se entende que, reputando-a manca, frouxa, incompleta e inefficaz, ao invés de propordes a sua revogação, apadrinhaes um projecto que a manda cumprir?

Vou tratar de defender-me das accusações do meu honrado collega, Sr. presidente, e começarei por salientar que, de todas essas luctas anteriormente travadas, o decreto de dezembro e a lei de setembro salvaram uma conquista de grande relevancia: a unificação das emissões bancarias.

O SR. BENEDICTO LEITE — Sem duvida nenhuma.

O SR. ALCINDO GUANABARA—Pois é justamente essa conquista, que não tendo tido execução pratica até agora, apesar de haverem já decorrido dous annos desde a lei de setembro que a consignou, que determina e exige o projecto ora em debate. E' preciso confessar que seria realmente ser soffregos demais, se modificassemos uma lei antes mesmo de ter sido ella cumprida em um ponto—que estamos todos accordes em considerar de grande beneficio para o paiz. O que me parece, pois, de grande urgencia, por ora, não é revogar a lei de setembro, é cumpril-a.

Vendo-a em execução é que podemos melhor notar-lhe os defeitos e aperfeiçoal-a ou mesmo revogal-a, si de facto não satisfizer a nenhum dos fins que teve em vista o legislador. Nestes assumptos, ainda mais especialmente que em qualquer outro, acio que da

experimentação e da observação é que nos advirão as melhores lições. As noções abstractas, as theoreticas, as puras doutrinas, teem-nos conduzido de erro em erro.

Nos ultimos tempos, Sr. presidente, muito se tem discutido a chamada questão financeira e muitos teem sido os alvitres suggeridos. Tanto quanto se pôde julgar de actos e palavras, o que mais tem ferido a atenção dos poderes publicos é a desvalorisação do meio circulante, traduzida no excessivo agio do ouro; e o remedio mais geralmente indicado para esse mal tem sido a retirada e queima do papel-moeda, aprégoada causa de todos os males, e de cuja suppressão se confia virá o estabelecimento da circulação metallica. Em 1892, travou-se nesta casa um memoravel duello entre os que queriam que o Thesouro encampasse as emissões bancarias, e os que queriam reorganisar o Banco da Republica; a lucta foi renhida e vehemente; mas o que é curioso, é que no ponto capital da questão estavam todos os que se degladiavam de accordo, pois, unanimemente admitiam que a causa da depressão cambial era o papel-moeda, e o remedio que indicavam, era sempre o resgate e queima de parte delle. Ora, não ha medida que mais tenha sido indicada como salutar remedio á desvalorisação do meio circulante do que essa de resgatar e queimar papel; e não ha vez alguma em que ella tenha sido posta á prova, que não haja falhado.

Data quasi dos primeiros dias da nossa nacionalidade...

O SR. ERICO COELHO—V. Ex. quasi vae a Adão e Eva.

O SR. ALCINDO GUANABARA... Para não ir ao exemplo estrangeiro, tanto e tão imprópriamente invocado, todas as vezes que se tratam essas questões. Quer-me parecer que é muito mais proveitoso estudarmos a nossa propria historia, colejarmos os factos, as circumstancias, a época, o esforço empregado e o resultado delle para tirarmos da experiencia do passado o ensinamento do presente e a lição do futuro.

Em 1836—37, a nossa situação era incomparavelmente mais grave do que a actual. Pelo lado politico tinhamos um governo, ora frouxo, ora arbitrario, instavel e incerto como foi o da regencia; tinhamos a guerra no Rio Grande do Sul com caracter muito mais temeroso do que a que ha pouco alli terminou, pois, estava proclamada a separação daquella provincia, constituída em Republica; tinhamos motins em varias provincias do norte, e a situação politica do sul era de tal agitação, que pouco depois romperam movimentos revolucionarios.

Pelo lado financeiro, havia seis annos que não se comprava uma só apolice para amortisar a divida externa, e Rothschild, em carta ao marquez de Barbacena, queixava-se de que « nunca esteve certo de receber o dinheiro para pagar as juros sinão mui perto do prazo de pagamento; o cambio havia cahido de 43 1/5 a 20 e 22 dinheiros, e a Nação estava infestada de cobre falsificado, de vales, conhecimentos, fichas, bilhetes emitidos sem regra e sem lei, á mercê das necessidades ou da especulação. Empenhavam-se os poderes publicos ardentemente para melhorar tão desastrada situação, a ponto de haver sido enviado o marquez de Barbacena á Europa com o encargo de perguntar aos banqueiros inglezes que é que aqui se devia fazer para conseguir esse desideratum.

Um SR. DEPUTADO — E elles responderam?

O SR. ALCINDO GUANABARA—Responderam. Os Srs. Rothschild disseram redondamente que não tinham nada com isso; que o seu officio era emprestar dinheiro aos governos que lhes inspiravam confiança, e que para tanto era preciso respeitar os contractos; cada um dos outros respondeu que o Brazil precisava de fazer um emprestimo e que, si desse boas garantias, elles estavam ás ordens...

O papel-moeda que existia até annos antes tinha o curso confiado ás provincias; em 1835 havia-se mandado resgatar o cobre e substituil-o e a esse papel do curso limitado

por papel do Estado com curso em todo o imperio. Essa lei, porém, já inspirada no intuito de valorisar o meio circulante, não logrou impedir que em 1837 a situação estivesse assim aggravada.

Debatendo-se com a crise que era aguda, urgido pela situação da praça, que reclamava providencias por intermedio da Junta Commercial e pela situação do povo que soffria, então como em 1892, coma agora, não hesitaram os poderes publicos em insistir na doutrina de que ao papel-moeda se deviam todos os males, e em julho de 1837 foi apresentado um projecto de lei ordenando o seu resgate e queima e instituiu-lo para isso um fundo constituido por addicões de 1%, e 1 3/4 % aos impostos de expediente e de armazenagem; por productos de 12 loterias annuaes de 120:000\$ cada uma e pela alienação de varios proprios nacionaes.

O projecto converteu-se em lei, mas o resultado da lei foi nullo.

O Sr. SERZEDELLO CORREIA—O erro não está na lei; está em não se ter executado a lei desde 1835 até hoje.

O Sr. ALCINDO GUANABARA—V. Ex. verá que é exactamente executar taes leis que é impossível. Era aliás o que dizia, discutindo essa de 1837, o Sr. Hollanda Cavalcanti.

«... quizera que S. Ex. o Sr. ministro da fazenda infirmasse si não ha alguns impostos adjudicados a esse resgate?»

O Sr. Alves Branco (ministro da fazenda)

—Ha.

O Sr. Hollanda—Tem se resgatado?

O Sr. Alves Branco—Não.

O Sr. Hollanda—Então o que mais se quer? Teem-se applicado impostos para o resgate do papel; e tem-se feito isto? Não. E porque? Naturalmente porque as rendas não chegam; e eu creio que toda a renda que for applicada não chegará.»

O Sr. Hollanda via as cousas pelo aspecto da verdade. Apesar da lei, a situação não melhorou; chegava-se a 1839 a braços com as maiores difficuldades; e eu serei forçado a repetir isso como um estribilho ao passar essa rapida vista de olhos sobre o passado, que ao menos servirá para que não se continue a attribuir uma situação, que é filha de taes factos, á simples mudança da fórma de governo. (Muito bem.)

O Sr. ERICO COELHO—Presta V. Ex. um grande serviço á Republica.

O Sr. ALCINDO GUANABARA—A lei de 1835 já não podia ser applicada em 1839.

O ministro da fazenda, aterrado deante de um deficit de 9.000:000\$000, pedia á Camara para suspender o resgate do papel-moeda e applicar ás despesas ordinarias o imposto a isto destinado; e a Camara não só lh'o concedia, como decretava para cobrir o deficit... uma emissão temporaria de papel-moeda!

Uma comissão do commercio representou á Camara em favor da emissão e argumentava com a necessidade crescente de meio circulante que tinha o mercado assignalando a improficuidade do recurso de resgate, pois que «apezar de resgatado, o papel não augmenta o valor restante.»

Em 1840, Alves Branco, ministro da fazenda, nomeou uma comissão, de que fazia parte Salles Torres Homem, incumbida de examinar essas questões e preparar um trabalho para ser presente ao corpo legislativo. Os quesitos apresentados a essa comissão foram apreciados em um parecer em que se encontram conceitos e opiniões que merecem attenção. Tomarei a liberdade de ler alguns trechos:

«E' preciso não somente conservar papel-moeda restrictamente, exactamente e invariavelmente ao nivel de um padrão monetario effectivo para evitar o «mal de oscillação continua de valores», mas é preciso que não haja em tempo algum, em parte alguma do imperio, uma falta de numerario que retarde, difficile ou impeça as multifarias transacções do commercio.

Deve-se cuidadosamente evitar de causar um «vasio» consideravel de meio circulante.

Ora, a queima do papel, ao passo que em nada contribue para effectuar o grande requisito da fixação de valores, produz todos os inconvenientes da escacez de numerario.

De todos os meios de melhorar o meio circulante que se tem apresentado, parece na verdade o mais inadequado.

A sufficiencia de meio circulante não é menos importante que a immutabilidade da medida de valor; e si o ouro e a prata nos asseguram, esta é quasi impossível (por mais que digamos os inimigos de «trapos», obter aquella sem o auxilio de papel-moeda.

Não é a quantidade dessa moeda girando no imperio, mas a pouca esperanza de vel-a resgatada por valores reaes dentro de um prazo razoavel, que é a causa de seu descrito.

Um principiante da Praça do Rio de Janeiro sabe que ainda que amanhã se queimasse a metade ou mesmo a totalidade das notas que alli circulam e não existissem ao mesmo tempo nem café, nem assucar, nem ouro, nem outros productos do paiz no mercado, ou, o que vem a ser o mesmo, não houvesse quem saccasse sobre a Europa, o cambio, não obstante o desaparecimento das notas, baixaria e isso consideravelmente.»

O Sr. SERZEDELLO CORREIA—Estou em completo desacordo.

O Sr. AUGUSTO SEVERO—E' um bello e sabio parecer. (Trocam-se outros apartes.)

O Sr. ALCINDO GUANABARA—O ministro da fazenda da época conformava-se com esta doutrina, aliás, absolutamente verdadeira (ha apartes); e no relatorio apresentado em 1840 expunha-a com estas palavras:

«O maior inconveniente da circulação do papel-moeda vem de não ter elle valor intrinseco e por isso o principal empenho do governo devia consistir em dar-lhe esse valor. A amortisação pela queima não pôde chegar á isso e se continuar até ser o papel reduzido á metade seguir-se-ha daqui uma criss igual a uma bançarrota.»

O recurso suggerido então por Alves Branco era reemittir-se dous terços do papel já queimado para se adquirir barras de ouro que deviam ser depositadas na Caixa da Amortisação, para que o papel «que não excedia ás necessidades da circulação», representasse valores reaes. Nada, todavia, se fez e continuou em vigor a lei da queima. Foi por essa época que o Sr. D. Pedro II se declarou maior; e a situação—aqui está o estribilho—era cheia de difficuldades.

A Camara sabe qual era a situação politica que determinou a conspiração de palacio que triumphou com o golpe da maioridade. A financeira era igualmente grave: accumulavam-se deficits e só nesse anno de 1840 votaram-se creditos especiaes na importancia de cerca de 18.000:000\$000. Estava-se, entretanto, em paz e a ascensão ao throno do Sr. D. Pedro II fez serenar as paixões exaltadas no tempo da regencia.

No entanto, no anno de 1841, o ministro da fazenda vinha solicitar da Camara—que lh'a concedia—autorisação para tomar por emprestimo á caixa das rendas applicadas á queima do papel-moeda todas as sommas que se arrecadassem para esse fim e que se emitissem notas, comtanto que a sua importancia não excedesse ás sommas até então queimadas, que eram de pouco mais de 4.000:000\$000.

Eis aqui o resultado pratico da primeira applicação da decantada medida do resgate e queima do papel-moeda. Não se pôde desejar mais evidente demonstração da incapacidade do recurso para produzir o resultado que delle se espera. Sem graves complicações politicas, sem guerra ou commoções de qualquer natureza, na normalidade da vida constitucional, quando apenas se havia logrado queimar quatro mil contos, eis que o governo vem solicitar, não só que se suspenda o resgate, mas que se reemitta esse pouco mesmo resgatado!

O Sr. MAYRINK—E' o que nos vae acontecer muito breve.

O Sr. ALCINDO GUANABARA—Em 1841 o ministro da fazenda declarava que muitas

leis haviam sido feitas, mas tendo sido todas ellas at donadas, as cousas teem continuado no mesmo estado e empoeirado!!

«Entendi, dizia elle, que não cumpria o meu dever sem chamar toda a vossa attenção a esse importantissimo objecto, porque se de 1836 para cá, isto é, o periodo de oito annos, tem o cambio baixado desde 40 até quasi 25 (o que mostra que não é agora que se vê pela primeira vez tão grande depressão cambial) pôde com razão temer-se que, seguindo o mesmo systema, elle chegue em 1853 a 5 pence por 1\$, com grave detrimento nosso.»

Esse ministro da fazenda, que era o Sr. Alves Branco, volvia as suas idéas de instituir um fundo metallico de garantia para o papel no intuito de valorisal-o e indicava a serie de medidas a tomar para isso. Mas o que toda a gente entendia que era preciso, era pura e simplesmente resgatar o papel-moeda.

Apezar de todos os desastres anteriores, da demonstração palpavel de que esse resgate, não só era nocivo, mas que era impossível, a opinião firmada, segura, estabelecida, incontraversa, era que a baixa do cambio não nascia sinão do papel-moeda. Dessa opinião resultou logicamente a lei de setembro de 1846 Tem dous artigos, mas é uma maravilha. Pelo primeiro quebrou-se o padrão da moeda: o cambio havia-se despenhado das alturas do par, que era 43 1/5 d. por 1\$, ao charco de uma taxa variando entre 22 e 24 d.; decretou-se que o par seria 27 d. por 1\$. Uma vez effectuada essa reforma com essa simplicidade, certos como todos estavam de que o cambio cahia porque havia papel-moeda demais, ordenou-se pelo art. 2º que, quando essa baixa se desse, resgatasse o governo papel até que de novo o cambio subisse. Era uma especie de bomba aspirante, um syphon que se installava no Thesouro.

O Sr. SERZEDELLO CORREIA—Foi uma lei de grande sabedoria. (Ha muitos apartes.)

O Sr. ALCINDO GUANABARA—Seria a mais engenhosa das leis, si fosse verdadeiro o principio em que assentava. Não falto da quebra do padrão, porque não pôde ser a isso que o nobre deputado chama sabio. Sob esse aspecto, foi a lei da banca-rotta. Seria, sem duvida, engenhosa si, para manter sempre o cambio ao par, não fosse preciso sinão, queimar o papel de um lado e ver de outro a columna cambial subir como a de mercurio no thermometro a esse calor. Logicamente, si o cambio subisse além do par, bastaria uma ducha gelada de emissão de papel para obrigar a columna a descer ao ponto fixo de 27. Para phantasia, Sr. presidente, mero sonho, que em breve os factos se encarregaram de destruir por completo!

Em virtude dessa lei, nem uma só nota foi retirada. Que pensais que aconteceu? Que o cambio continuou a baixar? Que, ao menos, se manteve na taxa baixa que accusava anteriormente? Ao contrario, senhores, o cambio subiu e foi além do novo par. Eis aqui as proprias palavras com que, no anno seguinte, o ministro da fazenda referia o caso ás Camaras:

«As circumstancias do paiz teem sido sufficientemente prosperas para que o cambio, que ao tempo da discussão da lei se achava de 26 3/4 a 27, tenha subido a 28,5 e a 30 pence por 1\$ nas principaes praças do imperio, elevando assim o valor do papel em relação aos dos metaes nobres; o que tem até agora tornado dispensavel a autorisação que concedestes ao governo de retirar por meio de operações de credito qualquer somma de papel circulante.»

Carecemos de melhor documento de que a acção do papel-moeda sobre o cambio é por assim dizer nulla? Vemos que se considera excessivo esse papel; vemos que se firma vigorosamente a convicção de que só a sua retirada determinará a alta do cambio; decreta-se a lei que estabelece no Thesouro permanentemente uma bomba aspirante de papel, um anno depois, apesar de se não haver retirado uma só nota, de não haver a bomba funcionado nem um instante, o cam

bio sóbe e vae muito além do par. Não é evidente que se elle se detinha baixo, era por outras causas, que foram removidas ou compensadas?

O Sr. SERZEDELLO CORRÊA dá um aparte.
O Sr. ALCINDO GUANABARA—Chegava-se por esse facto á contra-prova de que essa mészinha do resgate e queima do papel era imprestavel. Errava-se quando á quantidade do papel attribuia-se a baixa do cambio; errava-se quando, para evita-la, mandava-se resgatal-o. Acabaste de ver como, sem se resgatar uma nota, subiu o cambio; innumerables são na nossa historia as vezes em que apesar do resgate, o cambio desceu. O nobre deputado não suffraga esta doutrina. É uma opinião que eu respeito, apesar de ver que todos os ministros da fazenda deste paiz, todos, desde os primeiros dias do imperio, por maior que tenha sido a sua capacidade, como Francisco Belisario, por exemplo, cuja memoria invoco sempre com a maior veneração, cuja perda é uma das mais sensiveis para o nosso paiz (apoiados) e cuja competencia é reconhecida geralmente, todos os que teem defendido e praticado a doutrina do nobre deputado e teem posto em pratica o resgate e queima do papel, teem sido obrigados a confessar tacitamente a inefficacia da medida, porque por um que queimam, ha dous que são forçados a reemitir. (Apoiados.)

Já está, porém, excedida de muito a hora; e nem eu desejo abusar da benevolencia de meus illustres collegas (não apoiados), nem posso resumir em alguns minutos o que tenho a dizer. Assim, rogo a V. Ex., Sr. presidente, que consinta que eu conclua amanhã.

O Sr. PRESIDENTE—V. Ex. poderá ficar com a palavra para amanhã.

O Sr. ALCINDO GUANABARA—Muito agradeço a V. Ex.

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 1895

(Continuação do anterior)

O Sr. Alcindo Guanabara—Venho hoje á tribuna com sacrificio de saúde; e não o allego para encarecer o cumprimento do dever, mas para ainda mais fundamentado impetrar a benevolencia da Camara, que nisso verá a justificação de minha ausencia na sessão de hontem.

Demonstrava nessa sessão, Sr. presidente, que a panacéa do resgate e queima do papel-moeda, tão recommendado como o primeiro e principal remedio a dar a desvalorisação do meio circulante, ou nunca havia passado da lei para a effectividade pratica ou havia falhado quantas vezes posta á prova.

Decretada em 1837 e effectuada em pequena parcella, era em 1841 annullada por emissão superior ao *quodcumque* queimado; decretada em 1846, não foi sequer applicada; decretada em 1850, é annullada por nova emissão em 1853; decretada em 1859, é destruída pelas emissões de 1864; decretada em 1866, é annullada por nova emissão em 1867; decretada em fim em varias leis de orçamento, é destruída pelas emissões de 1873, de 1875, de 1878, de 1885, de 1890 e de 1892.

Evidentemente, as administrações passadas não tinham todas o proposito firmado de burlar desonestamente as leis que ellas proprias propugnavam perante a Assembléa Geral.

Si, pois, esse resgate e queima de papel, tão apregoado, tão defendido, tão recommendado, não pôde jámais ser applicado nem pelos seus mais entusiasticos defensores, força é reconhecer que alguma barreira insuperavel a isso se oppunha, que alguma circumstancia, mais forte que a propria lei, a isso obstava.

Em verdade, Senhores, em contraposição á linha de conducta seguida pelos governos, cujo objectivo era sempre a redução do meio circulante, nós podemos verificar que a tendencia da Nação era justamente a opposta; que as necessidades do paiz reclamavam em altos brados a expansão desse meio circulante; e que á falta de um, legal e regular, contentavam-se com o convencional que as cir-

cumstancias creavam. Que mais eloquente demonstração queriam os homens de governo da escassez do numerario, que a que lhes advinha, por exemplo, do caminho seguido pelas provincias cujas Assembléas, como as do Ceará, de Pernambuco, de S. Paulo e de Minas Geraes, decretavam ou discutiam a criação de bancos de emissão, cujas notas seriam recebidas nas estações de arrecadação provinciaes?

Que mais significativa demonstração dessa verdade podiam elles pretender que a que lhes davam os bancos desta praça, emitindo vales a prazo fixo e curtissimo, de dez, de cinco dias, não raro á vista, vales que circulavam de mão em mão como moeda, mesmo depois de vencidos?

Vereis aqui, cotejando as datas, que, ao passo que o governo luclava, pobre Sisypho, por carregar a sua pedra do resgate e queima do papel, a Nação esforçava-se por adquirir o elemento necessario á sua vida.

1836—Lei da provincia do Ceará, sancionada por José Martiniano de Alencar, creando um banco de emissão. Capital 60:000\$. Emissão realisada 45:000\$000.

1847—Projecto em Pernambuco, criação de uma Caixa de Economia ou de Soccorros da Provincia.

Mesma data: identicos projectos em São Paulo e Minas.

1839—1853—Banco Commercial do Rio de Janeiro. Capital 5.000:000\$. Emissão de vales 1.574:000\$000.

1845—1856—Banco Commercial da Bahia. Capital 2.000:000\$000. Emissão de vales 1.000:000\$000.

1846—1856—Banco Commercial do Maranhão. Capital 800:000\$. Emissão de vales 324:885\$000.

1852—1855—Banco de Pernambuco. Capital 1.699:600\$. Emissão de vales 850:000\$000.

1847—1856—Banco Commercial do Pará. Capital 400:000\$. Emissão de vales...

1851—1854—Banco do Brazil. Capital, 8.000:000\$000. Emissão de vales, 1.880:300\$000.

Taes factos, por mais suggestivos que nos pareçam, nada influiram para modificar a orientação que então se seguiu. Ia-se de desengano em desengano a perseguir essa brilhante chimera da circulação em ouro. Tinha-se afinal tirado a prova de que a acção do Thesouro, por si só, ou não era sufficiente ou não era bastante effizaz para conduzir a esse desideratum: de todos os pontos vozes erguiam-se reclamando a constituição de um banco que se tornasse o valorizador do meio circulante. O proprio Sr. visconde de Itaborahy, que ainda em 1851 declarava que, não sendo contrario ás instituições bancneas, não reputava o paiz em condições de sustentar um banco com taes funcções, ministro da fazenda que era, apresentou e sustentou o projecto que veio a ser a lei de 5 de julho de 1853.

O novo Banco do Brazil, que era assim creado, podia emitir notas ao portador e á vista, realisaveis em moeda corrente (ouro ou papel do Thesouro) e devia resgatar todo o papel do Thesouro á razão de 2.000:000\$ annualmente, sendo 10.000:000\$ a titulo de emprestimo ao governo sem juros, durante o prazo do privilegio, findo o qual, o governo os pagaria em dinheiro ou apolices de 6%; o restante sendo-lhe pago pelo governo.

O estudo da vida deste instituto é para nós mais cheio de ensinamentos qua a leitura meditada de quantos tratadistas possam ser recommendaveis. «As circumstancias teem mudado... dizia o Sr. visconde de Itaborahy ao apresentar ás Camaras a lei que o creou. A riqueza publica e com ella a somma de transacções tem crescido, o espirito industrial começa a desenvolver-se de maneira bem pronunciada; e por fim a insufficiencia do papel-moeda é attestada pela presença de 16.000:000\$ a 20.000:000\$ metallicos, com que se acha augmentada a massa do meio circulante. Parece chegado o prazo do crear-se um banco de emissão, que não só auxilie o governo no resgate do papel-moeda, mas ainda o progressivo augmento do credito e da riqueza nacional...» A situação parecia

effectivamente animadora: o cambio subia a 27 e mais, oscillando até 28; havia certo equilibrio entre a importação e a exportação, e os orçamentos, graças a alguns pequenos saldos de annos, anteriores haviam-se equilibrado.

O aparelho regulador da circulação estava montado; ia-se afinal tocar á desejada méta e já se preparavam os pifanos e tambores com que se solemnisaria o triumpho brilhantissimo das theorias apregoadas, a victoria gloriosa e inesquecivel das doutrinas economicas dos paizes de além mar. Esqueciam-se de que no homem tudo é fragil, mesmo o pensamento, e não lhes veio sequer á mente a advertencia sentenciosa que o poeta divino attribue a S. Thomaz:

*O' insensata cura de mortali
Quanto son diffettive sillogismi...*

Foi effectivamente a fallencia da logica: as premissas estavam erradas.

Esse banco, que devia resgatar o papel-moeda do Thesouro, malsinado causador de ruinas que não existiam; esse banco que devia horrifar-nos com o fecundante orvalho da libra esterlina e servir-nos, como prato de resistencia, notas conversiveis em ouro, emitidas pelo duplo dos fundos disponiveis, vinha, dous annos depois da lei que o creou, sem ter resgatado uma só nota do Thesouro, solicitar do ministro autorisação para elevar sua emissão além do duplo dos fundos, e o ministro confessava á Camara que, de facto, o banco emitira mais do que o que a lei lhe permitia e que, para acudir-lhe com remedio, autorisara-o a elevar essa emissão ao triplo! Isto, porém, não era sinão o preambulo. Em 1856, o banco começou a operar o resgate e queimaram-se na Caixa da Amortisação 2.000:000\$ de papel do Thesouro. Em 1857, porém, veio a desillusão.

«É factio constante dos balanços do Banco do Brazil, dizia o ministro ás Camaras, que, de junho de 1855 até fim de março ultimo, tem este estabelecimento importado cerca de 20.000:000\$ de ouro e que, não obstante isso e a operação do troco das notas de 50\$ de que vos deu conta o relatório anterior, o fundo disponivel apenas teve de então para cá o augmento de 4.000:000\$, de onde se vê que tem havido e continua a haver uma permanente exportação de moeda deste para os outros mercados do imperio e talvez para algumas praças estrangeiras.

É, pois, claro que as circumstancias do paiz não permitem ainda que o Banco eleve as suas operações, como estabelecimento de emissão, á somma correspondente ao capital que já tem realisado.»

A situação era anormalissima: a taxa de descontos do Banco subira de 8 a 11%, esforço accentuado para a defesa de seus fundos metallicos; entre particulares o desconto subira a 15%. «Esta fluctuação, explicava o relatório da commissão parlamentar de inquerito de 1865, era signal evidente das difficuldades em que se achava o Banco do Brazil pelo escoamento de seu fundo metallico.»

A experiencia da circulação metallica liquidava-se, pois, vergonhosamente. Para não deixar fallir o Banco, houve o governo de abrir-lhe creditos em Londres, de auxilia-lo directamente aqui, de intervir na praça por intermedio da casa Mauá Max Gregor & Comp., offerecendo por esses varios meios, saques em um total approximado de £ 1.200.000. Não obstante a solicitude governamental, o prejuizo, pelas fallencias que a crise determinou, montava só nesta Praça a cerca de 15.000 contos!

Quanto son diffettivi sillogismi!... Infelizmente, de envolta com o natural desastre da precipitada tentativa de circulação metallica, sossobrou tambem o salutar principio da unidade de emissão. Apesar do desastre, aniparado pelo governo, continuava o Banco a funcionar; e restabelecida a normalidade na Praça, eil-o de novo em perigo, pois em 1857 a sua emissão já excedia outra vez do limite legal, que já agora era o triplo, e nem a elevação da taxa de desconto a 9% bastava para defender o seu fundo.

Deante disto, convenceu-se o governo de que effectivamente a Nação reclamava maior quantidade de numerario; e o recurso que achou para satisfazer-a foi a creação de novos bancos de emissão e os creou permitindo a emissão sobre fundos de apolices ou acções de estradas de ferro e até sobre simples titulos de carteiras. Por essa creação de Bancos de emissão, feita exclusivamente e dictatorialmente pelo Poder Executivo, o meio circulante achou-se desigual, perturbado, sem uniformidade, condições que aliás lhe são essencialissimas.

Vereis neste quadro os Bancos que se crearam em virtude desse decreto do Poder Executivo:

Nome	Prazo	Capital real- sado	Maximo em circulação
Banco Commercial e Agricola (do Rio)	1858—62	200:000\$000	7.539:000\$000
Banco do Rio Grande do Sul	1858—62	600:000\$000	750\$000
Banco de Pernambuco	1858—66	2.000:000\$000	1.490:000\$000
Banco do Maranhão	1858—66	770:000\$000	680:000\$000
Banco Rural Hypothecario	1859—66	8.000:000\$000	1.926:000\$000
Banco da Bahia	1858—66	4.000:000\$000	2.768:200\$000
		22.570:000\$000	14.413:950\$000

Como o cambio baixasse, apressou-se o governo em volver as suas esperanças de circulação em ouro, e em 1860 novo projecto era apresentado á Camara, ordenando aos Bancos a realisação de suas notas em ouro ao portador e a vista dentro de tres annos, limitada a emissão á existente, enquanto não fosse conversivel.

A experiencia de um doloroso passado recentissimo nada havia ensinado: volvia-se á perseguição da chimera brilhante, trilhando-se á mesma estrada das decepções. Embalde o conselleiro Dantas advertia que, si não se desse á lavoura, ao commercio, ás industrias « os recursos de que ha mister, a renda publica não chegará nem para satisfazer metade dos serviços que nossos orçamentos decretam »; embalde advertia que « poderão os Bancos, á força de contracções e depois de causarem grandes desastres sociaes, obter a introdução de algum ouro no paiz, mas... as fontes das rendas publicas se estancarão por longos annos. »

O projecto de 1860 transformou-se na lei de 22 de agosto desse mesmo anno.

Será preciso dizer que essa lei não foi executada? Os Bancos preferiram não emittir mais a emittir sobre ouro e soffreram a pena de retirar a sua circulação. Em 1862 haviam sido retirados 9.622 contos; e nesse anno o relatorio do Ministro da Fazenda contém este pedacinho de ouro:

« ... Nenhum dos Bancos abriu ainda o troco de suas notas em ouro, preferindo conservar a sob as restricções, que nessa hypothese lhes prescreve a lei de 22 de agosto de 1860.

O papel-moeda torna-se cada vez mais escasso, não só pelas reduções que tem soffrido,

porque é quasi o unico agente da circulação monetaria nas provincias onde não existem caixas filiaes do Banco do Brazil, nem outros estabelecimentos da mesma natureza; e a escassez desse numerario dá-se ao mesmo tempo que se vão creando e desenvolvendo novos nucleos de população pelo interior de algumas provincias em logares que não ha muito, eram desertos. » Era então, ou nunca, a occasião de affluir ouro ao Brazil. « Si a massa das transacções augmentasse, dizia o Sr. visconde de Itaboraay em 1850 no seu relatorio, e maior somma de meio circulante se tornasse por isso necessaria, affluiria espontaneamente a moeda metallica para restabelecer o equilibrio da circulação. »

Mas, infelizmente, nem em 1859, quando a taxa de desconto elevou-se de 4 e 5 % a 10 e 12 % nem então, a moeda metallica achou a porta por onde deveria entrar, e o recurso do governo foi não a prata mas o papel de casa. Houve o governo de autorisar o Banco do Brazil a entrar em accordo com os demais Bancos emissores e volver assim a ser o unico emissor e effectiva emissão pelo triplo de seu fundo disponivel.

Mas esse recurso ainda era insufficiente ás necessidades das transacções mais graves que a de 1857, que rompeu a tremenda crise da praça de 1864, a Camara, tão bem conhece, e que veio demonstrar quão imprudentes haviam sido os governos nesse caminho de avanço e recuos, andar de somnambulo através um sonho que se esvaia como fumo no momento preciso em que se suppunha tel-o attingido.

Não é preciso insistir, Sr. presidente, para demonstrar que a lição do nosso passado nos ensina que temos vivido sempre em uma lucta continua entre os governos, por tornar escasso o meio circulante e a Nação por ampliar-o ás suas necessidades. E quem quer que se dê ao trabalho de folhear a nossa historia financeira, mesmo perfunctoriamente, como tomei a liberdade de fazer perante a Camara, convencer-se-ha de que é puramente imaginaria a apregoada causa dos nossos males e por esse vicio de origem tão impotente para melhorar a nossa situação e o decreto de 17 de dezembro de 1892, como o projecto da honrada Comissão de Orçamento desse anno como essa lei de 1893, que analysamos.

O resgate e queima do papel-moeda, muitas vezes decretados, nunca puderam ser levados a effecto. Si o tivessem sido, só por isso o cambio não subiria; assim como não baixa só porque o papel seja excessivo.

Bem sei que não estou a dizer nada de novo: os mais distinctos estadistas do imperio cansaram-se de affirmar-o e demonstrar-o nos ultimos tempos. Mas não será talvez demais dizel-o quando nesta casa affirmava-se, ainda não ha dous annos, do modo o mais positivo, que a miseravel taxa cambial que pesa asphyxiantemente sobre nós era devida ao excesso de papel-moeda.

Estou convencido de que não existe tal excesso de papel-moeda.

O Sr. SERZEDELLO CORREIA — Supponha V. Ex. o cambio a 24 ou 27 e diga-me si esse papel-moeda é ou não excessivo.

O Sr. ALCINDO GUANABARA — O excesso de meio circulante mede-se por um só estalão: a taxa de desconto. E quando a taxa de desconto é, como agora, de 10 % e 12% — o que é quasi usura — é certo, positivamente certo, que o meio circulante não abunda e muito menos que superabunda. E' de primeira intuição que, si a moeda fosse abundante, o seu aluguel seria muito mais barato.

Da taxa do cambio nenhum elemento de julgamento pôde ser tirado para esta questão. O cambio nada tem que ver com o papel-moeda, nem o papel-moeda com o cambio. Naturalmente, si não tivéssemos papel-moeda, não haveria differenças de cambio, sinão as imperceptiveis que existem entre paizes de circulação metallica; mas, por outro lado, é tambem claro que, si nada tivéssemos de comprar ou vender ao estrangeiro, o nosso papel-moeda não se depreciaria sinão caso elle fosse superior ás necessidades de nossas transacções internas.

Diminue a somma de contribuições que temos de saldar em ouro no estrangeiro e augmentae a massa de papel-moeda no paiz e vereis que a taxa de cambio, longe de descer, subirá.

A circulação inconversivel na Italia era em 1867 de 837 milhões e em 1868 de 903: o agio do ouro, ao em vez de subir, desceu de 13,40 a 5,62; em 1873 a emissão era de 1.524 milhões e o agio do ouro 15,80; em 1874 a emissão elevou-se a 1.682 milhões e o agio cahiu a 10,80; em 1875 a emissão elevou-se ainda 1.607 milhões e o agio cahiu a 8.

Em 1871 a emissão em França era de 2.073 milhões e o agio do ouro 0,4; em 1872, a emissão elevou-se a 2.372 milhões e o agio do ouro desceu 0,3; em 1873 elevou-se ainda a 2.600 milhões e o agio do ouro desceu a 0.

Em 1860 e 1861 a nossa emissão era de 82.012 contos e o cambio estava a 26 3/4; em 1863 e 1864 a emissão elevou-se 99.543 contos e o cambio elevou-se a 27 3/4; em 1868 e 1869 a emissão era de 183.225 contos e o cambio variava entre 20 e 18 d.; em 1870 e 1871 a emissão elevava-se a 191.805 e o cambio variava entre 25 7/8 e 21 7/8.

Poderia accumular exemplos deste genero indefinidamente. O que determina a baixa do cambio não é abundancia do papel-moeda; nem mesmo haverá quem possa explicar por que processo a abundancia de papel pôde determinar a baixa do cambio. O mecanismo do cambio é, parece-me, de uma simplicidade desesperadora: para que havemos de inventar razões disparatadas ou elevar a categoria de causas principaes o que só é accessorio, como a circulação fiduciaria, como a famosa confiança, como a guerra á Republica ou o facto da Republica, si a verdade é que a coisa não passa de effecto dessa lei tão conhecida e vulgar da offerta e procura?

Nós importamos mercadorias em uma média de £ 35.000.000 esterlinas, porque importamos tudo, até cereaes, até palitos; para pagarmos essa importação, exportamos mercadorias em uma média de £ 33.000.000 admittamos mesmo de £ 35.000.000, mas além do pagamento dessa importação, nós temos que remetter annualmente para a Europa, para o serviço da divida e compras do Estado, mais ou menos £ 4.000.000; os juros do dinheiro estrangeiro aqui empregado que monta em cerca de £ 120.000.000, o que a 6% — e o juro é superior — importa em £ 7.200.000; as economias dos estrangeiros que aqui veem trabalhar e que representam no minimo £ 2.500.000; e pelo menos £ 600.000 para brasileiros que vivem no estrangeiro. Isto quer dizer que nós temos um deficit annual minimo de £ 14.300.000. Enquanto tivermos esse deficit, não teremos cambio par e a circulação metallica será um sonho.

Para que esse deficit desapareça só ha um meio: é augmentarmos o nosso esforço e produzirmos cada vez mais. Ora, para que possamos produzir precisamos de um meio circulante proporcional ás nossas necessidades, uniforme...

O Sr. SERZEDELLO CORREIA — Si esses dados de V. Ex. fossem verdadeiros, estaríamos irremessivelmente perdidos.

O Sr. ALCINDO GUANABARA — Medite V. Ex. nas verbas indicadas, verá que nenhuma é imaginaria e confessará que o calculo só pecca por estar um tanto abaixo da verdade. Não tenho aqui algarismos exactos, os que enunciei representam pura estimativa; mas não será difficil fazer um calculo muito approximado da verdade e não receio que elle seja inferior á essa estimativa. O que faz justamente a gravidade da nossa situação é que o Brazil não trabalha para si, mas para o estrangeiro. Nós somos paiz colonial.

E' evidente que o capital estrangeiro que aqui se colloca não vem senão procurando um juro superior ao que a Europa lhe pôde dar, e que esse juro volta á origem do capital; e o estrangeiro que para aqui emigra não vem sinão procurar melhor retribuição ao seu trabalho, procurar a abastança que não pôde adquirir na Patria e volver a ella quando adquirida. Em troco do dinheiro que levam deixam-nos o paiz desbravado e as

obras feitas. Não seremos irremissivelmente perdidos por isso; mas devemos tirar do conhecimento exacto do phenomeno a advertencia de que urge que trabalhemos cada vez mais, que se abram novas fontes de producao, que se desenvolvam as industrias para que cheguemos a cobrir esse deficit.

O SR. SERZEDELLO CORRÊA dá um aparte. O SR. ALCINDO GUANABARA — Nada tem que ver uma cousa com outra. E' preciso distinguir claramente que a moeda preenche duas funcções completamente diversas. E' um simples instrumento de permuta, agindo no intuito de permittir a troca de valor contra valor. E' capital fixo. Para que esse instrumento convencional, que facilita o troco de valor contra valor — funcção para cujo exercicio não se requer absolutamente que o instrumento tenha valor intrinseco — venha desvalorisar-se, desmoralisar-se, é necessario que elle seja superior ás necessidades das transacções internas.

Ora, ninguém dirá que o papel-moeda em circulação é superior ás necessidades do paiz. Basta attender-se á extensão do paiz, ás difficuldades de communicações, ás necessidades de dinheiro, ao pouco habito de utilizar os instrumentos de credito ordinarios, para se apprehender quão é excessiva essa somma. Essa funcção o papel-moeda pode perfeitamente desempenhar-a desde que a sua emissão seja feita prudentemente, sobre uma garantia real, e que elle seja uniforme, como ordenou a lei de 23 de setembro. Eis ali por que não desejo que se modifique a lei de 23 de setembro nos termos indicados pelo nobre deputado pelo Maranhão.

A outra funcção da moeda é a de ser ella mesma valor capaz de ser trocado por outro valor, representando puramente o papel de mercaderia que se offerece á compra ou venda. Ora, nós temos que saldar compromissos no estrangeiro e havemos de fazel-o em ouro. Enquanto existe ouro, enviamol-o; esgotado o ouro lançamos mão do que temos para adquirir esse ouro; é a troca de valor contra valor e quanto menor é a capacidade do valor que damos em troca do ouro para ser exportado, tanto mais alto é o preço do ouro, isto é, tanto maior quantidade daquelle valor havemos de dar pela mesma quantidade de ouro.

Si damos café, algodão, borracha ou assucar em troca de ouro, o agio do ouro é relativamente baixo; mas si temos de ir buscar uma parte desse capital fixo que é papel-moeda sem valor intrinseco, é evidente que quanto menos valor real elle represente, tanto maior quantidade delle havemos de entregar. Eis aqui como o papel-moeda pôde influir para a baixa do cambio, isto é para o agio do ouro; mas essa influencia subsistiria havendo milhões de contos de papel ou havendo um só conto. (*Ha apartes.*)

Ha mais procura de ouro — procura de cambias — do que mercadorias no mercado — offerta de cambias — que succede. Supprimamos o papel-moeda e digam que se impediria o que o preço do ouro subisse, isto é, que o cambio baixasse. Para usar a linguagem commum. (*Apertes.*)

Ah! si a praça não tem um regulador, si no Ministerio da Fazenda não ha quem saiba ou queira ou possa dominal-a, intervirm nella até como policia das transacções, então a baixa não encontra limitação, o jogo faz-se ás escancaras, os bancos estrangeiros transformam-na em campo de batalha para recolherem os despojos opimos da fortuna publica. (*Apoiados.*)

Durante o imperio raramente o cambio vinha abaixo de 22 d., porque os Ministros da Fazenda não se limitavam a intervinham quando lhes parecia que o agio do ouro se exacerbava. Os emprestimos no estrangeiro eram o recurso frequentemente empregado para supprir as deficiencias do mercado e habilitar o governo a dominar a praça. Desse recurso não podemos por agora lançar mão. O ultimo emprestimo realisado este anno — que aliás nem para isso serviu, pois

toda a somma ficou em mãos de Rothschild — foi um desastre tamanho que, espero, será proveitosa lição.

Urge, entretanto, que achemos outro recurso para habilitar o governo a pôr um paradeiro a essa baixa cambial, que se proseguir ou se permanecer qual está durante algum tempo mais, determinará a bancarrota e a miseria publica, apezar das nossas apogeadas riquezas. Cruzar os braços deante de tão grave situação é o maior crime que se pôde praticar. A meu ver deve-se adoptar a medida suggerida no projecto de lei que em 1892 está Camara enviou ao Senado: a cobrança integral dos direitos aduaneiros em ouro. Com £ 6.000.000 em ouro nas arcas do Thesouro, e governo dominará facilmente o mercado de cambio e reassumirá o posto de regulador do mercado, que não pôde ser sinão d'elle e que está hoje sendo occupado pelos escriptorios de cambio estrangeiros, pomposamente denominados Bancos.

Penso que assim tenho dito mais claramente a minha opinião sobre a lei de 23 de setembro do que fiz no parecer tão obscuramente redigido — mereço da minha fraqueza intellectual — que ao juizo lucido do nobre deputado pelo Maranhão pareceu uma tela intrincada de contradicções e illogismos.

Entrarei agora mais detalhadamente na discussão dos outros pontos incriminados pelo nobre deputado pelo Maranhão.

S. Ex. entende que, sem se saber quanto ha ainda no Thesouro dos lastros dos bancos e o que foi feito desses lastros, não pôde a Camara deliberar sobre a materia. Peço a S. Ex. que lhe diga que nada tem uma cousa com outra. Os bancos depositaram no Thesouro ouro a somma C; apolices na somma B e emitiram a somma A; maior que as sommas A+B. Que fez a lei de setembro? Mandou que o governo tomasse as sommas A e B; calculasse o valor pelo que elle valia, isto é, pelo cambio de dia da conversão, e as apolices pelo seu valor nominal e substituindo esse total por apolices de 4% ouro.

Que exista no Thesouro as sommas A e B integraes, ou não; que o Thesouro tenha desfalcao essas sommas, para isto ou para aquillo — que importa isso para a execução da disposição legal? Mas, bancos ha, replicará o illustre deputado — que não depositaram realmente o ouro, tomaram-o por emprestimo ao Thesouro. O projecto diz e o parecer confirma que da somma total que devia existir no Thesouro deduzir-se-ha, para a conversão, aquella parte que os bancos deviam ter depositado e não depositaram, de modo que a conversão se effectuará sobre lastros effectivamente depositados. E como isto que dizem o parecer e o projecto é exactamente o que pretende o Sr. ministro da fazenda no seu relatorio, não comprehendendo o voto separado do meu honrado e prezado amigo Sr. Dr. Paulino de Souza Junior, que naturalmente só o redigiu por não haver lido attentamente o parecer.

O SR. SERZEDELLO CORRÊA — Para mim a questão difficil é saber qual o lastro effectivamente depositado. Pelos documentos do Thesouro foram todos. Supponha V. Ex. que effectivamente foram depositados dous milhões apenas e que pelos documentos do Thesouro conste que foram tres milhões. Os juros a pagar serão desde já sobre tres milhões. De sorte que o Thesouro, em vez de saldar essa differença em 10 annos, será obrigado a fazel-o em cinco.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Mas o Thesouro não tem que pagar essa differença?

O SR. SERZEDELLO CORRÊA — Sim, o resultado final é o mesmo para o Thesouro.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Pois então? A questão é a de *lana caprina*. O governo deve converter em apolices de 4% ouro todo o lastro existente no Thesouro e pagar juros (pelo projecto), a emitir apolices (pelo substitutivo), até preencher-se a differença entre os lastros convertidos e a emissão feita. Que no computo dos lastros a converter entre e que existe e o que nunca existiu ou não entro este, não ha differença nenhuma para o governo, que terá sempre de pagar uma quan-

tia que está prefixada; a que foi necessaria para igualar a somma em deposito á somma em circulação.

O SR. SERZEDELLO CORRÊA — Não apoiado. Nesse caso terá de pagar em menos tempo e portanto mais por anno e em outro caso, não. E note V. Ex. que o seu pensamento e o do Sr. Paulino de Souza Junior favorecem o Thesouro.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Não favorecem tal; é a mesmíssima cousa. Aceitei esse ponto do projecto para consignar como os escrupulos do Sr. ministro da fazenda manifestado no relatorio. Mas desde que o governo não tem effectivamente que pagar os juros, mas apenas de escriptural-os, e desde que não pôde deixar uma só nota a descoberto, tanto importa escripturar a divida em vinte exercicios como em quinze.

Aliás — e isso é curioso — o proprio Sr. ministro da fazenda, que levantou esta questão de nonada, propunha, como o nobre deputado pelo Maranhão, que se prehenhesse desde já essa differença entre os lastros e as emissões por uma emissão de apolices. E' evidente, pois, que tanto faz computar todos os lastros que deviam existir no Thesouro para a conversão e pagar menos de juros, como não computar sinão o que foi realmente depositado e pagar mais de juros. Desde que a somma a pagar é fixa, tanto faz dar na cabeça como na cateça dar.

O SR. BENEDICTO LEITE — Não é tanto assim.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Disse que os lastros deviam ser escripturados e não effectivamente pagos. O projecto assim o manda. O Sr. ministro da fazenda e o honrado deputado pelo Maranhão pensam que o Thesouro está obrigado a pagar effectivamente em ouro; e uma das razões por que o governo ainda não cumpria a lei de 23 de setembro — é não ter tido credito para esse pagamento.

Ora, no regimen do decreto de 17 de dezembro de 1892, as apolices convertidas gozariam de juro de 2 1/2%; esse juro constituia o que se chamava — o fundo da garantia —; e esse fundo de garantia — era um absurdo! — podia ser utilizado pelo banco nas suas transacções. Residia, pois, no espirito do autor da reforma a intenção de fazer effectivo o pagamento desse juro e tradital-o ao banco.

Si esse regimen tivesse sido mantido, a observação do Sr. ministro da fazenda seria de todo o ponto procedente. Mas é isto o que dispõe a lei de 23 de setembro. Não. Essa lei mandou que se convertessem os lastros existentes em apolices de 4% em ouro; mandou que essas apolices fossem escripturadas em nome do Banco da Republica; mandou que o governo com os juros dessas apolices preenchesse a differença entre os lastros convertidos e as emissões; mas também mandou que essas apolices e juros fossem inalienaveis, intangiveis, sagradas, não podendo o banco dellas servir-se, não podendo o governo dellas utilizar-se, senão em caso de guerra externa, mediante prévia autorisação do Congresso.

Pergunto eu: a quem vae o governo pagar esses juros? Ao banco? Não, pois que elles devem ficar em deposito no Thesouro. A si mesmo? Tira de um bolso e põe no outro?

Pôde o banco utilizar-se desses juros? Não. Pôde o governo fazel-o? Também não. A quem pagar então? Para que pagar? O governo deve-os, sem duvida; é responsavel por elle; escriptura-os em nome do Banco da Republica; mas não tem necessidade alguma de ir comprar ouro e deixal-o estagnado em deposito nas arcas do Thesouro.

Demais, o pensamento da lei foi uniformisar os lastros e o padrão creado foi a apolice; si se houvesse de pagar effectivamente em ouro os juros, teriamos que essa uniformidade não se daria. O projecto regula perfeitamente a questão: convertidos os lastros em apolices, o Thesouro escriptura os juros dellas em nome do banco a prefazer a differença entre elles e as emissões. Attingida essa differença, transforma-se a somma de juros em apolices do mesmo typo que deixam de vencer juros.

Um ponto grave da accusação do nobre deputado ao parecer foi que elle não é somente uma explanação pratica da lei de setembro, como alli se diz, mas contém disposições novas. Vejamos as disposições incriminadas:

A primeira é a do § 2º, que assim reza:

«O Banco da Republica do Brazil, de accordo com o governo, fica autorisado a utilizar as apolices a que se refere a presente lei, em operações tendentes á constituição de reserva metallica, logo que na fórma da lei n. 183 C. de 23 de setembro de 1893, deva ser restabelecida a conversibilidade das notas.»

Accentuemos em primeiro lugar que essa disposição é absolutamente platónica. Reparaí que o banco só poderá utilizar-se das apolices quando se restabelecer a conversibilidade na fórma da lei de 23 de setembro, isto é, quando o cambio se mantiver a 27 d. durante todo um anno.

Que perigo poderá haver em tão innocua disposição?

A's gerações succederão gerações; pôde ser que sofframos um terremoto; que o Brazil seja victimado por um dilúvio; que vejamos o Pão d'Assucar transformado em vulcão; mas o que seguramente não veremos á o cambio ao par presentes e sessenta e cinco dias a fio. Isto só basta para demonstrar que a disposição é inoffensiva. Mas não basta que o seja; é preciso tambem que não seja nova e não o é: está na lei de 23 de setembro e é por isso que o pareçã a reputou ociosa.

Que é que neste particular se busca ardentemente nesta terra, desde que somos nação independente? A circulação metallica. Trilhámos a estrada encantada que, esperamos nos conduzir a este destino, cahindo de decepção em decepção, oscillando de desengano em desengano, perdendo a carne e o sangue, mas não perdendo nunca o alento da esperança, socia fiel do homem até o seu derradeiro momento.

Por mim, já o disse, não creio que lhe cheguemos nos nossos dias. Si a geração que vem, puder desbravar o paiz, augmentar-lhes os recursos, fomentar o seu desenvolvimento, si tiver mais energia e mais vigor que a nossa, si lograr absorver o estrangeiro ao envez de ser dominada e explorada por elle, é possível que lhe caiba a sorte feliz de pisar a Terra da Promissão. A nós não caberá nem o destino de Moysés, que pôde avistal-a do alto do Horeb.

Mas si — como o espera a lei de setembro — durante o prazo do privilegio do Banco da Republica uma boa fada latesse nesta terra com a sua varinha de condão e a nossa exportação crescesse de modo a compensar aquelle deficit que apontei; os orçamentos ganhassem o equilibrio — para que caminhem vertiginosamente, como a Camara sabe muito bem (*rivo*); — a estabilidade do governo fosse coisa fóra de duvida etc., etc. e quizessemos ter a ventura de roubar aos nossos filhos a honra e a gloria de decretarem a circulação metallica, bem quer'a que o nobre deputado me dissesse: — de que recursos iria lançar mão o Banco da Republica para fazer a sua reserva metallica?

O SR. SERZEDELLO CORREIA — V. Ex. está argumentando apenas com uma das hypothèses do decreto de 17 de dezembro.

Esse decreto tem uma segunda alternativa.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Qual é?

O SR. SERZEDELLO CORREIA — E' a obrigatoriedade da conversão da nota quando o governo decretar a conversibilidade.

O SR. ALCINDO GUANABARA — E' a mesma cousa. O governo não pôde decretar a conversibilidade sinão quando a situação do paiz fór tal, que o cambio se ha de manter ao par.

O SR. SERZEDELLO CORREIA dá um aparte.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Isso é claro. Somente é impossível.

O SR. SERZEDELLO CORREIA — Impossível como? Não temos o exemplo da Italia?

O SR. ALCINDO GUANABARA — Pois V. Ex. invoca o exemplo da Italia?

O SR. SERZEDELLO CORRÊA — Invoco o exemplo da Italia, sim, por que não hei de invocal-o?

O SR. ALCINDO GUANABARA — V. Ex. não pôde invocar como exemplo o que se fez na Italia...

O SR. SERZEDELLO CORRÊA — Cito a conversibilidade feita por Magliani.

O SR. PRESIDENTE — Peço ao nobre deputado que não interrompa o orador; a hora está quasi dada.

O SR. ALCINDO GUANABARA — A conversão effectuada por Magliani em 1884 foi uma empreza audaciosa; o estado das finanças não era assaz prospero para isso, o paiz não estava preparado para o golpe, o orçamento era instavel e não comportava o onus que sobre elle pesaria, em consequencia do emprestimo a contrahir. Contrahiui-se afinal o emprestimo...

O SR. PADUA SALLES — Tiveram o auxilio dos bancos francezes.

O SR. ALCINDO GUANABARA... de 644 milhões, e resgataram-se os bilhetes do *Consorzio*. Mas a Camara sabe que isso foi um fogo de vistas. Em breve, todo o ouro importado passava de novo a fronteira, e á hora em que fallamos a Italia está de novo sujeita ao regimen do curso forçado, tendo como unica recordação desse brilhante acto, invocado pelo nobre deputado, a obrigação de pagar mais 644 milhões. Si é esse o exemplo que o nobre deputado nos aponta...

O SR. BELISARIO DE SOUSA dá um aparte. (*Ha muitos apartes*).

O SR. ALCINDO GUANABARA — Attendam os nobres deputados a que não é genero de primeira necessidade que temos de facto ouro a circular. Valha o nosso meio circulante e é quanto basta; desça o agio do ouro e estaremos satisfeitos. Para isso que é preciso? Que tenhamos mais productos, que trabalhemos mais, que esse trabalho fructifique...

O SR. SERZEDELLO CORRÊA — Couisa extraordinaria! A nossa produção augmenta sempre, e sempre se allega que para fazer a conversão é necessario que ella augmente! Desaffo o nobre deputado a que venha dizer que a nossa produção de hoje é a mesma do tempo do imperio.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Não, certamente não o direi, porque não posso dizer o que é contrario a verdade. Mas direi sim, que as nossas despesas tem se aggravado muito e que são muito superiores ás do tempo do imperio. Isto é uma questão que se liquida com cifras e não com rhetorica.

O SR. SERZEDELLO CORRÊA — Deixarei de dar apartes, uma vez que V. Ex. se irrita com elles.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Não me irrita. Si V. Ex. se julgou magoado por alguma expressão minha, retirala-hei. Os apartes de V. Ex., que sabe em que apreço e estima sempre os tive, só me podem lisongear. Si algum calor na replica magoou-o. V. Ex. o desculpará, tanto mais que neste ponto V. Ex. não me pôde atirar a primeira pedra. Não ha aqui quem falle com tanto ardor como V. Ex.

O SR. FRANCISCO GLICERIO dá um aparte.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Admittamos, porém, que chegámos ao momento da conversão por um dos dous processos do decreto de 17 de dezembro. Que fará o banco? Irá naturalmente pedir ao governo que lhe dê o ouro representado nas suas apolices depositadas nas mãos delle, ou que lhe dê essas mesmas apolices para que elle as colloque. Vê o nobre deputado pelo Maranhão outro recurso que lance mão o banco?

O SR. BENEDICTO LEITE — A minha critica foi a seguinte: o projecto diz ser interpretativo e traz disposições novas.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Justamente; e o que eu demonstro é que o § 2º não é uma dessas disposições novas: Sel-o-ha o § 3º? Esse dispõe que «os lastros bancarios que na fórma desta lei forem substituidos continuarão na posse do governo, que delles poderá dispor como recursos extraordinarios de receita.»

O nobre deputado pelo Maranhão não o reputou somente novo, o que, no fim de contas, seria um peccado venial: arguiu-o de inconveniente, perigosissimo, e declarou mesmo que, governista como era, não daria ao governo tão alta prova de confiança. Si a facilidade concedida por esse paragrapho tivesse a significação de uma prova de confiança ao governo, ainda menos que o nobre deputado a daria eu, porque é de notoriedade publica que o governo não tem nenhuma confiança em mim e... que eu não tenho nenhuma confiança no governo. (*Riso*.)

Mas não é de confiança que se trata: é de lei a cumprir e de interesses a salvaguardar.

A razão de ser da reforma decretada a 17 de dezembro outra não foi sinão a utilização desses lastros. O Congresso encampou nesse ponto aquelle decreto; portanto a utilização desses lastros pelo governo é já dispositivo legal, e esse § 3º, é dispensavel apenas porque é ocioso.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre deputado que está dada a hora.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Sinto, Sr. presidente, estar abusando da benevolencia da Camara; mas careço de completar certas observações...

Vozes — Requeira prorogação.

O SR. ALCINDO GUANABARA — E peço a V. Ex. consulte á Camara se me concede meia hora de prorogação.

O SR. FRANCISCO GLICERIO — Uma hora. (*Consultada, a Camara concedeu uma hora para prorogação.*)

O SR. ALCINDO GUANABARA — Agradeço á Camara a sua extrema gentileza.

Os lastros depositados pelos bancos devem ser substituidos por apolices de 4% outro; apolices são titulos de divida; a operação feita outra, pois, não foi senão um emprestimo; e quem toma uma cousa emprestada, tem o direito de usal-a pelo tempo do emprestimo. Creio que o nobre deputado pelo Maranhão estará de accordo com isto.

O SR. BENEDICTO LEITE — Não estou.

O SR. ALCINDO GUANABARA — V. Ex. é difficil. A questão não é de doutrina, nem de principios que comportem controversia; é de facto. Promulgada a lei de setembro e para a sua «prompta e fiel» execução, o Poder Executivo expedito o decreto de 30 de setembro mandando inscrever no grande livro da divida publica um emprestimo cuja importancia fosse exactamente igual á dos lastros...

O SR. BENEDICTO LEITE — Os lastros são a garantia das emissões feitas.

O SR. ALCINDO GUANABARA — Perdõe-me V. Ex.: os lastros que pela lei de setembro vão servir de garantia ás emissões não são os lastros primitivamente depositados, são as apolices de 4% em que elles serão convertidos e os jures dellas. (*Trocã-se muitos apartes.*)

Sim, a conversão ainda não está feita e os lastros que hoje garantem a emissão são os primitivamente depositados, que estão muito desfalcados; e é justamente por isso que a commissão do orçamento reputa de maxima urgencia este projecto que dá regras para que ella seja feita quanto antes. Mas isto nada tem com a questão. Notai bem que o decreto de 17 de dezembro diverge essencialmente da lei de setembro. Aquelle decreto mandava que o governo convertesse os lastros existentes em apolices e assenhoreava-se delles immediatamente e utilisava-os desde logo no resgate do papel-moeda.

A lei de setembro detêve-se deante do respeito da propriedade alheia, confessou que os lastros pertenciam aos bancos que os haviam depositado e mandou que antes de convertel-os, entrasse o governo em accordo e indemnissasse os seus proprietarios. Mas isto quer dizer que substituindo-os por titulos seus de divida, não é o governo livre de utilizar-se delles? Isto não é prova de que, ao contrario, elles passam a pertencer ao governo? (*Ha apartes.*)

Si não, a quem pertencem então? Aos bancos? Não, que estes recebem o seu representativo em titulos de divida do Estado pelos

quaes elle paga juros. E porque ha de o Estado substituir esses lastros por titulos de divida, si elles não lhe pertencem? Que se fará desses lastros, uma vez operada a conversão, si o Estado não pôde operar delles? Ficam no Thesouro como *res nullius*? Mas si o Estado contrahe a obrigação de pagal-os e de pagar juros delles por um certo tempo, não é evidente que os pôde utilizar? E' tão clara a questão, que só me admira surja quem impugne essa doutrina.

A outra disposição doutrinada de nova foi a preliminar levantada no parecer da indemnisação aos bancos. Essa é velha, Sr. presidente; é tão velha que, a esta hora, para o Congresso, já é ocioso discutir si os bancos tem o direito a qualquer indemnisação; si os seus contractos foram rotos violentamente; si a sua propriedade foi confiscada; si os seus privilegios foram desconhecidos. A lei de 23 de setembro, que veio depois do decreto de 7 de dezembro de 1890 e do de 17 de dezembro de 1892, reconheceu tudo isso e de fôrma tão frisante, que ordenou que antes de converter os lastros e para poder fazel-o—veja o nobre deputado os termos strictos do art. 5.º dessa lei—entrasse o governo em accordo com os bancos e os indemnissasse dos «direitos e vantagens» que lhe são cassados.

Ora, Sr. presidente, eu me encontrava ao meditar no projecto ora em debate, por um lado deante da urgencia de dar cumprimento ao disposto no art. 6.º da lei; e por outro na impossibilidade material de fazel-o, sem que previamente estivesse cumprida a disposição do art. 5.º. A circulação não pôde continuar como está. O Banco da Republica tomou já a responsabilidade de todas as emissões em curso, mas os lastros ainda não estão no Thesouro ecripturados em seu nome («devem estar» diz o balanço do banco) porque pertencem ainda aos bancos emissores e pertencem até que esta questão se liquide. Que cumpria fazer? O que fez o parecer: apontar a anomalia da situação á Camara e dizer, com verdade e franqueza, que é preciso resolver o accordo com os bancos para que o governo tome a si os lastros e emitta as apolices que os representam e vão garantir as emissões do Banco da Republica.

A questão não é nova para o Congresso.

A Camara sabe que o Sr. ministro da fazenda impoz uma indemnisação aos bancos em bases que estes não acceitaram: impoz uma indemnisação e não entrou em accordo como mandava essa lei. Accordo significa transigencia, cessão reciproca de pretensões ou opiniões, debate. Não se fez nada disso: impoz-se um *quantum*. Não se submetteram os bancos e a questão foi enviada pelo ministro ao Congresso. Suscitou-se a questão de saber si o Congresso tinha competencia para solvel-a; e o Congresso declarou-se competente e fez muito bem porque é evidente que si eu posso ordenar que outrem transija, é evidente que eu mesmo posso transigir.

Surgiram varios alvitres e a Camara rejeitou-os todos. Que aconteceu? Ficou a questão no mesmo pé: as emissões sob a responsabilidade do Banco da Republica e os lastros, bem que em deposito no Thesouro, na posse dos bancos que os depositaram.

Julga a Camara que a questão deve continuar assim, até que o Poder Judiciario dirima a questão? Não pensa a Camara que ha o maior interesse social e politico ao prompto accordo com esses bancos, para que a lei de setembro se cumpra no seu pensamento capital?

O SR. BENEDICTO LEITE—E si os bancos não se conformam com o que o Congresso lhes mandar pagar?

O SR. ALCINDO GUANABARA—Os bancos tem já opinião comprometida sobre o assumpto, quer nas representações ao governo, quer nas dirigidas ao Congresso.

O SR. BENEDICTO LEITE—Imagine V. Ex. que o legislativo vota uma lei e que os bancos entendem que o *quantum* não chega para indemnisação; não tem direito de recorrer ao judiciario?

O SR. ALCINDO GUANABARA—Teriam sem duvida, si se não houvessem conformado com o regimen do accordo que lhes foi impos-

to pela lei de setembro. Agora não, desde que accordo haja. Tem o Congresso a base para a indemnisação que lhe é dada pelo art. 5.º da lei de setembro; tem por outro lado a petição dos bancos; o accordo não é difficil e está em que a emenda do Sr. Erico Coelho fixa um *quantum* razoavel. Mas sobre essa emenda ha de ainda pronunciar-se a commissão do orçamento, e eu reservar-me para analysal-a depois do parecer.

O nobre deputado terminou o seu discurso que venho respondendo com a apresentação de um substitutivo. Esse substitutivo é a derogação da lei de setembro no seu ponto capital: S. Ex. não quer que se convertam os lastros em apolices, mas que elles sejam conservados no Thesouro na especie em que foram depositados. Ora todos nós sabemos que grande parte desses lastros foram gastos; no Thesouro haverá cerca de cem mil contos em apolices; o ouro desapareceu. S. Ex. manda, porém, que o Thesouro emitta apolices pela diferença que os lastros existentes e as emissões feitas.

Por conseguinte, o que S. Ex. quer é que se não convertam em outras de um só typo as apolices que representam aquelles 100.000:000\$000. Dest'arte não se dará a uniformidade do lastro decretada em dezembro de 1893 e que é aliás um bom elemento para a valorisação do meio circulante. Economia não haverá nenhuma: pelo projecto, o governo emittirá já 179.012:075\$472 em apolices e pagará—isto é, escripturará—annualmente cerca de 7.161:000\$ de juros, preenchendo em cerca de 22 ou 23 annos a quantia de 161.702:294\$528, que tal é a diferença que vae entre os lastros e as emissões feitas; pelo substitutivo o governo emittirá desde já pelo menos 240.714:370\$ em apolices. Posta de lado a diferença do prazo, pôde-se dizer que para o Thesouro uma coisa vale a outra, convindo, porém, notar que aquella diferença de prazo, si durante elle occorrer a conversibilidade, pôde representar economia real para o Thesouro.

Mas o curioso do projecto é que S. Ex. declara que essas apolices não vencerão juros, ainda que as qualifique como de 5%; que essas 5% serão papel; mas não exonera o banco da obrigação de converter suas notas em ouro ao portador e á vista quando se der uma das hypotheses da lei de setembro.

Em primeiro lugar, esse traço de penna não basta para arrancar ao banco a propriedade de seus lastros. (*Apartes.*)

Ouvi que os lastros pertencem ao portador da nota. Sim, indirectamente; os lastros pertencem ao banco, o banco é responsavel perante o portador pela nota e a responsavel dessa responsabilidade é o lastro. Fallido o banco, e portador da nota vae reclamar delle a parte dos lastros que ella representa. Isto demonstra que não só pôde despojar o banco desses lastros.

Mas, na especie, a crise ainda é mais curiosa: os bancos adquiriram os lastros—ouro e apolices—com o seu capital; o governo precisou desse ouro e apolices e fez com os bancos um emprestimo, substituindo-o por novas apolices do capital e juro ouro; e vem agora a noble deputado e, não só quer substituir a parte de juro que consumiu por apolices-papel, como ainda pretende que taes apolices, representativas de valores adquiridos com o seu dinheiro, não lhes pertence.

O SR. BENEDICTO LEITE dá um aparte.

O SR. ALCINDO GUANABARA — E se soar a hora da conversibilidade, onde irá o banco buscar a sua reserva de ouro?

Para que servirão ao banco e, já agora ao portador da nota essas apolices-papel? Por que alchimia se transformará esse papel em ouro? Dirá o nobre deputado que neste caso ouro é o que ouro vale e que tanto faz que as apolices sejam papel como ouro, desde que o valor de um seja o de outro. Perfeitamente, mas isto é tambem verdade si as apolices forem ouro como manda a lei; e para chegarmos ao estado em que já nos achamos não vale a pena fazer reformas, que em verdade não o são.

Sr. presidente, a fadiga não me permite continuar. Penso que, ainda que por alto, hei-me referido a todos os topicos do discurso do meu honrado collega e das luzes de seu espirito ousou esperar que os argumentos que desalinhavamente produzi (*não apoiações*) reduzam a brilhantissima, mas injusta e infundada impugnação de S. Ex. ao projecto em debate. (*Muito bem, muito bem; o orador é cumprimentado.*)

TRIBUNAL DE CONTAS

Expediente de 17 de fevereiro de 1896

Este tribunal resolveu os seguintes pagamentos:

Ministerio da Fazenda — Officios:

Do inspector da Caixa da Amortisação, n. 19, do corrente, com os documentos de despesas feitas pelo porteiro, em janeiro, na importancia de 71\$200. — Foi julgada boa a applicação dessa quantia, em vista dos documentos exhibidos, ficando em poder do mesmo porteiro o saldo da de 150\$ que lhe fôra adeantada para varias despesas;

Do mesmo inspector, n. 20, da mesma data, com tres contas de Leuzinger Irmãos & Comp., Antonio Pereira & Comp. e Companhia Industrial de Tintas Sardinha, por fornecimentos que fizeram para a mesma repartição de objectos para o expediente e para outros serviços.

Do director de Contabilidade da Secretaria de Justiça, n. 119, de 11 de dezembro de 1895, mandando abonar á D. Josephina Maria James, viuva do alferes da brigada policial desta capital Manoel Fernandes Pereira de Souza, a quantia de 150\$, para as despesas de funeral e luto;

De setojuizes de orphãos de Campos, de 5 de setembro, de Rezendes de 23 de janeiro ultimos, requisitando o pagamento de juros de dinheiros de orphãos; e de Maria de Manoel Tito da Silva, 235\$605 e de D. Maria de Macedo Flecher, 318\$809.

Aviso do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores n. 58, de 11 de janeiro, em referencia ao de n. 850, de 28 de dezembro, pedindo para que se providencie sobre os vencimentos do director da 1.ª secção da Directoria da Instrução da Secretaria desse ministerio, Dr. José Candido de Lacerda Coutinho, em quanto se achar em commissão do Ministerio da Fazenda — Por despacho de 13 do corrente, mandou-se pagar a quantia de 522\$558 correspondente aos dias de janeiro de 1 a 27.

Avisos do Ministerio da Guerra de 5 de setembro de 1895 e 13 de janeiro ultimo, o primeiro tratando do credito de 450\$ que deve ser concedido á Alfandega de Pernambuco para pagamento de igual quantia de que é credora D. Rosa Izabel Domingues Costa e seus filhos nomeados por pensão do montepio militar de dezembro de 1893 e dezembro de 1894, eo segundo, pedindo que pelo Thesouro, seja abonada a D. Carolina Bento da Rocha, viuva do continuado da secretaria de Estado do mesmo ministerio, Carlos Manoel da Rocha, a quantia de 200\$ destinada para despesa de funeral e luto.

Precatoria do juizo seccional do Districto Federal de 19 de dezembro de 1895, requisitando o pagamento da quantia de 374\$130 em favor da Empresa Industrial de Melhoramentos no Brazil, e proveniente das custas que despendeu em um processo, inclusive os honorarios do advogado, de embargo nas obras que, na Quinta da Boa Vista, estavam sendo executadas pela mesma empresa.

Titulos:

De montepio obrigatorio, de 150\$ annuaes cada um, passados á D. Leopoldina Alexandrina da Costa e Abreu, D. Claudina Joaquina de Abreu, viuva e filha de Caetano José de Abreu, escrevente da directoria de machinas do Arsenal de Marinha do estado do Pará. — Registrou-se no exercicio de 1895 a quantia de 300\$000;

De 600\$ annuaes, passado á D. Helena Gusmão da Silva e de 200\$ a cada um dos tres menores Luiz, Antonio e Jacintho, viuva e filhos de Jacintho Leopoldino da Fonseca e Silva, 3º escripturario do Thesouro Federal. —Registrou-se no referido exercicio a quantia de 58\$064.

Requerimentos :

De diversos officiaes pedindo a restituição do imposto de 2% que pagaram dos seus vencimentos militares em campanha, em 1893 e 1894 :

Tenente Dr. Abdon Felinto Milanez, 66\$350; Alferes Agapito Faleiro de Oliveira Lutt-yardz, 50\$411;

Alferes Julio de Moraes Carneiro, 120\$650; Medico adjunto do exercito Dr. Antonio Francisco de Almeida Mello, 129\$971;

Tenente-coronel Antonio Pinto de Almeida Goulart, 170\$086;

Pharmaceutico adjunto do exercito Alfredo Theophilo, 117\$029;

Alferes Carlos Luiz de Lima Bastos, 11\$957;

Alferes Carlos Muniz Cordeiro, 13\$159;

Capitão Eduardo Dias de Moura, 124\$180;

Alferes Francisco Corrêa Torres, 57\$244;

Capitão Francisco Manoel Bernardes Camello, 42\$873;

Capitão Joaquim Fernandes de Lima Mattos, 111\$276;

Capitão José Americo de Mattos, 39\$945;

Alferes José Manoel Mascarenhas e Souza, 45\$945;

Tenente José Pinto Peixoto Velho, 98\$265;

Coronel Dr. José Porfirio de Mello Mattos, 212\$943;

Alferes José Turibio Dias de Moura, 63\$820;

D. Leonor Maria Henriques Valença, viuva do tenente Felismino de Souza Pinto Valença, 9\$120;

Tenente Manoel da Costa Monteiro da Gama Villas Boas, 107\$119;

Alferes Maximiano da Silva Medeiros, 85\$002;

Capitão Servilio José Gonçalves, 109\$767;

Major Urbano Duarte de Oliveira, 193\$168

De varios credores por duvidas de exercicios findos, a saber :

De Soares & Niemeyer, por fornecimentos feitos para os arsenaes do Ministerio da Marinha em 1894, 5:080\$360;

De D. Francisco Navarro de Aragão Mello, pela quantia de 646\$665 de pensões de meio soldo o montepio pertencentes a seus tres filhos menores; divida esta relativa aos mezes de junho a dezembro de 1894;

De Francisco Antonio de Faria, por vencimentos de julho a dezembro de 1894 na importancia de 451\$611, quando almoxarife do hospital maritimo de Santa Izabel;

De Francisco Xavier Tinoco Junior, capitão tenente da armada por differença de soldo de agosto a dezembro de 1894, 294\$666;

Do Dr. José Mendonça Mattos Moreira, como procurador de sua irmã D. Laura Augusta de Moraes, pela importancia de 1:200\$ de pensões de monte-pio devidas a esta e a seus filhos menores, do anno de 1894;

De D. Josephina Jansen da Silveira, pela quantia de 426\$780 de pensões do montepio dos annos de 1892 e 1893;

Do administrador do lazareto da Ilha Grande, Manoel Nunes dos Santos, por augmento do vencimentos de julho a dezembro de 1894, 541\$935;

De D. Gabriela Gonçalves Leitão, por si e por seus filhos menores, pela quantia de 240\$213, das pensões do montepio obrigatorio de dezembro de 1894, e da quota destinada para despesas do funeral e luto;

De Adriano Cursino de Almeida de Sampaio, pela quantia de 523\$810 de vencimentos de setembro a outubro de 1894 quando inspector de 3º classo da Repartição Geral dos Telegraphos;

Do guarda-marinha Alberto Durão Coelho, pelo soldo e gratificação de novembro a dezembro de 1893 138\$100;

Do guarda-marinha Amando Oscar Burlamaque por divida identica de igual periodo 243\$100;

Do guarda-marinha Augusto Carlos de Sousa e Silva, tambem pela mesma divida e de periodo identico, 243\$100;

Do guarda-marinha Heraclito Belforte Gomes de Souza, como acima, 243\$100;

Do capitão de mar e guerra, Rodrigo José da Rocha, pela quantia de 378\$666 da differença de soldo de agosto a dezembro de 1894;

Do capitão de fragata Silvino José de Carvalho da Rocha, por divida identica e de igual periodo, 184\$666;

De D. Vicentina de Souza Franco e outros, pela quantia de 2:060\$000, da pensão de montepio relativa aos annos de 1892 a 1894;

Do Dr. Antonio Limoeiro, pela quantia de 1:800\$000, proveniente de gratificações de julho de 1893 e dezembro de 1894, por haver regido uma aula supplementar no Internato do Gymnasio Nacional.

Ministerio das Relações Exteriores. — Avisos:

N. 4, de 15 de janeiro, pedindo que, pela delegacia fiscal do estado de S. Paulo, sejam pagos os vencimentos de disponibilidade inactiva que competem ao 1º secretario bacharel Luiz Rodrigues de Lorena Ferreira e calculados a razão de 2:000\$ annuaes;

N. 10, de 16 do mesmo mez, em additamento ao de n. 288, de 31 de dezembro, pedindo para que pela delegacia em Londres, sejam pagas as quantias seguintes aos Srs. Manoel Jacintho Ferreira da Cunha, consul removido de Vigo para Vera Cruz 355\$556, para despesas de transporte; Carlos Fraenkel consul removido de Bremen para Stokolmo 300\$, para as mesmas despesas de transporte, compreendendo-se sua familia. —Registrou-se na verba 4º—Ajudas de custo—de 1895 a quantia de 655\$556 e na 26º—Differenças de cambio—a de 1:290\$337;

N. 28 de 21 tambem de janeiro, pedindo para que pela referida delegacia seja paga ao 2º secretario da legação em Berlim bacharel José Manoel Cardoso de Oliveira a ajuda de custo na importancia de 2:833\$333, para as despesas de estabelecimento e de seu transporte e de sua familia para aquella capital. —Registrou-se na verba 4º—Ajudas de custos—de 1896 a quantia de 3.833\$333, e na 26º—Differenças de cambio— a de 7.431\$972;

N. 31 de 25 do dito mez, pedindo para que se abone, pela referida delegacia ao bacharel Cyro de Azevedo enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em Vienna a quantia de 8.333.33 para as despesas de estabelecimento e de transporte. —Registrou-se na verba 4º Ajudas de custos— de 1896 a quantia de 9:312\$333, e na 26º—Differenças de cambio — a quantia de 9.392\$333, e na 26º — Differenças de cambio— a de 18.209\$625;

N. 33, da mesma data, mandando abonar pela supracitada delegacia do nosso ministro junto á Santa Sé, Francisco Bañaro a quantia annual de 640\$ por trimestres adeantados para pagamento do aluguel de casa onde funciona a respectiva legação. —Registrou-se na verba 2º—Legações e consulados—de 1896 a quantia de 640\$000 e na 26º —Differenças de cambio—a de 1:240\$816;

N. 40, de 30 tambem do mez de janeiro, mandando indemnizar pela mesma delegacia o ex-consul em Vigo ultimamente removido para Vera Cruz Manoel Jacintho Ferreira da Cunha, da quantia de 21\$334 ao cambio de 27 que despendeu com telegrammas. —Registrou-se na verba 5º — Extraordinarias, no exterior de 1896, a quantia de 21\$334 e na 26º —Differenças de cambio— a de 42\$007.

Ministerio da Industria Viação e Obras Publicas—Solicitados por avisos:

N. 372, de 14 do corrente, férias do pessoal da Estrada de Ferro do Rio do Ouro, de janeiro, 38:125\$353;

N. 373, idem, dita dos despesas de farragens dos guardas gerais, conductores, estafetas, etc., em serviço, 317\$200;

N. 292, de 5, transporte de imigrantes deste para o porto de Santos, 13:333\$000;

N. 309, de 7, fornecimento de carvão Cardiff á Estrada de Ferro do Rio do Ouro, 10:741\$258;

N. 321, de 8, garantias de juro á Ceará Harbour Corporation, correspondente ao 2º semestre de 1895 e a € 11.970.00 a 27 d, 128:344\$930;

N. 348, de 12, objectos de expediente, fornecidos á inspectoría geral de estradas de ferro, 49\$000;

N. 349, idem, item á directoria de obras publicas da secretaria, 258\$200;

N. 369, de 14, ajuda de custo ao chefe interino da 2ª seção da Directoria Geral da Industria para o serviço de que foi encarregado em S. Paulo e Rio de Janeiro, 600\$000;

N. 370, idem, gratificação extraordinaria ao porteiro da secretaria, 250\$000;

N. 371, de 14, adiantamento ao porteiro da secretaria para distribuir ao pessoal subalterno como gratificação por serviços prestados fora das horas do expediente, de que prestará contas, 1:220\$000;

N. 382, de 15, pessoal da hospedaria de imigrantes de Pinheiro, de janeiro ultimo, 4:586\$634;

Deixou-se de registrar por insufficiencia de credito a despeza de 2:000\$ mandada pagar por aviso n. 129, de 15 de janeiro ultimo.

Do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, solicitadas em avisos:

N. 262, de 27 de janeiro, fornecimentos e serviços prestados á repartição da policia em novembro, 1:060\$283;

N. 388, de 5 do corrente, fornecimento de pão ao hospital maritimo Santo Isabel, em dezembro, 434\$250;

N. 794, de 6, fornecimento extraordinario feito em março e maio ao almoxarifado do lazareto da ilha Grande, 3:587\$310;

N. 395, idem, dito feito ao rebocador *Pe-reira Rego* do serviço do hospital maritimo de Santa Isabel, 947\$610;

N. 3.740, de 26 de dezembro, adiantamento ao commandante da brigada policial, de que opportunamente prestará contas, 50:000\$000;

N. 3.145, de 25 de outubro, fornecimento feito pela Imprensa Nacional á Casa de Correção, 373\$000;

N. 396, de 6 do corrente, fornecimento feito ao hospital maritimo de Santa Isabel, 490\$000;

N. 397, idem, aluguel de catraias empregadas no serviço do lazareto da ilha Grande, 7:360\$000;

N. 147, de 16 de janeiro, fornecimento feitos ao hospital de variolosos de Santa Barbara, 345\$600;

N. 168, de 18 de janeiro, fornecimento de um atlas para a bibliotheca do Archico Publico, 60\$000;

N. 274, de 28, dito de instrumentos e appalhos ao laboratorio de biologia industrial da Escola Polytechnica, 800\$000;

N. 399, de 6 do corrente, dito feito ao hospital maritimo de Santa Isabel, 65\$200;

N. 421, de 7, ditos feitos ao lazareto da ilha Grande, de março a junho, 3:880\$740;

N. 482, de 13, ditos extraordinarios feitos ás embarcações da Inspectoria de Saude do Porto e as almoxarifado do hospital maritimo de Santa Isabel, 32:222\$730;

N. 304, de 30 de janeiro, creditos a pôr nas delegacias e alfandegas dos estados para as rubricas seguintes :

10ª, Justiça Federal, Pessoal, 339:800, material, 13:080\$; 13 Diligencias policiaes, 5:000\$; 20ª, serviço sanitario maritimo, pessoal, 159:900\$, material, 160:931\$; 22ª Faculdade de Direito de S. Paulo, pessoal 243:300\$ e material 61:500\$; 23ª, dita do Recife, pessoal 247:000\$, material, 71:700\$; 25ª, Faculdade de Medicina da Bahia, pessoal 347:970\$, material 346:500\$; 27ª escola de Minas, pessoal 162:700\$; material, 47:100\$; 36ª, serventurios do culto catholico, pessoal, 193:560\$, ficando no Thesouro 54:000\$; 37ª, instituições subsidiadas pela União, material 109:000\$; 39ª, Obras, 160:000\$, abatido o credito já registrado de 9:600\$ distribuido a Pernambuco e 4:995\$985 á S. Paulo.

N. 377, de 5 do corrente, asseio do predio em que funciona o juizo seccional do Districto Federal, em janeiro, 25\$000;

Sem numero, idem, ajuda de custo a um senador pelo Rio Grande do Norte, para a 3ª sessão da 2ª legislatura, 700\$ a pôr no Ceará;

N. 245, de 25 de janeiro, adiantamento ao director-secretario da Assistencia medico-legal de alienados, para occorrer os vencimen-

tos do pessoal subalterno e ás despesas miúdas de que prestará contas, 11:000\$000 ;

N. 338, de 1 do corrente—Credito a pôr na Alfandega do Pará, para construcção de um telheiro para o escaler da Inspectoria de Saude, 300\$000 ;

N. 80, de 21 de janeiro. Credito a pôr na Delegacia do Thesouro em Londres, para pagamento de uma encomenda do director do Instituto Benjamin Constant, equivalentes a fr. 4.736.44 a 9 1/32, 5:000\$000 ;

N. 169, de 18, dito, idem para a despeza do remessa de uma copia de Valasques do pensionista d'Angelo Visconti, correspondente a fr. 300 ao cambio 9,317\$790 ;

N. 495, de 14, folha do pessoal extraordinario do hospital de S. Sebastião de janeiro, 2:648\$044 ;

N. 501, de 14, fêria dos serventes do Tribunal Civil e Criminal, idem, 120\$000 ;

N. 457, de 10, subsidio ao Instituto Vaccinico do Districto Federal, pelo fornecimento de cowpox no 1º semestre deste exercicio, 9:000\$000 ;

N. 496, de 14, vencimentos do pessoal extraordinario do hospital maritimo de Santa Izabel em janeiro, 584\$514.

Foram julgadas comprovadas as seguintes quantias :

De 1:220\$ despendida pelo escrivão do internato do Gymnasio Nacional, em dezembro ultimo com o pessoal de nomeação do director como se vê da fêria que acompanhou o aviso n. 469 de 12 do corrente ;

De 55\$900 pelo engenheiro das obras do Ministerio do Justica com o pessoal dos concertos do telhado do edificio do Instituto Sanitario Federal, 55\$900 ;

De 66\$760 pela porteira da Junta Commercial, em dezembro com o salario do servente e as despesas miúdas a seu cargo, como se vê dos documentos que acompanham o aviso n. 223 de 23 de janeiro ultimo.

Ministerio da Marinha (despacho de 16 de fevereiro de 1896) — Avisos:

N. 190 A, de 23 de janeiro ultimo, sobre a distribuiçao do credito de 3:000\$ á Alfandega do Maranhão, por conta da verba—Fretes—exercicio de 1895.—O tribunal mandou registrar a ;

N. 248, de 31, concedendo á Delegacia do Thesouro em Londres o credito de £ 2-0-6, por conta da verba—Eventuales—do mesmo exercicio.—O tribunal resolveu solicitar indicaçao da consignaçao a que o credito pertence ;

N. 297, de 10 do corrente mez, sobre o pagamento da despeza de 67:895\$951, de artigos fornecidos, no anno proximo passado, ao Commissariado e ao Almoxarifado do Arsenal de Marinha, por conta de consignações das verbas 9º, 10º, 20º, 22º, 24º e 28º.—O tribunal mandou registrar a despeza.

SECÇÃO JUDICIARIA

Corte de Appellação

SESSÃO DA CAMARA CIVIL EM 17 DE FEVEREIRO DE 1896

Presidencia do Sr. desembargador Rodrigues— Secretario o Sr. Dr. Espozel

Compareceram os Srs. desembargadores Guilherme Cintra, Ribeiro de Almeida, Lima Santos, Gonçalves de Carvalho e Espinola.

JULGAMENTOS

Aggravos de petição

N. 237—Aggravante, Banco Commissario Minas e Rio ; aggravado, João Clomavel Fils ; relator, Sr. desembargador G. Cintra.—Deram provimento ao agravo para, reformando a decisão aggravada, julgar improcedente o pedido de liquidacão forçada.

N. 241—Aggravante, Abraham Glasser ; aggravado, Francisco de Azevedo e Amaral Valente ; relator, Sr. desembargador R. de Almeida.—Negaram provimento ao agravo.

N. 239—Aggravante, commendador Jeronymo José Ferreira Braga, cessionario de Soares & Comp ; aggravado, José Nunes Martins de Carvalho ; relator, Sr. desembargador G. de Carvalho.—Não tomaram conhecimento do agravo por illegitimidade do aggravante.

N. 240—Aggravante, Banco Paris e Rio ; aggravado, Constancio Alves Pinto ; relator, Sr. desembargador G. Cintra.—Deram provimento ao agravo para mandar proseguir nos ultteriores termos da causa.

Passagens

Desembargador Guilherme Cintra, appellação commercial n. 1.022.

Desembargador Ribeiro de Almeida, appellação civil n. 995 e commercial n. 1.037.

Desembargador G. de Carvalho, appellação commercial n. 1.050.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Rendimento do dia 1 a 15 de

fevereiro de 1896..... 6.067:839\$379

Idem do dia 17 (até ás 3 hs.)..... 197:598\$480

6.265:437\$359

Em igual periodo de 1895... 5.869:084\$020

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 1 a 15 de

fevereiro de 1896..... 863:099\$544

Idem do dia 17..... 19:673\$640

882:773\$184

Em igual periodo de 1895... 955:418\$223

RECEBEDORIA DO ESTADO DE MINAS NA CAPITAL FEDERAL

Arrecadação do dia 17 de

fevereiro de 1896..... 5:875\$704

De 1 a 17..... 179:232\$718

NOTICIARIO

Correio — Esta repartiçao expedirá malas hoje pelos seguintes paquetes:

Pelo *Graf Bismarck*, para Bahia, Antuerpia e Bremen, recebendo impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 7 idem.

Pelo *Elbe*, para Bahia, Maceió, Pernambuco, Europa via Lisboa, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 10 idem.

Pelo *Oropesa*, para Lisboa, Vigo, La Pallice, Plymouth e Liverpool, recebendo impressos até ás 10 horas da manhã, cartas para o exterior até ás 11, objectos para registrar até ás 10 idem.

Pelo *Asiatic Prince*, para Victoria e Nova York, recebendo impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 7 idem.

Pelo *Orissa*, para o Rio da Prata, Pacifico, Matto Grosso e Paraguay, recebendo impressos até ás 10 horas da manhã, cartas para o interior até ás 10 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 11, objectos para registrar até ás 10 idem.

Pelo *Satellite*, para Victoria, Bahia e Pernambuco, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o interior até ás 7 1/2, ditas com porte duplo até ás 8 idem.

Pelo *Patagonia*, para Santos, recebendo impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2, ditas com porte duplo até ás 7 idem.

Nota—O Sr. Joaquim Candido Guimarães, é convidado a comparecer na 7ª secção desta repartiçao.

N. B. Esta repartiçao fecha-se, hoje, á 1 hora da tarde.

Mappa do movimento sanitario do hospital de S. Sebastião — Do dia 15 de fevereiro de 1896.

Existiam.....	206	
Entrados.....	43	249

Fallecidos.....	23	
Curados.....	22	45

Existem.....		204
--------------	--	-----

— E no dia 16:

Existiam.....	204	
Entradas.....	28	232

Fallecidos.....	26	
Curados.....	18	44

Existem.....		188
--------------	--	-----

Repartiçao Meteorologica— Resumo meteorologico da estacão do morro de Santo Antonio:

No dia 17 de fevereiro de 1896 :

Horas	Barometro a 0º	Temperatura	Tensao do vapor	Humidade relativa
9 a...	756,39	26,4	20,70	31
1/2 d.	755,60	27,7	21,21	77
3 p....	754,92	27,0	19,57	73,6
Maxima.....		28,4		
Minima.....		21,6		
Media.....		25,0		
Evaporaçao á sombra.....		2º,6		

Obituario—Foram sepultadas no dia 11 do corrente, as seguintes pessoas fallecidas de :

Accesso pernicioso—o italiano Felix Rufino, 33 annos, casado, residente na rua do Castello n. 49 e fallecido na Santa Casa; o portuguez Manoel Gonçalves Gomes, 20 annos, solteiro, residente e fallecido á rua do Costa n. 43; a fluminense Carmem, filha de Alexandrina, Maria da Conceição, 7 mezes, residente e fallecida á rua do Senador Pompeu n. 162. Total, 3.

Arterio esclerose—os brasileiros Oscar José Rodrigues, 42 annos, solteiro, fallecido no Hospital da Saude; Joaquim José Ribeiro, 38 annos, solteiro, residente na rua Bento Lisboa n. 134 e fallecido na Santa Casa. Total, 2.

Athrepsia—o polaco Lavalik e Giovanni, 1 anno, fallecido no Hospital da Saude; a italiana Cherubina Mauffinne, 4 1/2 annos, residente e fallecida no Morro do Castello n. 15. Total, 2.

Beriberi—o fluminense João Ignacio Pereira Vargas, 55 annos, solteiro, fallecido no Hospicio da Saude.

Bronchite capillar—a fluminense Maria das Dares, filha de Miguel José dos Santos Frango, 4 mezes e 21 dias, residente e fallecida á rua Capitão Felix n. 1.

Congestão cerebral—a portugueza Anna da Silva Ferreira, 47 annos, casada, residente e fallecida á Ajuda n. 81.

Chirrose hepatica—o portuguez José Faria, 60 annos, solteiro, residente á rua de Santa Luzia n. 41 e fallecido na Santa Casa.

Carcinoma—a fluminense Adelaide Maria de Oliveira Lima, 37 annos, viuva, residente e fallecida á praça Lazaro n. 24.

Catarrho suffocante—os fluminenses Maria, filha de Alfredo Moura Limoeiro, 3 mezes, residente e fallecida á rua Sara n. 16; Julio, filho de Manoel da Silva, 30 dias, residente e fallecida á rua D. Laura de Araujo n. 99. Total, 2.

Consumpção pulmonar—a fluminense Luzia de Moraes e Souza, 25 annos, casada, residente e fallecida á ladeira do Faria n. 68.

Eclampsia—o fluminense Antonio Joaquim, filho de Joaquim Raymundo Rodrigues, 17 mezes, residente e fallecido á rua Visconde de Itauna n. 181.

Febre amarella — o portuguez Joaquim Monteiro, 25 annos, solteiro, residente no becco da Moeda n. 2; Manoel Francisco Santos, 21 annos, solteiro, residente á rua do Areal n. 35; Sebastião de Souza, 22 annos, solteiro; Maria Ferreira Lopes, 21 annos, casada, residente á travessa das Mangueiras

n. 57; Alfredo da Conceição Gomes, 28 annos, solteiro, residente á rua Silva Manoel 81; José Joaquim Henrique, 20 annos, solteiro, residente á rua das Marrecas n. 38; José Joaquim Fernandes, 21 annos, solteiro, 31 annos, solteiro, residente á praça da Republica n. 9; Francisco Lage, 39 annos, casado; Antonio Machado Almeida, 85 annos, casado, residente á rua do Cosme Velho n. 95; Francisco Gonçalves Silva, 22 annos, solteiro, residente á rua da Conceição n. 32; o belga Emil Didrick, 20 annos, residente no navio *Hohenstaufen*; a italiana Buzani Maria, 30 annos, viuva, residente na fabrica Alliança (casinha n. 33); o brasileiro Guilherme Eyer, 15 annos, solteiro, residente á rua da Prainha n. 62; o francez François Laroche, 40 annos, solteiro, residente á rua General Pedra n. 21; o norueguez Johan Andersen, 30 annos, solteiro, residente na barca *Cashmere*; o hespanhol Manoel Fernandes Peres, 28 annos, casado, residente na ilha do Vianna; o hungaro Ricardo Lange-nick, 21 annos, solteiro; o oriental Luiz Bistagnino, 16 annos, solteiro, residente á rua do Conselheiro Pereira da Silva n. 56; um individuo de nome ignorado, 18 annos presumiveis, residente na pedreira de S. Diogo (barracão); outro de nome ignorado, residente á rua do Espirito Santo n. 25, e todos fallecidos no hospital de de Sebastião; os portuguezes Manoel José Gomes, 25 annos, solteiro, residente e fallecido á rua do Boulevard Vinte e Oito de Setembro n. 137 e fallecido na Santa Casa; Anna Gonçalves Motta, 25 annos, solteiro, residente e fallecida á rua da Conceição n. 46; Annibal Paes dos Santos, 27 annos, casado, residente e fallecido á ladeira João Homem n. 2; o brasileiro Antonio Pereira de Vasconcellos: 15 annos, solteiro, residente e fallecido á rua do Senador Euzebio n. 128; Joaquim Teixeira Miranda, 12 annos, residente e fallecido ao Largo da Batalha n. 10; Rodolpho de Azevedo Gonçalves, 16 annos, solteiro, residente e fallecido no Morro do Valongo n. 25; Carlos Ferreira Guimarães, 18 annos, solteira, residente á rua de São Joaquim e fallecido no hospicio da Saude; João Gonçalves, 41 annos, casado, residente e fallecido á rua da Alfandega n. 173; Felicidade Abdon Alvares, 31 annos, casada, residente e fallecida á Praça da Republica n. 26. Total, 29.

Febre remittente typhoidea — o portuguez Aurelio dos Santos, 26 annos, residente e fallecido á rua do General Severiano n. 44; o brasileiro Francisco de Paula Antunes Maciel, 21 annos, solteiro, residente e fallecido á rua Conde de Baependy n. 25; a hespanhola Joanna Bianco Amazonas, 26 annos, solteira, residente e fallecida á rua de Santo Antonio n. 18; o francez Leopoldo Delet, 38 annos, solteiro, residente e fallecido á rua Conselheiro Pereira da Silva n. 44. Total, 4.

Gastro-enterite — os fluminenses Oscar, filho de José Bento Morgado, 21 dias, residente e fallecido á rua Barão de Guaratyba n. 82; Arnaldo, filho de Antonio Jorge da Costa Araujo, 2 mezes, residente e fallecido á rua de João Caetano n. 59. Total, 2.

Insufficiencia mitral—o brasileiro Eduardo Malta da Costa, 51 annos, casado, residente e fallecido á rua Cardoso Junior n. 20.

Pneumonia—o portuguez José Pedro Martins, 63 annos, solteiro, fallecido no Hospital de S. João de Deus.

Tuberculos mesentericos—a fluminense Alzira, filha de Carlos Alberto Farias, 7 mezes, residente e fallecida á rua Tuyuty n. 2 B.

Tuberculose pulmonar—o fluminense José Miguel Ramos, 24 annos, solteiro, residente e fallecido no Campo de S. Christovão n. 17; o portuguez Antonio Santiago, filho de Francisco Santiago, 6 mezes, fallecido na Santa Casa; o fluminense Affonso José Corrêa, 45 annos, solteiro, fallecido na Santa Casa; o portuguez Manoel Nunes, 51 annos, solteiro, fallecido na Santa Casa; o fluminense Joaquim José Garcez, 50 annos, casado, fallecido na Santa Casa; o brasileiro Dorotheo Cardoso de Almeida, 21 annos, fallecido no hospital central do exercito. Total, 6.

Acceso pernicioso—o portuguez Antonio Augusto Fernandes, 15 annos, residente á rua S. Pedro n. 55 e fallecido no hospital S. João de Deus.

Beriberi—o portuguez Manoel Raposo, 32 annos, solteiro, fallecido no hospital de São João Baptista.

Catarrho suffocante—o fluminense José, filho de Candido José Vieira, 7 dias, residente e fallecido á rua do Ypyranga n. 26.

Febre pernicioso — o brasileiro Ezequiel Manoel da Rosa, 40 annos, casado, residente á rua Vicente Carvalho, visto no Necroterio.

Febre amarella—o hespanhol Angelo Fernandes Murias, 14 annos, fallecido no Hospital do Carmo e o fluminense Alvaro de Medeiros Vasconcellos, 20 annos, solteiro, fallecido na Santa Casa. Total, 2.

Febre pernicioso—o fluminense Eduardo, filho de José Molmonski, 4 mezes, residente e fallecido á rua do Regente n. 48 e o portuguez Manoel da Costa Rezende, 54 annos, casado, residente e fallecido á rua Gonçalves. Total, 2.

Febre biliosa—a portugueza Maria Emilia Rezende, 46 annos, casada, fallecida na Casa de Saude Dr. Catta Preta.

Febre remittente biliosa—o portuguez Sebastião Antonio Rosados, 24 annos, casado, residente á rua General Pedra n. 21 e fallecido na Casa de Saude Dr. Catta Preta.

Gastrite aguda—a fluminense Josephina, filha de Victorino Antonio da Silva, 10 mezes, residente e fallecida á rua Dr. Nabuco de Freitas n. 56.

Gastro enterite— a fluminense Deolinda Mendes Martins, 15 annos, solteira, residente e fallecida á rua Cunha Barbosa n. 53.

Insufficiencia mitral— os fluminenses João Fernandes Fidalgo, 32 annos, solteiro, residente e fallecido á rua Oreste n. 2; João Lins Ferreira, 51 annos, viuvo, fallecido na Santa Casa.

Lesão cardiaca— os portuguezes Antonio Pereira de Simas, 47 annos, residente á rua do Rezende n. 43 e fallecido no Hospital da Penitencia; Sophia Amelia Dias de Vasconcellos, 61 annos, viuva, fallecida no Hospital do Carmo.

Syphilis hereditarias— a brasileira Rosa Philomena, fallecida na Casa dos Expostos.

Septecemia— os portuguezes Eduardo Augusto Paulo, 26 annos, casado, fallecido na Santa Casa; José Martins dos Santos, 40 annos, solteiro, residente e fallecido á rua do Senador Alencar n. 64.

Syncope cardiaca— o portuguez José Pereira Barbosa, 35 annos, casado, residente e fallecido á rua de Santa Lusía n. 39.

Tetano traumatico— o portuguez Custodio de Almeida, 39 annos, casado, fallecido na Santa Casa.

Variola— o fluminense Antenor, filho de Angelica Maria da Conceição, 2 annos, residente e fallecido á rua da Serra n. 4.

Fetos— um, filho de Hortencia Maria da Purificação, residente á rua do Dr. Joaquim Silva n. 77; outro, filho de Albino Alves da Motta, residente á rua do Senhor dos Passos n. 8; outro, filho de Honorina Maria da Rocha, residente á rua do Chichorro n. 41; outro, filho de Etelvina Maria Nunes, residente á rua do Dr. Corrêa Dutra n. 23, outro, filho de Emilia de Oliveira, residente á rua do Boulevard Vinte e Oito de Setembro n. 84.

No numero dos 84 sepultados estão incluídos 34 indigentes cujos enterros foram gratuitos.

EDITAES E AVISOS

Côrte de Appellação

Faço publico, que, a appellação civil n. 599, appellantes, D. Ludovina Rosa Machado e outros; appellados, Martins, Oliveira & Cunha, acha-se com dia, devendo o julgamento ter logar nas sessões da camara civil do dia 20 do corrente, ou nos seguintes.

Secretaria da Côrte de Appellação, 17 de fevereiro de 1896.— O secretario *Joaquim Maria dos Anjos Espozel*.

Secretaria da Policia da Capital Federal

O Dr. Pedro Augusto de Moura Carijó, 1º delegado auxiliar, manda que, nos dias 16 e 18 do corrente, por occasião do carnaval se observe o seguinte:

Das 4 horas da tarde ás 11 da noite dos dias acima mencionado, fica prohibido aos carros, tilburys e deligencias estacionarem nos largos da Carioca, S. Francisco de Paula, travessa da Academia, ruas Primeiro de Março, Sacramento e praça Tiradentes.

Os carros e tilburys farão ponto na rua Leopoldina, praça da Republica e largo da Lapa, as deligencias na praça Quinze de Novembro, ruas Fresca e D. Manoel, subindo e descendo pela rua de Santa Luzia; todo e qualquer vehiculo que tiver de passar pela praça Tiradentes deverá descer pelo lado do theatro S. Pedro de Alcantara e subir pelo lado opposto, não podendo descer pela rua da Carioca.

Os bonds da Companhia S. Christovão no dia 16 descerão pelas ruas Luiz de Camões e Conceição para tomarem seus destinos. No dia 18 farão ponto na praça da Republica esquina da rua da Constituição e voltarão dali para tomarem seus destinos.

Os bonds da Companhia Villa Isabel deverão estacionar na rua do Senado, entre a do Lavradio e a do Espirito Santo, e dali seguir por esta direcção até á praça Tiradentes para tomar seus destinos. Companhia Carris Urbanos. Linha da praia Formosa, descem pelas ruas S. Bento e Bragança até ao Arsenal de Marinha e sobem pelas mesmas ou pela de Theophilo Ottoni e da Prainha. Linha da rua da America, descem pelas ruas da Prainha, S. Bento e Bragança até ao Arsenal de Marinha, e sobem pelas mesmas ou pela Theophilo Ottoni, Municipal, largo de Santa Rita, Ourives, Uruguayana e S. Joaquim. Linha da Estrada de Ferro, descem pelas ruas da Prainha, S. Bento e Bragança, até ao Arsonal de Marinha, e sobem pela de Bragança, Municipal, largo de Santa Rita, Ourives, Theophilo Ottoni, Uruguayna e S. Joaquim. Linha da Lapa, Riachuelo e praça Onze de Junho, pela Frei Caneca, estacionarão na praça Tiradentes, em frente á secretaria do interior. Linhas Silva Manoel, Lavradio e praça Onze de Junho estacionarão na praça Tiradentes, em frente á secretaria do interior.

Os bonds que transitarem pelas ruas não vedadas só poderão seguir a passo. Os que transitarem pela praça Tiradentes, na parte comprehendida entre as ruas da Carioca e Visconde do Rio Branco, deverão interromper o transitio durante a passagem dos prestitos.

E' permittido aos carros que conduzirem pessoas fantasiadas passar pela rua do Ouvidor.

Primeira delegacia de policia auxiliar, 15 de fevereiro de 1895.—*Moura Carijó*.

Internato do Gymnasio Nacional

CONCURRENCIA

O conselho economia interna deste estabelecimento faz publico que recebe propostas até ao dia 23 do corrente para o fornecimento dos generos abaixo mencionados para o primeiro semestre do corrente anno.

Vestuario

Dolman de panno (segundo uniforme).
Calça de panno (segundo uniforme).
Bonet de panno (segundo uniforme).
Vestão de brim pardo.
Calça de brim pardo.

O figurino para o uniforme acima, acha-se na secretaria deste internato.

Lavagem e engomnado de roupa dos alumnos e da copa.

As propostas serão entregues em carta fechada, em duplicata, uma das quaes estampilhada, dirigidas ao escrivão abaixo assignado, e abertas perante os proponentes no dia 25 do corrente, na secretaria deste internato, ás 11 horas da manhã.

O contractante apresentará fiador pela execução do serviço que contractar, ou depositará no Thesouro Federal a quantia que for arbitrada para esse fim.

Não será aceita a proposta que deixar de satisfazer qualquer das condições do presente edital, bem como a que não especificar cada um dos artigos na ordem e pela forma por que estão mencionadas do mesmo edital.

Internato do Gymnasio Nacional, 13 de fevereiro de 1896.— O escrivão, *Salathiel Firmiano Gonçalves*.

Tribunal de Contas

De ordem do Sr. presidente deste tribunal e na conformidade do despacho proferido em sessão de 22 do corrente, fica intimado pelo presente edital, o thesoureiro da Estrada de Ferro Central do Brazil Joaquim da Silva Guimarães, para comparecer na 1ª sub-diretoria do mesmo tribunal, no prazo de 30 dias, a fim de dizer sobre as irregularidades e faltas encontradas na tomada de suas contas, relativas ao exercício de 1891, sob pena do proceder-se nos termos do final do § 1º de art. 70 do regulamento annexo ao decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892.

Tribunal de Contas, 24 de janeiro de 1896.— *Luiz Americano*, secretario.

Alfandega do Rio de Janeiro

Concertos em uma lancha a vapor

Na inspectoría desta alfandega se recebem, até o dia 20 do corrente, á 1 hora da tarde, propostas para os concertos e reparos de que carece uma lancha a vapor.

Para informações os Srs. proponentes podem dirigir-se á Guardamoria, onde examinarão a mesma lancha.

Alfandega do Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1896.— O inspector, *H. Alonso Baptista Franco*.

Alfandega do Rio de Janeiro

EDITAL

Pela inspectoría desta alfandega se faz publico para conhecimento dos interessados, que foram descarregados para esta repartição os volumes abaixo mencionados com signaes de avarias e de falta, devendo seus donos ou consignatarios apresentar-se no prazo de 8 dias para providenciar a respeito.

Vapor inglez *Bellanock*:

Armazem n. 9 — Marca A V C: 1 caixa n. 1.922, repregada. Manifesto em traducção.

Marca AC&C—HCH: 1 dita n. 1.902, idem. Idem.

A mesma marca: 1 dita n. 1.001, idem. Idem.

Marca BF&C: 2 ditas ns. 2.043 e 2.041, idem. Idem.

Marca E—X: 1 dita n. d.002, idem. Idem.

Marca FS&C—DV: 1 dita n. 70, idem. Idem.

Marca F: 1 dita n. 2.075, idem. Idem.

Marca CRC: 1 dita n. 341, repregada e avariada. Idem.

Marca C F & C: 1 dita n. 2.943, idem. Idem.

Marca C P & C: 1 dita n. 5.179, idem. Idem.

Marca C & M—R: 1 dita n. 5.390, idem. Idem.

Marca J—R—G—C: 1 dita n. 580, idem. Idem.

Marca JMC: 1 dita n. 215, idem. Idem.

Marca JA: 1 dita n. 48, idem. Idem.

Marca HSC: 1 dita n. 72, idem. Idem.

Marca L&C—F: 1 dita n. 2.442, idem. Idem.

Marca MMPS—HCH: 1 dita n. 874, idem. Idem.

Marca CM—S: 2 fardos ns. 3838 e 334/6, avariadas. Idem.

Marca P&C—M: 1 caixa n. 9.779, repregada e avariada. Idem.

Marca R&C: 2 ditas ns. 2.630 a 2.652, repregadas. Idem.

A mesma marca: 1 dita n. 2.653, idem. Idem.

Marca SLA: 1 dita n. 102, idem. Idem.

Marca DC&C: 2 ditas ns. 9.156 e 8.490, idem. Idem.

Marca T M & C: 1 dita n. 3.730, idem. Idem.

Vapor inglez *Bellanock*:

Armazem n. 9—Marca CFC: 1 caixa n. 2, avariada. Manifesto em traducção.

Marca DCC: 1 dita n. 8.491, idem. Idem.

Marca E—F: 1 dita n. 3.985, idem. Idem.

Marca EWC: 1 dita n. 110, idem. Idem.

Marca PC—K: 1 dita n. 9.775, idem. Idem.

Marca RBC—H: 1 dita n. 522, idem. Idem.

Marca W—S—B—S: 1 dita n. 35, idem. Idem.

Despacho sobre agua—Marca C—P—S: 3 ditas ns. 635, 665 e 679, repregadas. Idem.

A mesma marca: 3 ditas ns. 676, 666 e 662, idem. Idem.

Armazem n. 9—Marca 1528—CMI—109: 1 dita n. 59, avariada. Idem.

Vapor francez *Paranaguá*:

Armazem n. 12—Marca JAC: 1 caixa n. 419, repregada e avariada. Manifesto em traducção.

Marca JRS: 1 dita n. 4.339, idem. Idem.

Marca A—L—L—P: 1 dita n. 471, idem. Idem.

Marca CPC: 2 ditas ns. 5.246 e 5.248, idem. Idem.

A mesma marca: 2 ditas ns. 5.251 e 5.247, idem. Idem.

Marca CPC: 2 ditas ns. 5.249 e 5.250, idem. Idem.

A mesma marca: 1 dita n. 5.258, idem. Idem.

Marca MMC: 2 ditas ns. 1.936 e 1.940, idem. Idem.

Marca RSC: 1 dita n. 1.380, idem. Idem.

Marca FDC: 1 dita n. 74, idem. Idem.

Marca FCM: 1 dita n. 130, idem. Idem.

Marca M: 1 dita n. 189, idem. Idem.

Vapor allemão *Buenos Ayres*:

Armazem n. 14 — Marca GMC: 1 caixa n. 6.344, repregada e avariada. Manifesto em traducção.

Marca PF: 1 dita n. 4.304, idem. Idem.

Marca W: 1 dita n. 503, idem. Idem.

Marca C: 1 dita n. 4.454, idem. Idem.

Marca SMC: 1 dita n. 700, idem. Idem.

Marca JMMB: 1 dita n. 388, idem. Idem.

Vapor francez *S. Nicola*:

Armazem n. 12—Marca ABC: 1 caixa n. 15.522, repregada. Manifesto em traducção.

Vapor inglez *Potosi*:

Armazem n. 11—Marca BW—O: 64 caixas ns. 4.110/4.204 e 4.207/4.225, avariadas. Manifesto em traducção.

A mesma marca: 1 dita n. 4.205, idem. Idem.

Marca CFKC: 3 ditas ns. 102, 103 e 104, idem. Idem.

Marca EM—R: 3 ditas ns. 3.121, 3.117, e 3.139, idem. Idem.

A mesma marca: 3 ditas ns. 3.132, 3.149 e 3.160, idem. Idem.

A mesma marca: 3 ditas ns. 3.137, 3.155 e 3.159, idem. Idem.

A mesma marca: 2 ditas ns. 3.147 e 3.153, idem. Idem.

A mesma marca: 1 dita n. 3.111, repregada. Idem.

Marca JLFC: 1 dita n. 1.068, repregada e avariada. Idem.

Marca JMFC: 2 ditas ns. 1.402 e 1.403, idem. Idem.

Marca M—R: 1 dita n. 3.544, avariada. Idem.

Marca PCB: 2 fardos ns. 9.896 e 9.898, idem. Idem.

Marca K—P—R—C: 1 dita n. 2.607, idem. Idem.

Marca K—66—11—K: 2 ditas ns. 290 e 289, idem. Idem.

Marca RBC—H: 1 dita n. 525, idem. Idem.

Marca WVR: 1 dita n. 1.886, 1.882 e 1.889, idem. Idem.

Marca B—O—W: 1 dita n. 4.206, repregada e avariada. Idem.

Marca BGC—C: 2 ditas ns. 1.052 e 1.053, avariadas. Idem.

Marca O—M: 1 dita n. 312, idem. Idem.

Marca EM—R: 3 ditas ns. 3.136, 3.140 e 3.148, repregadas. Idem.

A mesma marca: 1 dita n. 3.154, idem. Idem.

Vapor allemão *Cintra*:

Armazem n. 12—Marca 2495—ABC: 1 caixa n. 683, repregada. Manifesto em traducção.

Marca BS: 1 dita n. 7.424, idem. Idem.

Marca CM: 1 dita n. 1.586, idem. Idem.

Marca CPC: 1 dita n. 5.185, idem. Idem.

Marca DG: 1 dita n. 1.153, idem. Idem.

Marca EMC: 1 dita n. 113, idem. Idem.

Marca MLC—LG: 4 ditas ns. 59, 67, 39 e 60, idem. Idem.

A mesma marca: 1 dita n. 66, idem. Idem.

Marca N—F—C: 1 dita n. 58, idem. Idem.

Marca PCH: 1 dita n. 5.655, idem. Idem.

Vapor allemão *Cintra*:

Armazem n. 12.—Marca 503—G—G: 1 caixa p. 11.689, vasando. Manifesto em traducção.

Marca RJ: 1 dita n. 129, repregada. Idem.

Marca S—R—C—C: 1 dita n. 4.871, idem. Idem.

Marca SM—F—C: 1 dita n. 5.731, idem. Idem.

Vapor allemão *Tucuman*:

Armazem n. 3—Marca S: 2 caixas ns. 3.00 a 4.081, repregadas. Manifesto em traducção.

A mesma marca: 1 dita n. 4.020, idem. Idem.

Marca JBP—8: 2 ditas ns. 46.013 e 45.921, idem. Idem.

A mesma marca: 1 dita n. 45.946, idem. Idem.

Marca J—R—C—: 1 dita n. 405, idem. Idem.

Marca LOS: 1 dita n. 571, idem. Idem.

Marca HP—K: 1 dita n. 2, idem. Idem.

Marca 9—L—56: 2 ditas ns. 5.997 a 6.007, idem. Idem.

Marca CLM—MK: 1 dita n. 556, idem. Idem.

Marca M—WC—L: 1 dita n. 6.121, avariada. Idem.

Marca HSC: 1 dita n. 13, idem. Idem.

Marca JBL: 1 dita n. 5.759, repregada. Idem.

Marca HH: 1 dita n. 277, idem. Idem.

Marca ACA—C: 2 ditas ns. 174 a 165, idem. Idem.

Marca CC: 1 dita n. 65.617, idem. Idem.

Marca MMSC: 1 dita n. 889, idem. Idem.

Vapor inglez *Wordsworth*:

Armazem n. 1.—Lettreiro: 2 caixas, sem numero; repregadas. Manifesto em traducção.

Lettreiro: 2 ditas, sem numero, idem. Idem.

Lettreiro: 2 ditas, sem numero, repregadas. Idem.

Vapor allemão *Amazonas*:

Armazem n. 17—Marca CPC: 1 caixa n. 4.0702, repregada. Manifesto em traducção.

Marca n: 1 dita n. 788, idem. Idem.

Marca R&I: 1 dita n. 887; idem. Idem.

Vapor francez *Caravelas*:

Armazem n. 11—Marca S: 3 fardos, sem numero, com falta. Manifesto em traducção.

A mesma marca: 1 dito, sem numero, idem. Idem.

Vapor inglez *Potosi*:

Armazem n. 14.—Marca JHL : 1 caixa sem numero, avariada. Manifesto em traducção.

Vapor inglez *Asiatic Prince*:

Marca RRC—HB: 1 dita n. 8, vasando. Idem.

Vapor francez *Chili*:

Armazem das amostras—Lettreiro J. Pa- redes: 1 caixa, sem numero, repregada. Manifesto em traducção.

Vapor inglez *Chantrey*.

Trapiche Dias da Cruz—Lettreiro Christino meia pipa, sem numero, quebrada. Manifesto em traducção.

Marca JECC: 1 caixa, sem numero, com falta. Idem.

Marca JFCC: 2 ditas, sem numero, repregadas. Idem.

Marca RMC : 2 ditas, sem numero, com falta. Idem.

Marca VPC: 1 dita, sem numero, idem. Idem.

Marca CSC: 13 barris, sem numero, vasando. Idem.

Marca MELF: 2 ditos, sem numero, com falta. Idem.

A mesma marca: 19 ditos, idem, vasando. Idem.

Marca TSA : 13 ditos, idem, vasando. Idem.

Marca LAMC: 1 caixas, sem numero, varias. Idem.

Marca LAMC: 4 ditas, sem numero, com falta. Idem.

Marca RPC: 2 ditas, sem numero, repregadas. Idem.

Marca CFC: 1 barril, sem numero, com falta. Idem.

A mesma marca: 11 ditos, idem, vasando. Idem.

Marca JFN: 9 ditos, sem numero, vasando. Idem.

Marca AS: 1 caixa, sem numero, avariada. Idem.

Marca AJF: 7 barris, sem numero, vasando. Idem.

Marca SA—SA. 15 ditos, sem numero, idem. Idem.

Marca AGS: 1 dito, sem numero, com falta. Idem.

A mesma marca: 9 ditos, idem, vasando. Idem.

Marca MPSV: 9 ditos, sem numero, idem. Idem.

Marca SF: 2 ditos, sem numero, com falta. Idem.

Marca JF: 3 ditos, sem numero, vasando. Idem.

Marca JF: 1 dito, sem numero, com falta. Idem.

Marca MPC: 7 ditos, sem numero, vasando. Idem.

Marca MRMB: 5 ditos, sem numero, idem. Idem.

Vapor inglez *Chantrey*.

Trapiche Dias da Cruz.—Marca JGS&I : 5 barris sem numero, vazando. Manifesto em traducção.

Marca CF : 3 ditos sem numero, idem. Idem.

A mesma marca : 7 ditos sem numero, idem. Idem.

Marca JALB : 2 ditos sem numero, com falta. Idem.

Vapor inglez *Garrich*,

Trapiche Dias da Cruz.—Marca RPSE : 6 latas sem numero, vazando. Manifesto em traducção.

Marca SGC : 1 barril sem numero, idem. Idem.

A mesma marca : 4 ditos sem numero, idem. Idem.

Vapor inglez *Mashelyne*.

Trapiche Dias da Cruz.—Marca C—F—C : 1 barrica n. 202, repregada. Manifesto em traducção.

Marca MNC : 1 caixa sem numero, com falta. Idem.

Marca VPC : 3 ditas sem numero, repregadas. Idem.

Vapor inglez *Bellanoch*.

Trapiche Dias da Cruz.—Marca HWG : 1 caixa n. 665, repregada. Manifesto em traducção.

Marca DIA : 1 dita n. 2.841, idem. Idem.

Marca portugueza *Nova Lide*.

Trapiche Lazareto.—Marca AP : 2 barris sem numero, com falta. Manifesto em traducção.

Lettreiro Barroso : 4 caixas sem numero, idem. Idem.

Lettreiro F. J. Monteiro : 3 ditas sem numero, idem. Idem.

Marca JIG&C—FFM : 5 ditas sem numero, idem. Idem.

Allandega da Capital Federal, 14 do feve- reiro de 1896.—O inspector, H. Alonso Ba- ptista Franco.

DIA 15

Vapor allemão *Buenos Ayres*:

Armazem 14.—Marca L—95—L—C : 1 caixa n. 25, repregada e avariada. Mani- festo em traducção.

Marca V—MJB : 1 dita, n. 369, idem, idem. Idem.

Marca AV&C : 1 dita, n. 4.472, idem, idem. Idem.

Marca MLC—LG : 1 dita, n. 4.472, idem, idem. Idem.

Marca RJ : 1 dita, n. 52, idem. idem. Idem.

Marca L—63—L : 1 dita, n. 24, idem, idem. Idem.

Marca P—L—C : 1 dita, n. 79, idem, idem. Idem.

Marca RJ : 1 dita, n. 10.000, idem, idem. Idem.

Marca W : 1 dita, n. 78, idem, idem. Idem.

Marca C : 1 dita, n. 7, idem, idem. Idem.

Marca C—F—&—C : 1 dita, n. 455, idem, idem. Idem.

Marca LCM : 1 dita, n. 1.831, idem, idem. Idem.

Marca CJG : 1 dita, n. 1.535, avariada. Idem.

Marca PFC : 1 dita, n. 4.490 repregada e avariada. Idem.

Marca FSC—K : 1 dita, n. 5.416, idem, idem. Idem.

Marca HJK ; 1 dita, n. 1.193, idem, idem. Idem.

Marca CPC : 1 dita, n. 5.010, idem, idem. Idem.

Marca PBJ : 1 dita, n. 204, idem, idem. Idem.

Vapor francez *Paranaguá*.

Armazem n. 12—Marca BPC : n. 7.168, 1 caixa, repregada. Manifesto em traducção.

Marca JAMC : 1 dita, n. 5.936, idem. Idem.

Marca MM—VN : 1 dita, n. 676, idem. Idem.

Marca FB&C : 2 ditas, ns. 1.548, 1.549, idem. Idem.

Marca CPC : 1 dita, n. 5.254, idem. Idem.

Vapor francez *Paranaguá*.

Armazem n. 12—Marca CTT: 1 caixa n. 1.597, repregada. Manifesto em traducção.

Marca JMRC: 1 dita, n. 958, idem. Idem.

Marca DFF: 1 dita, n. 808, idem. Idem.

Marca BMC: 1 dita, n. 724, idem. Idem.

Marca CPC: 1 dita, n. 5.295, idem. Idem.

Marca MGC: 1 dita, n. 1.782, idem. Idem.

Marca D—FCC : 1 dita, n. 8.812, idem. Idem.

Marca JMC : 1 dita, n. 162, idem. Idem.

Marca AVC : 1 dita, n. 4.635, idem. Idem.

Marca FCM : 1 dita, n. 3.956, idem. Idem.

Vapor allemão *Amazonas*.

Armazem n. 10.—Marca S—861—S: 1 caixa n. 31.296, repregada. Idem.

Armazem das amostras.—Marca EC : 2 ditas, idem. Idem.

Armazem n. 10.—Marca S—861—S: 2 ditas, ns. 13.295, 32.296, idem. Idem.

Marca BR: 1 dita n. 9.068, idem. Idem.

Marca AG: 1 dita n. 6.199, idem. Idem.

Marca S—888—: 1 dita n. 10.769, idem. Idem.

Marca ML: 1 dita n. 3.828, idem. Idem.
 Marca GJ—C: 1 dita n. 72, idem. Idem.
 Marca CV : 1 dita, n. 9.451, idem. Idem.
 Marca V—C : 2 ditas, ns. 237, 243, idem. Idem.

Marca HSC: 1 dita, n. 5.995, idem. Idem.

Vapor inglez *Bellardeu*.

Armazem n. 16.—Marca SSJC: 1 caixa, n. 1 Idem.

Marca CB : 3 amarrados, sem numero. Idem.

Marca FCC : 1 caixa, n. 248, idem. Idem.

Marca CMCA: 1 dita, n. 84, idem. Idem.

Marca B—B: 1 dita, n. 75, idem. Idem.

Vapor francez *Charentes*.

Armazem n. 6.—Marca LI—L : 1 caixa, n. 4.187: repregada. Manifesto em tra- dução.

Marca BF : 1 dita, n. 9.803, avariada. Idem.

Marca JVC : 2 ditas, ns. 4.242 e 4.191, idem. Idem.

Vapor francez *Charentes*:

Armazem n. 6.—Marca PC—D : 2 caixas ns. 4.242 e 4.191, avariadas. Manifesto em traducção.

Marca OG&C : 1 dita n. 1 repregada. Idem.

Marca RF—GL : 1 dita n. 272, avariada. Idem.

Marca AG&C : 1 dita sem numero, reprega- da. Idem.

Marca FBR : 1 dita sem numero, idem. Idem.

Marca FHM : 2 ditas sem numero, idem. Idem.

Vapor allemão *Tucuman*:

Despacho sobre agua.—Marca ACA—C : 1 caixa n. 163, repregada. Manifesto em tra- dução:

Marca M—N—C—L : 1 dita n. 6.016, idem. Idem.

Marca CC&C : 1 dita n. 4.168, idem. Idem.

Marca E : 1 dita n. 1.140, idem. Idem.

Marca F : 1 dita n. 7.070, idem. Idem.

Marca JBF—S : 1 dita n. 46.651, idem. Idem.

Armazem n. 3.—Marca PC: 1 dita n. 1.554, idem. Idem.

Marca W—JCC : 1 dita n. 5.235, idem. Idem.

Vapor allemão *Cintra*.

Armazem n. 12.—Marca J—G—AJ : 1 caixa n. 2.756, avariada. Manifesto em tra- dução.

Marca CBIC : 1 dita n. 9, repregada. Idem.

Marca CPC : 1 dita n. 5.277, idem. Idem.

Marca CSC : 1 dita n. 398, idem. Idem.

Marca JC—VC : 1 dita n. 558, idem. Idem.

Marca PL&C : 2 ditas ns. 10.372 e 753, idem. Idem.

Marca PC—LR : 1 dita n. 6.812, avariada. Idem.

Marca PCA : 1 dita n. 2.477, repregada. Idem.

Marca RBC : 1 dita n. 1.154, idem. Idem.

Marca WMRC—R : 2 ditas ns. 32 e 33, idem. Idem.

Armazem n. 3.—Marca JLFC : 1 caixa n. 4.579, repregada. Manifesto em tra- dução.

Marca P—C—L ou F—J—C : 1 dita n. 66, idem. Idem.

Marca M (30) M : 1 dita n. 130, idem. Idem.

Marca HBC—MM : 1 dita n. 447, idem. Idem.

Marca AG : 1 dita sem numero, com falta. Idem.

Vapor allemão *Paraguassú*:

Trapiche da Saude.—Marca AF&S : 1 caixa, n. 355, repregada. Manifesto em traducção.

Marca LM : 1 dita, n. 1.398/9, idem. Idem.

Marca BIC : 1 dita, n. 1.398/4, idem. Idem.

A mesma marca : 1 dita, idem. Idem.

Marca DLC : 1 dita, n. 8.140, idem. Idem.

Marca ARC—5295 : 1 dita, n. 4.585, idem. Idem.

Marca FR—M : 1 dita, n. 520, idem. Idem.

Marca 112— C— C : 1 dita, n. 32, idem. Idem.
 Marca RJ : 1 dita, n. 409, idem. Idem.
 Marca 1.455 : 1 dita, n. 15, idem. Idem. Idem.
 Marca CGF : 1 dita, n. 1.212, idem. Idem.
 Marca RRC : 1 dita, n. 426, idem. Idem.
 A mesma marca : 1 dita, n. 423, idem. Idem.
 A mesma marca : 1 dita, n. 429, idem. Idem.
 A mesma marca : 1 dita, sem numero, idem. Idem.
 Marca PGC : 1 dita, n. 3.784, idem. Idem.
Vapor francez *Italie*:
 Trapiche Saude — Marca FA : 1 caixa, n. 4.621, indicio de falta. Manifesto em traducção.
 A mesma marca : 1 dita, n. 4.682, idem. Idem.
 Marca DAC : 1 dita, sem numero, idem. Idem.
 Marca NS : 1 dita, n. 3.696, idem. Idem.
 Marca LMC : 1 dita, sem numero, idem. Idem.
 A mesma marca : 1 dita, n. 30, idem. Idem.
 A mesma marca : n. 40, idem. Idem.
 A mesma marca : 1 dita, sem numero, quebrado. Idem.
 Marca TBC : 1 dita, n. 4.807, idem. Idem.
 A mesma marca : 1 dita, n. 4.832, idem. Idem.
 Marca C : 1 dita, n. 2.944, idem. Idem.
 Marca HSC : 1 dita, n. 1.163, idem. Idem.
 Marca GSC : 1 dita, sem numero, idem. Idem.
 A mesma marca : 1 dita, n. 17, vazia. Idem.
 Marca OG : 1 dita, n. 17, indicio de falta. Idem.
 Marca ABC : 1 dita, n. 17, idem. Idem.
 Marca AHC : 1 dita, n. 15.520, idem. Idem.
 A mesma marca : 1 dita, n. 2.943, idem. Idem.
 Marca AMP : 1 dita, n. 2.945, idem. Idem.
 Marca OG : 1 dita, n. 28, idem. Idem.
 A mesma marca : 1 dita, n. 27, idem. Idem.
 Marca BG : 1 dita, sem numero, vazia e completamente quebrada. Idem.
 Marca FSC : 1 dita, sem numero, quebrada. Idem.
 Alfandega da Capital Federal, 15 de fevereiro de 1896.— O inspector, *H. Alonso B. Franco*.

Recebedoria de Minas Geraes

CONCURSO

De ordem do Exm. Sr. Dr. secretario das finanças, faço publico que acha-se aberta, até o dia 27 de fevereiro do corrente anno, a inscripção para o concurso que terá logar no dia 2 de março proximo futuro, ás 11 horas da manhã, em uma das salas onde funciona a Recebedoria do Estado de Minas Geraes, á rua Municipal n. 1, para preenchimento de uma vaga de escripturario e outra de primeiro conferente, existentes no quadro dos empregados da dita repartição, devendo os concurrentes apresentar seus requerimentos até o referido dia 27 de fevereiro, acompanhados de certidão de maioridade legal, folha corrida e atestados de boa conducta; que o concurso para o cargo de primeiro conferente versará sobre as seguintes materias: calligraphia, operações praticas de arithmetica, noções de geographia e lingua nacional, historia e chorographia do Brazil, mathematicas elementares, sendo algebra até equações do 1º grão, contabilidade e traducção das linguas franceza e ingleza, e o de escripturario comprehendêr as mesmas materias e mais o seguinte: elementos de direito administrativo, de economia politica e estatistica; finalmente

que, segundo o disposto no art. 33 do decreto n. 589, de 26 de agosto de 1892, sómente na falta de amantenses e de segundos conferentes desta Recebedoria que concorrerem, serão admittidos ao concurso para a vaga de primeiro conferente pessoas estranhas á repartição, e da mesma sorte, só na falta de concurrentes na classe dos primeiros conferentes poderão ser admittidos ao concurso para o preenchimento da vaga de escripturario os amantenses e os segundos conferentes, e na falta destes as pessoas de fóra da repartição. E para que chegue ao conhecimento dos interessados mandei passar o presente que vai por mim assignado. E eu, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, escripturario, o escrevi.

Recebedoria do Estado de Minas Geraes na Capital Federal, 28 de janeiro de 1896.— O director, *Alberto Augusto Dniz*.

Ministerio da Marinha

De ordem do Sr. contra-almirante chefe do estado-maior general da armada, faço publico que, durante 30 dias a contar de hoje, fica aberta na 2ª secção do Quartel General da Marinha a inscripção para o concurso a seis vagas de cirurgiões de 5ª classe do corpo de saude da armada, devendo os candidatos satisfazer a todas as condições exigidas pelo regulamento anexo ao decreto n. 683, de 23 de agosto de 1890, que são as seguintes:

1ª, ser doutor em medicina por alguma das faculdades da Republica Federal dos Estados Unidos do Brazil, ou por ellas legalmente habilitado;

2ª, ser cidadão brasileiro e estar no goso dos direitos civis e politicos;

3ª, ter menos de 30 annos de idade, o que será provado por certidão de idade, ou documento autentico, que em juizo produza fé e a substitua;

4ª, ser minorgerado, o que será tambem competente e documentalmente provado;

5ª, ter a necessaria robustez para o serviço naval, o que será julgado pela junta de saude *ad hoc* nomeada.

As provas: exhibidas em concurso pelos candidatos versarão sobre clinica medica, clinica cirurgica, hygiene naval, geographia medica, regulamentação quarentenaria e pathologia exotica.

2ª secção do Quartel General da Marinha, 7 de fevereiro de 1896.—Dr. *Luiz Carneiro da Rocha*, inspector de saude naval.

Quartel General da Marinha

De ordem do Sr. contra-almirante chefe do estado-maior general, compareça nesta repartição, o primeiro cirurgião Dr. Symphronio Olympio Alvares Coelho.

Quartel-General da Marinha, 17 de fevereiro de 1896.—*Antonio Francisco Velho*, sub-chefe.

Conselho Economico do Arsenal de Marinha

CONCURRENCIA

Grupos 12, 13 e 16 (ferramentas, bombas e artigos para machinas, latrinas, fogões, etc.)

De ordem do Sr. contra-almirante inspector deste arsenal, presidente do conselho economico, faço publico que no dia 28 do corrente, ás 11 horas da manhã, serão recebidas e abertas nest a secretaria, onde, para esse fim, se deve reunir o citado conselho, novas propostas para o fornecimento, no exercicio vigente, dos artigos acima mencionados, como determinou o aviso n. 287, de 8 deste mez.

Os concurrentes devem satisfazer todas as exigencias do titulo VI, capitulo unico, art. 176 do regulamento anexo ao decreto n. 745, de 12 de setembro de 1890, a saber:

«Art. 176. São deveres do proponente:

§ 1.º Encher com preços por extenso e em algarismos a proposta impressa que lhe será fornecida pelo secretario do arsenal, a qual datará e assignará, para ser apresentada ao conselho economico.

§ 2.º Entregar pessoalmente ou por seu legitimo representante, directamente ao conselho economico, no logar, dia e hora annun-

ciados, não só as suas propostas como as amostras correspondentes.

§ 3.º Extir no acto da entrega da proposta, além da certidão do respectivo contracto social, quando não for firma individual, os documentos que provem ser negociante matriculado, haver pago o imposto de casa commercial, relativo ao ultimo semestre. Esses documentos lhe serão restituídos antes de proceder-se á leitura das respectivas propostas.

§ 4.º São dispensados da apresentação da matricula na Junta Commercial as fabricas e estabelecimentos industriaes da Republica, terão estes e aquellas a preferencia sobre os outros concurrentes em igualdade de condições e circunstancias devidamente provadas.

Ficam, outrossim, prevenidos de que nenhuma proposta será tomada em consideração sem que venha acompanhada das respectivas amostras, e que os contractos celebrados com o arsenal servirão tambem para o supprimento do Commissariado Geral da Armada, sem alteração alguma de preços.

Para mais esclarecimentos dirijam-se a esta repartição.

Secretaria da Inspeção do Arsenal de Marinha da Capital Federal, 15 de fevereiro de 1896.—O secretario, *Eugenio Candido da Silveira Rodrigues*.

Capitania do Porto

De ordem do Sr. capitão de mar e guerra, capitão do porto, aviso ao Sr. proprietario ou consignatario do navio *Candidat*, para fazer desde já guarnecer, esgotar e amarrar convenientemente essa embarcação que se acha fundeada neste porto, em abandono, sem tripolação, sob pena, desse serviço ser executado por esta capitania, que de accordo com as disposições do art. 41 do regulamento n. 447, de 19 de maio de 1846, a mandará vender em hasta publica, si no prazo de 15 dias a contar desta data não for reclamada por quem de direito.

Secretaria da Capitania do Porto, Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1896.—O secretario, *Augusto F. Sampaio Leite*.

Escola Militar da Capital

O conselho economico recebe propostas até ao meio dia de 20 do corrente, quando então serão abertas, para o fornecimento dos seguintes artigos, conforme as amostras existentes no rancho da mesma escola:

Copos de vidro 400, pratos de vidro para copos 40, chicaras completas para café 400, ditas para chá 400, maringueiras de barro 40, colheres para chá 100, farinheiras 40, facas 100, garrafas para vinho 20, paliteiros 30, pratos fundos 200, ditos rasos 200 e bacias de estanho 30.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1896.—*Pedro Maria Lopes*, escripturario.

Escola Militar

De ordem do Sr. general commandante convido as candidatas a exames extraordinarios, que deverão ser prestados nesta escola, a comparecerem nesta secretaria, ás 10 horas da manhã dos dias 20, 21, 22, 25, do corrente.

Secretaria da Escola Militar da Capital Federal, 14 de fevereiro de 1896.—*Innocencio Velloso Pedernheiras*, secretario interino.

Intendencia da Guerra

ASSIGNATURA DE CONTRACTO

Os Srs. João Corrêa Pacheco & Comp., Vicente da Cunha Guimarães, Mendonça Pimenta & Lobo, Pinto & Madureira, Azevedo Alves, Carvalho & Comp. e Manoel Joaquim Pimenta Velloso, são convidados a comparecer na secretaria desta repartição a fim de firmarem os contractos dos artigos que lhes foram aceitos pela commissão e conselho de compras de 14 e 17 de janeiro ultimo, incorrendo na multa de 5% todo aquelle que deixar de fazer até ao dia 19 do corrente mez.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1896.—O secretario, *A. B. da Costa Aguiar*.

Intendencia da Guerra

O conselho de compras desta repartição recebe propostas no dia 21 do corrente, até o meio-dia, para a compra dos artigos abaixo especificados:

4.691,50 de algodão branco liso encorpado para ceroulas (0m⁷¹).

8.733 de algodão riscado e trançado;
1.718,20 de linho branco enfiado;
340 metros de algodão para barracas;
340 metros de chita para forro de barracas;

3.184 lenços de algodão de cores;
5.216 pares de botinas lisas de bezerro iguaes ao typo;

144 colchões de capim com capas de algodão trançado e riscado;

145 traveseiros idem, idem.
Esses artigos, à excepção do calçado e colchões e traveseiros (serão fornecidos de prompto.

Os proponentes, sob pena de não serem tomadas em consideração as suas propostas deverão apresentar amostras dos artigos que pretenderem fornecer em porções de 1 metro pouco mais ou menos, não sendo aceitas as que forem apresentadas em cartões, peças ou retalhos insuficientes.

As propostas serão em duplicata, com referencia a uma só especie de artigo e deverão conter o numero e marcas das amostras e finalmente a declaração de sujeitar-se o proponente á multa de 5%, no caso de recusar-se á assignatura do referido contracto.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1896. — O secretario, *A. B. da Costa Aguiar.*

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

De ordem do Sr. ministro e em cumprimento do disposto no art. 6º, § 2º n. 20, da lei n. 360, de 30 de dezembro de 1895, se faz publico que na Directoria Geral das Obras Publicas desta Secretaria de Estado serão recebidas até o dia 20 de março, ás 2 horas da tarde, propostas em carta fechada, para a transferencia a titulo oneroso da doca existente no proprio nacional, onde está a hospedaria de immigrants, na ponte de Monte-Serrat, na capital do estado da Bahia, bem como de todo terreno baldio que fica ao norte e a leste dos edificios da mesma hospedaria e ainda de duas ou tres casinhas proximas aquella doca.

Aconcurrencia versará sobre a idoneidade dos proponentes, o preço da compra ou do arrendamento e tempo de duração deste.

As propostas serão abertas e lidas em presença dos interessados no dia e hora acima designados.

Os proponentes depositarão no Thesouro Federal ou alfandega do estado em que se acharem, como garantia da sua proposta, a quantia de 2:000\$ em dinheiro ou em apolices da divida publica nacional, cujo recibo acompanhará a proposta no respectivo involucro fechado; caução que o proponente preferido perderá em beneficio da fazenda publica si dentro de 30 dias depois de citado pelo *Diario Official* não comparecer a assignar a respectiva escriptura, sendo as dos demais proponentes restituída dentro de dez dias depois de proferida a escolha pelo ministro da industria, viação e obras publicas.

Será considerada nulla a proposta que não vier acompanhada da prova da caução.

Directoria Geral das Obras Publicas, 15 de fevereiro de 1896. — *C. Cesar de Campos*, director geral.

E. de Ferro Central do Brazil**BILHETES DE PASSAGEM**

De ordem da directoria desta estrada, faz-se publico que os bilhetes de passagens fornecidos ás estações contêm impresso o preço total pelo qual devem ser vendidos aos Srs. viajantes.

Escriptorio da 3ª divisão, 17 de fevereiro 1896. — *Francisco Pinto da Silva Valle*, chefe interino da contabilidade.

Repartição Geral dos Telegraphos

Achando-se inaugurada a estação telegraphica de Manãos, extremo do cabo de *Amazon Telegraph Company*, recebem-se telegrammas para aquelle destino nas estações Central, urbanas e suburbanas desta capital, mediante a taxa de 2\$720 por palavra, sendo \$720 correspondente ao percurso até Belém e 2\$ a taxa da companhia dessa porto á Manãos.

Directoria Geral dos Telegraphos, 12 de fevereiro de 1896. — *Alvaro de Mello Coutinho de Vilhena*, vice-director.

Prefeitura do Districto Federal**DIRECTORIA DO PATRIMONIO**

De ordem do Sr. Dr. director desta repartição, faço publico, para conhecimento dos interessados, que o Sr. Casemiro Pereira Cotta requereu titulo de aforamento dos terrenos de marinhãs e accrescidos á travessa de Santa Luzia n. 11.

De accordo com o decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, convido a todos aquelles que forem contrarios a essa pretensão a apresentarem-se nesta repartição, no prazo de 30 dias, com documentos que provem seus direitos, findo o qual a nenhuma reclamação se attenderá, resolvendo-se como for de direito.

Primeira secção, 18 de janeiro de 1896. — O chefe, *Leal da Cunha.*

DIRECTORIA DO PATRIMONIO

De ordem do Dr. director desta repartição, faço publico, para conhecimento dos interessados, que o Sr. Calixto José Corrêa Braga requereu titulo de aforamento do terreno de marinhãs fronteiro ao seu terreno da rua de Nossa Senhora da Copacabana.

De accordo com o decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, convido a todos aquelles que forem contrarios a essa pretensão, a apresentarem-se nesta repartição no prazo de 30 dias, com documentos que provem seus direitos, findo o qual a nenhuma reclamação se attenderá, resolvendo-se como for de direito.

1ª secção, 29 de janeiro de 1896. — O chefe, *Leal da Cunha.*

DIRECTORIA DO PATRIMONIO

De ordem do Sr. Dr. director desta repartição, faço publico, para conhecimento dos interessados, que o Sr. João Antonio Rodrigues Lopes requereu titulo de aforamento do terreno de marinhãs na Praia das Palmeiras, entre o n. 19 e a travessa Santos Lima, que diz achar-se devoluto.

De accordo com o decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, convido a todos aquelles que forem contrarios a essa pretensão, a apresentarem-se nesta repartição no prazo de 30 dias, com documentos que provem seus direitos, findo o qual a nenhuma reclamação se attenderá, resolvendo-se como for de direito.

1ª secção, 30 de janeiro de 1896. — O chefe, *Leal da Cunha.*

DIRECTORIA DO PATRIMONIO

De ordem do Sr. Dr. director desta repartição, faço publico, para conhecimento dos interessados, que o Sr. Antonio Corrêa d'Avila requereu titulo de aforamento do terreno accrescido de accrescido á praia de S. Christovão n. 16.

De accordo com o decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, convido a todos aquelles que forem contrarios a essa pretensão apresentarem-se nesta repartição, no prazo de 30 dias, com documentos que provem seus direitos, findo o qual a nenhuma reclamação se attenderá, resolvendo-se como for de direito.

1ª secção, 8 de fevereiro de 1896. — O chefe, *Leal da Cunha.*

Prefeitura do Districto Federal**DIRECTORIA DO PATRIMONIO**

De ordem do Dr. director desta repartição, faço publico, para conhecimento dos interessados, que o Sr. Antonio Ramalho Loureiro requereu titulo de aforamento do terreno do marinhãs á travessa de D. Manoel n. 18.

De accordo com o decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, convido a todos aquelles que forem contrarios a essa pretensão, a apresentarem-se nesta repartição no prazo de 30 dias, com documentos que provem os seus direitos, findo o qual a nenhuma reclamação se attenderá, resolvendo-se como for de direito.

Primeira secção, 30 de janeiro de 1896. — O chefe, *Leal da Cunha.*

Aferição

De ordem do cidadão director de fazenda da Prefeitura do Districto Federal, previne-se aos interessados que o prazo para aferição e revista de pesos, medidas e balanças das casas commerciaes da freguezia de S. José, começou a 1 e termina a 29 do corrente, incorrendo na multa da respectiva postura aquelles que deixarem de se apresentar no prazo indicado, para satisfação daquella exigencias da lei.

5ª secção da sub-directoria de rendas, 1 de fevereiro de 1896. — Pelo sub-director. — O chefe, *Antonio Trovão.*

DIRECTORIA DE OBRAS E VIAÇÃO**2ª secção**

De ordem do Sr. Dr. director geral, faço publico, para conhecimento dos interessados, que, no dia 21 do corrente, a uma hora da tarde, se receberão propostas, que serão lidas em presença dos proponentes para o fornecimento de areia afim de ser applicada na construção e conservação dos calçamentos.

As propostas serão feitas em carta fechada, indicando o local de onde se pretender retirar a areia; o preço desta, por metro cubico, sendo posta na obra, bem como sendo depositada em local determinado, de onde a prefeitura mande fazer o transporte por conta propria.

Para garantia da assignatura e execução do contracto, farão os proponentes na Directoria de Fazenda Municipal o deposito previo de 500\$000.

Aos proponentes serão dados nesta repartição todos os esclarecimentos de que necessitarem.

2ª secção, 10 de fevereiro de 1896. — *Joaquim Pereira de Souza Caldas*, 1º official.

DIRECTORIA DO PATRIMONIO

De ordem do Sr. Dr. director desta repartição, faço publico, para conhecimento dos interessados, que o Sr. Manoel Joaquim de Oliveira requereu titulo de aforamento do terreno accrescido de accrescido á rua de Santo Christo dos Milagres n. 92.

De accordo com o decreto n. 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, convido a todos aquelles que forem contrarios a essa pretensão a apresentarem-se nesta repartição no prazo de 30 dias, com documentos que provem seus direitos, findo o qual, a nenhuma reclamação se attenderá, resolvendo-se como for de direito.

Primeira secção, 12 de fevereiro de 1896. — O chefe, *Leal da Cunha.*

DIRECTORIA DE OBRAS E VIAÇÃO**1ª secção**

De ordem do Sr. Dr. director, faço publico, para conhecimento dos interessados, que no dia 22 do corrente, ao meio-dia, nesta secção, se receberão propostas, que serão lidas em presença dos proponentes, para a construção de mictorios e latrinas para os dormitórios do Instituto Profissional.

As propostas, que deverão ser entregu es em cartas fechadas, indicarão, por exten so e em algarismo, o preço em globo, para a

execução das mesmas obras; indicarão mais a residência dos Srs. proponentes.

Afim de garantir a assignatura do contracto e suas propostas, farão os proponentes na Directoria de Fazenda o depósito prévio de 5% da quantia de 8:486\$456 em que está orçada a obra.

Nesta secção encontrarão os proponentes os esclarecimentos precisos.

Directoria de Obras e Viação, 1ª secção, 13 de fevereiro de 1893.— *Euclides Braz, 1º official.*

PATENTES DE INVENÇÃO

N. 2.006—*Memorial descriptivo acompanhando um pedido de privilegio durante 15 annos, na Republica dos Estados Unidos do Brazil, para—aperfeiçoamentos nosapparelhos destinados a torrar café e substancias analogas—invenção de Beeston Topholme, morador em Londres. (Inglaterra).*

Refere-se a invenção a aperfeiçoamentos nos apparelhos para tratar café e outras substancias analogas, e comprehende em sua forma completa, moegas ou recipientes para o café em estado bruto; conductos para o levar aos torradores, torradores, esfriadores, separadores das palhas ou corpos leves, e recipientes para receber os grãos torrados, conjunctamente com tubos de ar e outros accessorios.

Aquellas differentes partes podem se reunir para formação de um apparelho completo ou uma ou mais se empregar combinados de outros modos.

Os desenhos annexos representam a disposição geral de meu apparelho, havendo vistas supplementares que mostram diversas de suas partes em detalhe.

Nesses desenhos as mesmas letras de referencia indicam as mesmas partes ou partes semelhantes.

As figs. 1 e 2 representam o apparelho completo; as figs. 3, 4, 5, 6 e 7 um esfriador; e as figs. 8 e 9 o separador de palhas ou cascas. As figs. 10, 11, 12, 13 e 14, mostram duas formas de torradores.

Nas figs. 1 e 2 representei em elevação de frente e de lado respectivamente, duas séries de quatro torradores cada uma, acompanhados dos esfriadores, etc. Os grãos para tratar se deitam nas moegas A, de onde seguem pelos conductos B até os torradores C.

Depois de torrados, os grãos passam dos torradores aos esfriadores D, indo ter depois a cofres M, saccos N ou outros recipientes. EE são tubos de ar que conduzem os vapores provenientes dos torradores e o ar proveniente dos resfriadores e ventiladores F, que fazem penetrar esses fluidos no separador de palhas G em que se depositam estas, enquanto as substancias gazosas não condensadas, vão ter ao tubo de evacuação H.

As moegas A são de qualquer forma conveniente e podem mesmo se dispensar.

Os conductos B são dotados preferivelmente de um diaphragma de divisão e de uma porta b, actuada pela alavanca b' da porta que serve para o carregamento, b'.

O espaço comprehendido entre essas portas é proporcional á carga de grãos para torrar, sendo as portas e a alavanca dispostas de modo a se fechar uma porta pelo abrir da outra porta.

Os torradores C podem ser de qualquer construcção conhecida, prefiro, porém, a que representam os desenhos.

A fig. 10 é uma elevação de extremidade, a fig. 11, uma elevação seccional, e a fig. 12, uma elevação de lado, de um torrador aquecido interiormente, muito semelhante ao torrador pelo qual me foi concedido em Inglaterra o privilegio n. 4.970, do anno de 1887.

No caso presente, disponho uma divisão interna c (que pôde ser das dimensões ou forma que se desejar), em redor do cylindro rotativo perfurado c', de tal modo que o calor proveniente dos bicos fixos de gaz atmosferico c', o qual passaria de outra maneira por este cylindro até o tubo de evacuação c'', acha-se forçado a passar ao redor de seu ex-

terior, em direção a uma abertura c'', de onde se escapa entre a divisão c e a caixa exterior c'', indo ter ao tubo de evacuação c''.

Assim, uma parte consideravel do calor perdido nos outros systemas de torradores fica communicada ao exterior do cylindro c' e aos grãos que contém.

Um registro c'' serve para regular a abertura que conduz ao tubo de evacuação c''.

Portas c'', actuadas como representa o desenho ou de qualquer outro modo conveniente, fecham-se durante a operação da torrefacção, abrindo-se depois para deixar os grãos torrados passar no recipiente l.

O cylindro rotativo perfurado c' se carrega e se descarrega por meio da corredeira c'', actuada pelas portas c' e c'', existentes nas extremidades da caixa exterior; c'' indica os bicos de gaz atmosferico fixos que fornecem a chamma ao cylindro; c' um mecanismo destinado a tirar amostras da substancia tratada durante a operação da torrefacção, e B é a boca da moega pela qual se carregam os grãos de café.

A parte inferior da caixa é dotada de uma moega I com uma porta de descarga i.

Em certos casos, applico um mecanismo de economisar o calor semelhante a torradores rotativos do typo commum aquecidos exteriormente.

As figs 13 e 14 representam uma disposição desse genero em que a abertura da caixa que envolve o cylindro se acha fechada pela placa c''.

Uma extremidade do cylindro é perfurada, sendo a outra extremidade dotada de um funil ou cone oco que conduz á chaminé, de tal sorte que o calor, depois de applicado exteriormente, penetra no cylindro sob a acção do ventilador de aspiração e o percorre inteiramente, utilizando-se o calorico que, no methodo ordinario, passa directam ente na chaminé.

Na disposição representada nas figs. 1 e 2 dos desenhos annexas, um certo numero de torradores se acham em communicação com um ventilador F por meio de tubos de ar dotados de registros c'' que permitem interceptar um ou mais tubos a vontade. Em outros casos, colloco um ventilador pequeno no topo ou em outra parte de cada torrador.

O objecto principal desses ventiladores é levar os vapores, etc., desenvolvidos durante a torrefacção, ao separador G.

Um dos esfriadores D vem representado em detalhe nas figs. 3, 4, 5, 6 e 7, sendo a fig. 3 uma secção de lado em um plano vertical do esfriador so, a fig. 4 uma elevação de lado do esfriador com seus pertences, a fig. 5 uma secção em um plano vertical, a fig. 6 um plano e a fig. 7 um plano da parte inferior com o esfriador removido.

O esfriador D é preferivelmente de forma rectangular e é dotado de um fundo perfurado d sobre que se collocam os grãos aquecidos e através do qual o ar penetra nas camaras interiores d', que abrem em um tubo d'', supportado em d'' nos pedestaes fixos d'.

Estes pedestaes, além de supportarem o esfriador, estabelecem uma communicação com o tubo de ar E, por meio de passagens d'' e da valvula ou porta d''.

O esfriador recebe, nas posições representadas na fig. 4 pelas linhas punctuadas, um movimento oscillatorio communicado pela conexão j e pela manivella J, postas em movimento pelo contra-eixo j', movido pelo eixo principal j''.

Em uma extremidade do esfriador existe uma porta de descarga K, que corre verticalmente em guias convenientes e é actuada por qualquer meio.

Na disposição que representam as figs. 1, 4 e 6, esta porta é dotada de ganchos ou alavancas k, que se podem manobrar quando o esfriador se acha na posição extrema K1, por meio, por exemplo, de um braço k1, supportado na extremidade de alavancas montadas no eixo oscillante k2 (fig. 4); ou de uma cadeia k3 e um braço k4 (fig. 2).

A parte K pôde abrir no conducto de um elevador L (fig. 2), que se descarrega em um cofre M ou em um pesador automatico, ou se abre em uma moega pequena servindo para encher saccos N.

Nas figs. 3, 5 e 6 representei azas D'', que servem para misturar ou remexer os grãos de café durante seu esfriamento.

Podem ser dispensadas si for desejado. Em alguns casos, posso empregar outras formas de esfriadores movidos automaticamente e que se acham mais ou menos conhecidos, dotando-os de um fundo perfurado e de um mecanismo para fazer passar uma corrente de ar pelos munhões, afim de apressar o esfriamento.

O separador de palhas acha-se representado em elevação seccional na fig. 8, e em planos seccionaes na fig. 9. Consiste preferivelmente em um recipiente cylindrico dotado de um orificio tangencial o e de uma divisão espiral o', que termina no tubo de evacuação H.

As extremidades inferiores da divisão o', mergulham em agua contida na parte inferior do recipiente.

As palhas leves de qualquer genero penetram em O e seguem as circumvoluções da espiral interior até cahirem na agua, enquanto os vapores ou gazes não condensados são levados ou aspirados até o tubo de evacuação H.

A velocidade da entrada em O e as dimensões da passagem espiral calculam-se de modo a cahirem todas as particulas solidas antes de se escaparem os gazes em H.

O orificio de sahida se acha regulado por uma porta h que corre verticalmente e é dotada de um parafuso e volante H3.

As particulas solidas accumuladas na parte inferior do separador podem se remover por meio de um tubo P e de uma torneira p, para serem recebidas em um recipiente Q, de fundo perfurado. A agua que puder existir em excesso tira-se por meio de qualquer tubo conveniente.

Em resumo reivindico como pontos e caracteres constitutivos da invenção:

1º, a combinação e disposição de um apparelho para torrar café e outras substancias analogas; o qual apparelho consiste principalmente em torradores, esfriadores e separadores de palhas ou corpos leves, conjunctamente com os tubos de conexão, moegas, etc., substancialmente como foi descripto acima e representam as figs. 1 e 2 dos desenhos annexos;

2º, em torradores para café ou substancias analogas, as divisões interiores ou placas desviadoras, para economisar o calorico, substancialmente como foi descripto acima e para o fim indicado;

3º, a construcção e disposição de um torrador de café como representam as figs. 10, 11 e 12, mais particularmente no que diz respeito ao cylindro c', á divisão c e á caixa exterior c'', conjunctamente com o mecanismo de carregar e de descarregar; substancialmente como foi descripto;

4º, em esfriadores para grãos de café e substancias analogas, dispostos de modo a oscillarem, revolverem ou receberem outro movimento mecanico, a construcção dos mesmos com munhões ocos ou passagens semelhantes, pelos quaes se pôde fazer penetrar ou impellir uma corrente de ar, afim de apressar o esfriamento dos grãos;

5º, a combinação de esfriadores actuados mecanicamente com ventiladores de aspiração ou de sopro; para os fins acima indicados;

6º, a construcção e disposição de esfriadores oscillantes; substancialmente como foi descripto e representam as figs. 3, 4, 5, 6 e 7 dos desenhos annexos;

7º, a disposição e construcção de separadores de impurezas; substancialmente como foi descripto e representam as figs. 8 e 9 dos desenhos annexos.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1896.— Como procuradores, *Jules Giraud & Leclerc.*